

**ANTONIO GARCIA DIAS**

**DESENVOLVIMENTO LOCAL E FILOSOFIA:  
CONVERGÊNCIAS POSSÍVEIS**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL  
MESTRADO / DOUTORADO  
CAMPO GRANDE - MS  
ANO 2019**

**ANTONIO GARCIA DIAS**

**DESENVOLVIMENTO LOCAL E FILOSOFIA:  
CONVERGÊNCIAS POSSÍVEIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado / Doutorado da Universidade Católica Dom Bosco, com vistas à avaliação pela Banca Examinadora, sob a orientação do Prof. Dr. Pedro Pereira Borges.

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL  
MESTRADO / DOUTORADO  
CAMPO GRANDE - MS  
ANO 2019**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Biblioteca da Universidade Católica Dom Bosco – UCDB, Campo Grande, MS, Brasil)

D541d Dias, Antônio Garcia

Desenvolvimento local e filosofia: convergências possíveis. /  
Antônio Garcia Dias; orientação Pedro Pereira Borges. -- 2019.

117 f.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) – Universidade  
Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2019.

Inclui bibliografias

1. Desenvolvimento local – Aspectos filosóficos 2. Desenvolvimento  
local – Convergências com a filosofia I. Borges, Pedro Pereira.

CDD – 330.1

## FOLHA DE APROVAÇÃO

**Título:** “Desenvolvimento local e filosofia: convergências possíveis”.

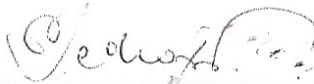
**Área de concentração:** Desenvolvimento Local em Contexto de Territorialidades.

**Linha de Pesquisa:** Cultura, Identidade e Diversidade na Dinâmica Territorial.

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Conselho do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado Acadêmico da Universidade Católica Dom Bosco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Local.

**Exame de Defesa aprovado em:** 14/06/2019

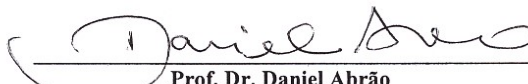
### BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Pedro Pereira Borges  
Universidade Católica Dom Bosco



Prof. Dr. Arlinda Cantero Dorsa  
Universidade Católica Dom Bosco



Prof. Dr. Daniel Abrão  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

## **AGRADECIMENTOS**

Insuficiente espaço para expressar meus agradecimentos a todos que contribuíram efetivamente para o bom término deste empreendimento.

A vida presenteada por Deus, o arrimo de toda natureza proporcionada pelos familiares, a incansável e abnegada dedicação do orientador cujo estimulante desafio me mostrou o potencial para enfrentamento deste tema inédito, a contribuição entusiasta de cada professor e a paciente amizade dos colegas.

A todos, expresso meus mais profundos agradecimentos, certo de que auferi ricas contribuições não apenas durante os eventos pertinentes, mas para toda a vida.

DIAS, Antonio Garcia, **DESENVOLVIMENTO LOCAL E FILOSOFIA: CONVERGÊNCIAS POSSÍVEIS**, 110 fls. Dissertação de Mestrado, PPGMDDL, Universidade Católica Dom Bosco, 2019.

## RESUMO

A temática desta pesquisa é a Filosofia e o Desenvolvimento Local, isto é, buscam-se detectar as convergências entre os dois campos de conhecimento, a fim de se demonstrar que a primeira contribui significativa e determinantemente para a manifestação do segundo. Para tanto, enfatizar-se-ão, em primeiro enfoque, as nuances históricas da origem helênica do nascimento da filosofia como expressão das reflexões humanas perscrutadoras de respostas para os mistérios da vida e do mundo. Também será evidenciada a maneira pela qual os baluartes da filosofia ofereceram à humanidade, historicamente, bases, métodos e estratégias de busca do conhecimento, desde as ideias de Platão, perpassando as preconizações da forma de Aristóteles, ao que se junta o esteio do cristianismo patenteado principalmente por Agostinho. O segundo enfoque mostrará, sob dois aspectos, que nos tempos mais à frente aqueles fundamentos históricos se desdobram em diferentes concepções filosóficas. O primeiro entabula as teorias econômicas e sociológicas de Maquiavel, Marx, Mannheim, Keynes, Milton Friedman e Amartya Sen, e o segundo faz menção aos esforços epistemológicos engendrados por engendradas por Popper, Feyerabend, Habermas, Rorty e Touraine, pensadores estrangeiros, viabilizando-se indagar a existência de uma filosofia brasileira. Em terceiro e último enfoque ver-se-á que justamente tais ideias epistemológicas sedimentam as bases para corporificação do desenvolvimento local, aqui entendido como o resultado da integração articulada de princípios, valores, iniciativas e variáveis institucionais e econômicas, em que os agentes territoriais interagem como sujeitos da ação coletiva, manifestando-se em emaranhado de redes de relações sociais. Deverá, para tanto, desabrochar-se processualmente de modo a transformar as potencialidades de todos os aspectos que envolvem a coletividade humana, de modo especial os econômicos, os sociais, os políticos, os culturais, e outros. Assim, concluir-se-á que, de fato, o desenvolvimento local se corporifica como fruto da evolução das manifestações do pensamento filosófico visualizado em suas diversas feições históricas.

**Palavras-Chave:** Filosofia. Desenvolvimento local. Convergências entre filosofia e desenvolvimento local.

DIAS, Antonio Garcia, **LOCAL DEVELOPMENT AND PHILOSOPHY: POSSIBLE CONVERGENCIES**, 110 fls. Dissertação de Mestrado, PPGMDDL, Universidade Católica Dom Bosco, 2019.

**ABSTRACT:**

The theme of this research is the philosophy and Local development, i.e., seek to detect the convergences between the two fields of knowledge in order to demonstrate that the first significant contributes and we definitely do for the manifestation of the second. To that end, emphasis will be on first approach, the historical nuances of Hellenic origin of the birth of philosophy as an expression of human reflections researchers for answers to the mysteries of life and the world. Will also be shown the manner in which the ramparts of the philosophy offered to humanity, historically, foundations, methods and strategies in pursuit of knowledge, since the ideas of Plato, bypassing the recommendations of Aristotle, who joins the mainstay of Christianity mainly by Agostinho patented. The second approach will show under two aspects, which in earlier times ahead those historical foundations unfold in different philosophical conceptions. One of them makes the economic and sociological theories of Machiavelli, Marx, Mannheim, Keynes, Milton Friedman and Amartya Sen, and the other one does mention epistemological efforts engendered by engendered by Popper, Feyerabend, Habermas, Rorty and Touraine, foreign thinkers, enabling themselves ask the existence of a Brazilian philosophy. Thirdly and finally focus it will be seen that just such epistemological ideas sediment for embodiment of local development, here understood as the result of the articulated integration of principles, values, initiatives, and variables Economic and institutional, in which the territorial agents interact as subjects of collective action, manifesting itself in tangled networks of social relations. Should, to this end, bloom-if procedurally in order to transform the potential of all aspects involving the collective human, especially the economic, political, social, cultural, and others. So, conclude that, in fact, the local development embodies as a result of changing manifestations of philosophical displayed in its many historical features.

**KEYWORDS:** Philosophy. Local development. Convergences between philosophy and local development.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2 AS BASES FILOSÓFICAS DO CONHECIMENTO .....</b>	<b>14</b>
<b>2.1 Surgimento e Solidificação da Filosofia .....</b>	<b>14</b>
2.1.1 Origens Helênicas da Filosofia .....	14
2.1.2 Solidificação da Filosofia no Ocidente .....	17
<b>2.2 A Concepção da Filosofia .....</b>	<b>20</b>
<b>3 ELEMENTOS FILOSÓFICOS DETERMINANTES DO DESENVOLVIMENTO LOCAL .....</b>	<b>24</b>
<b>3.1 Concepções Filosóficas sobre o Estado e o Desenvolvimento .....</b>	<b>25</b>
3.1.1 Teoria do Estado à luz de Maquiavel .....	26
3.1.2 Teoria Econômica e Sociológica de Marx .....	28
3.1.3 Planificação social de Mannheim e econômica de Keynes .....	30
3.1.4 Desenvolvimento como liberdade: Milton Friedman e Amartya Sen .....	35
<b>3.2 A Contemporaneidade Filosófica do Conhecimento .....</b>	<b>39</b>
3.2.1 O falsificacionismo de Popper .....	40
3.2.2 Anarquismo epistemológico de Feyerabend .....	43
3.2.3 Verdade e justificação de Habermas .....	48
3.2.4. O neopragmatismo de Rorty .....	52
3.2.5 Alain Touraine e a crítica da modernidade .....	53
<b>3.3 Existiria uma Filosofia Brasileira? .....</b>	<b>58</b>
<b>4 A FILOSOFIA E O DESENVOLVIMENTO LOCAL .....</b>	<b>78</b>
<b>4.1 O Desenvolvimento Local como Construção Social Emancipadora .....</b>	<b>78</b>
<b>4.2 A Presença Efetiva da Filosofia na Dinâmica do Desenvolvimento Local .....</b>	<b>88</b>
4.2.1 O falsificacionismo de Karl Popper no contexto do desenvolvimento local .....	88
4.2.2 O anarquismo epistemológico de Feyerabend e o desenvolvimento local .....	90
4.2.3 A verdade e a justificação de Habermas e o desenvolvimento local .....	92
4.2.4 O neopragmatismo de Rorty e o desenvolvimento local .....	93
4.2.5 A crítica da modernidade de Alain Touraine e o desenvolvimento local .....	94
4.2.6 A filosofia brasileira e o desenvolvimento local .....	96
4.2.7 Quadro de convergência entre a filosofia e o desenvolvimento local .....	98
<b>5 CONCLUSÕES .....</b>	<b>106</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>109</b>



## ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 Alusões a Filósofos Brasileiros .....	60
Quadro 2 Alusões à Filosofia Brasileira em Teses e Dissertações na Capes .....	63
Quadro 3 Popper e o Desenvolvimento Local .....	90
Quadro 4 Feyerabend e o Desenvolvimento Local .....	92
Quadro 5 Habermas e Rorty e o Desenvolvimento Local .....	94
Quadro 6 Alain Touraine e o Desenvolvimento Local .....	96
Quadro 7 Filósofos Brasileiros e o Desenvolvimento Local .....	98
Quadro 8 Convergência entre a filosofia e o Desenvolvimento Local .....	99

# 1 INTRODUÇÃO

O Desenvolvimento Local é temática recente no universo acadêmico. Isto torna-o um estudo sobre tema sempre aberto, pois trata de aspectos afetos à sociedade como um todo e a cada indivíduo na sua naturalidade. O Desenvolvimento Local não é um simples tema, mas uma dimensão da vida em seus diversos aspectos, porque diz respeito ao ambiente em que a vida acontece. Portanto entram no debate sobre o mesmo as questões do território, da comunidade, do indivíduo, da construção do espaço e da dinâmica institucional, dentre outras.

É no local que as questões mais cruciantes relativas à vida do ser humano ocorrem. Estas questões se expressam por meio das indagações clássicas “quem sou eu?”, “de onde vim?”, “para onde vou?”, acrescidas mais recentemente de perguntas como: “por quais razões se manifestam injustiças na[s] relações humanas?”, “por que existe pobreza?”. Em certo sentido podem parecer inquirições banais, mas sempre perseguiram o ser humano ao longo de sua trajetória sobre a terra. No entanto precisam de respostas, pois dizem respeito à própria essência do ser humano. A resposta a estas questões depende da maneira como se vive a vida, das perspectivas humanas em relação ao ser, do que se quer atingir no ocaso da própria existência. Daí a importância de se dar uma resposta não tanto às perguntas, mas aos apelos humanos, que podem lançar o ser humano para lugares desconhecidos ou para a própria realização. A partir desta perspectiva pode-se pensar a temática da relação entre a Filosofia e o Desenvolvimento Local. Esta pesquisa será realizada em vista da busca da convergência entre estes dois temas, mas procurando encontrar uma dinâmica que os torne unidos por uma fraternidade conceitual, dinâmica e promotora de relações novas entre os dois campos do conhecimento. De um lado está a Filosofia com o seu poder de reflexão e de outro está o Desenvolvimento Local, que é um campo aberto para ser plusificado com novas teorias e com novos aportes de conhecimento. É a partir desta perspectiva que se pode pensar sobre as convergências entre estas duas vertentes teóricas, resultando numa prática mais assertiva sobre a questão do desenvolvimento.

Em três dimensões se podem visualizar os motivos deste trabalho dissertativo: na da academia, na da sociedade e na do pesquisador. A primeira se vincula à própria natureza da instituição de ensino: esta tem sua existência presa, dentre outros aspectos, à busca produtiva e à transmissão, em todas as suas nuances, do conhecimento científico, tanto na generalidade das vertentes contingenciais que a rodeiam, quanto nas especificidades do *aqui e agora* de sua atuação. *In casu*, a Universidade Católica Dom Bosco, no palco pós-graduante, preconiza

especificamente os enfoques atinentes ao desenvolvimento local como baluarte de sua inserção no palco da produção e da disseminação de conhecimentos. De fato, o desenvolvimento local, ainda que insipiente na solidificação de sua teoria, mas como promissora alavanca no redimensionamento dos processos desenvolvimentistas das populações, emerge há algum tempo e definitivamente se infiltra como baluarte de inovações ideológicas e doutrinárias na fundamentação de práticas inclusivas das populações. Daí a importância da eleição, pelas universidades, dos princípios, metodologias e *modus operandi* do desenvolvimento local sustentável. Outra dimensão explicadora desta dissertação se refere, como mencionado, à sociedade. Esta é destinatária primordial dos benefícios das produções científicas e, portanto, não pode ser desconsiderada pelo pesquisador no delineamento dos seus estudos. Assim, a perscrutação dos benefícios da influência da filosofia nas teorias e nas práticas dos processos de desenvolvimento local hão de contribuir para elevação dos níveis qualiquantitativos de consciência dos operadores, governamentais ou não, a respeito da importância das ações voltadas à sustentabilidade. Ao mais, também o interesse do pesquisador se junta ao rol das justificáveis considerações atinentes a esta dissertação. A alma humana se alimenta também da satisfação gerada pelo conhecimento, principalmente quando produzido pelo próprio sujeito que dele se apropria. Ora, buscar a identificação das possíveis contribuições da filosofia para os processos corporificadores do desenvolvimento local emerge como legítima iniciativa do pesquisador como fonte de sua satisfação pessoal. Esta, longe de qualquer pretensão egoística, soma-se às razões acadêmicas e societárias na consubstanciação do tripé justificador do enfoque eleito. Instituição de ensino, sociedade e pesquisador emergem, então, como os naturais destinatários deste estudo científico voltado à identificação das contribuições obtidas pelo desenvolvimento local como manifestação das influências da filosofia.

Para realizar esta pesquisa foi estabelecido como objetivo geral investigar sobre as possíveis convergências entre a filosofia e o desenvolvimento local. Para responder a este objetivo, foram traçadas quatro vertentes específicas: a primeira, presente no bojo do item 2, consiste em rememorar as origens e o significado da filosofia para a humanidade, situando genericamente a paisagem cultural grega e os horizontes ocidentais como ambiente de sua solidificação, mas enfatizando os contornos epistemológicos contemporâneos. A segunda vertente, item 3, se corporifica por meio de pesquisar o papel da filosofia em relação à temática do desenvolvimento, em especial o desenvolvimento humano. A terceira se atém a identificar, por meio do item 4, os aspectos do desenvolvimento local mais afetos a questões da filosofia

e, por fim, a última pretende estabelecer possíveis convergências entre um e outra, corporificada no enfoque do item 5. Portanto, a indagação que se propõe aponta para a perscrutação da possível relação causal entre a filosofia, integrante do desenvolvimento humano, com o desenvolvimento local. Obviamente, a questão proposta implica averiguar a possível influência da filosofia sobre o desenvolvimento local, ou seja, perscruta-se se de que maneira ela contribui efetivamente para a manifestação dele, seja nos fundamentos principiológicos e metodológicos, seja na orientação da busca dos interesses da sociedade tais como a inclusão das pessoas em todas as dimensões, a saúde, a educação, a segurança e demais aspectos envolvidos na garantia do bem-estar das populações. Em existindo tal relação, busca-se identificar o conjunto de hipóteses pelas quais a filosofia se manifesta como influência sobre o desenvolvimento local, bem como a confirmação de sua existência. Essa tarefa exige, no entanto, à luz das quatro vertentes acima mencionadas, considerações prévias a respeito da filosofia como ciência do saber, e do desenvolvimento local como moderna vertente de transformação das realidades palco da vivência humana. Assim, importante aqui, se não o confronto, a correlação aproximativa das bases conceituais tanto da filosofia quando do desenvolvimento local, ainda que por meio de feições sucintas. De um lado, então, afigura-se a filosofia com seus traços conceituais largamente diferenciados no tempo e no espaço. De outro, a nascente teorização do desenvolvimento local cujo arcabouço doutrinário emerge dos esforços de estudiosos pesquisadores voltados à análise das multifaces da realidade humana. Ora, há que se identificarem e se detectarem as relações de causa e efeito entre a filosofia, genericamente a ciência do saber, e o desenvolvimento local, reconhecidamente a expressão prática dessa ciência. Por outro veio, reiterando o papel de suporte da filosofia para o desenvolvimento humano, tal como já mencionado, patenteia-se sua importante função interpretativa não apenas dos fundamentais problemas concernentes à existência, mas também do conhecimento, da verdade e dos valores morais, dentre tantas outras categorias integrantes do rol de preocupações do ser humano. Sob outra vertente, o desenvolvimento, genericamente concebido, traz a ideia de movimento em busca do ideal, do melhor. Portanto, pressupõe evolução das características da realidade presente, em perseguição a pretensões de um futuro melhorado. O desenvolvimento local se conota como moderna roupagem daquelas ideias de evolução, preconizando novos paradigmas principalmente no que se refere à inclusão, à sustentabilidade, à responsabilidade social.

Metodologicamente, a pesquisa bibliográfica é o principal instrumento de apuração dos resultados buscados. Portanto, a revisão bibliográfica alteia-se como principal caminho garantidor da identificação da possível contribuição da filosofia para o desenvolvimento local. Assim, preconiza-se a busca das principais vertentes filosóficas que se verificam no processo influenciador das manifestações dos sujeitos do desenvolvimento local, de modo especial as provenientes dos estudiosos da epistemologia contemporânea, cuja contribuição tem disseminado os mais diversos enfoques na produção do saber. Nesse contexto, emergem principalmente as inegáveis contribuições dos conhecidos filósofos contemporâneos, exemplificados por Popper, Lakatos, Thomas Kuhn, Feyerabend, Bachelard, Quine, Habermas, Rorty e Touraine, cujas contribuições respectivas serão enfatizadas. Para tanto, estrutura-se abordagem constituída inicialmente da enunciação das bases filosóficas do conhecimento, historiando-se, ainda que sucintamente, o surgimento e a solidificação da filosofia no ocidente, bem como sua conformação conceitual. O esteio seguinte da abordagem corresponde à identificação dos elementos filosóficos em que se finca o desenvolvimento local. Desfilarem-se-ão as principais características das contribuições dos falados pensadores contemporâneos, principalmente Alain Touraine, cujos estudos e práticas no contexto dos movimentos sociais permitem verdadeira antevisão delineadora das configurações teóricas e operacionais do desenvolvimento local. Complementarmente, inserem-se menções a respeito de indagação viável, nesse contexto, sobre a possível existência de uma filosofia brasileira, considerando que o desenvolvimento local aqui trazido tem seu foco justamente no contexto da realidade do país. Por sua vez, o desenvolvimento local, delineado em suas bases conceituais, seus princípios e elementos mais significativos, é entendido como resultado da integração articulada das variáveis institucionais e econômicas, em que os agentes territoriais interagem como sujeitos da ação coletiva, manifestando-se em emaranhado de redes de relações sociais, irrompe em penúltimo enfoque.

As evidências existenciais da buscada correlação entre o pensamento filosófico e o desenvolvimento local emergirão, pois, ao final, em quarta e última abordagem. Restará demonstrado, então, que o desenvolvimento local possui de fato escoras na filosofia, cujas manifestações evolutivas no tempo e no espaço desembocaram no reconhecimento da importância e da necessidade da emancipação autodeterminante dos sujeitos na construção social voltada à satisfação das necessidades e dos anseios das sociedades humanas, com esteio firme na sustentabilidade.

## **2 AS BASES FILOSÓFICAS DO CONHECIMENTO**

A constatação das possíveis correlações entre a filosofia e o desenvolvimento local implica, obviamente, identificarem-se as origens e a evolução da ciência do pensamento, além da compreensão das vicissitudes de seus históricos desdobramentos.

Pretende-se aqui enfatizar as circunstâncias socioculturais gregas responsáveis pela gênese da filosofia, bem como sua solidificação como prática caracterizada pela reflexão e busca das explicações sobre a natureza e o comportamento do mundo em geral e do ser humano em particular. Na sequência, busca-se identificar o desabrochamento da filosofia nos tempos modernos, por meio das respectivas contribuições de proeminentes produtores dos conhecimentos que fundamentam a demonstração da filosofia nos processos de desenvolvimento local.

### **2.1 Surgimento e Solidificação da Filosofia**

As pretensões desta abordagem não exigem elucidações a respeito das origens geográficas da filosofia. Desnecessário, então, trazer à baila a localização de seu nascimento, ou de sua gênese, ainda que seja forte a natural tendência de se afirmar a inviabilidade de sua origem em ares orientais, mesmo diante de “... observação de analogias genéricas constatáveis entre as concepções dos primeiros filósofos gregos e certas ideias próprias da sabedoria oriental”, tal como garantem Reale e Antiseri (2007, p. 4). Também não se cogita, aqui, enfatizar que os egípcios, com seus saberes matemáticos e geométricos, e os babilônios, detentores de conhecimentos em astronomia, ofereceram alguma contribuição aos gregos para que estes viessem a se tornar os pais da filosofia como conquista do ser humano por meio de sua capacidade produtiva. Bastam, então, algumas reminiscências para que se tenha certeza dessa paternidade.

#### **2.1.1 Origens Helênicas da Filosofia**

De todo modo, conforme reafirmam aqueles autores (Reale e Antiseri, 2007, p. 4), “A filosofia surgiu na Grécia porque justamente na Grécia formou-se uma temperatura espiritual particular e um clima cultural e político favoráveis. As fontes das quais derivou a filosofia helênica foram: 1) a poesia; 2) a religião; 3) as condições sociopolíticas adequadas”. Consonantemente, Hadot (1998, p. 22) já afirmara antes a origem grega da filosofia:

En efecto, las palabras de la familia de *philosophia* no aparecen antes del siglo V a.C. y no fue definida filosóficamente más que en el siglo IV, por Platón; sin embargo, Aristóteles y, con él, toda la tradición de la historia de la filosofía consideran filósofos a los primeros pensadores griegos que aparecieron a principios del siglo VI, en la periferia de la zona de influencia griega, en las colonias de Asia Menor, exactamente en la ciudad de Mileto: Tales, matemático y técnico, uno de los Siete Sabios, célebre por haber predicho el eclipse de sol del 28 de mayo de 585, luego Anaximandro y Anaxímenes.

Ainda que não seja, aqui, essencial a confirmação, não há dúvidas de que os pais da filosofia são os gregos, cujas características culturais e políticas determinaram o falado surgimento. A respeito, Helfferich (2006) refere-se de modo inusitado a essa origem, comparando a filosofia com uma pessoa humana, dando a entender que ao nascer, a criança mostra suas primeiras manifestações de vida autônoma, mas esta já se iniciara desde o tempo uterino. Posteriormente advém o desenvolvimento orgânico, intelectual e social da pessoa, e sua existência se desenrola com perdas e ganhos de todo tipo diante das vicissitudes de sua experiência histórica. Com isso, parece, o autor, querer afirmar que a filosofia, tendo origens em algum lugar, nasce em decorrência de fatores herdados e se desenvolve ao sabor das circunstâncias históricas que marcam a evolução do pensamento humano.

Aceitável, portanto, a ideia de que os gregos antigos, mesmo sob alguma influência de estranhos, cunharam com o próprio estilo de vida o arcabouço de pensamentos em busca de respostas às questões mais importantes que sempre inquietaram o ser humano. Até aqui, no entanto, aborda-se a origem geográfica da filosofia, atribuindo-se suas origens aos gregos. Mas, por que os gregos? Que peculiaridades esse povo detinha, para terem sido os pais da sistematização do pensamento? Tarnas (2008, p. 17) traz algumas delas, enfatizando a visível tendência de interpretar o mundo a partir de princípios tomados como modelos ou padrões:

A abordagem do que havia de mais peculiar numa visão de mundo tão complexa e multiforme como a dos gregos deve começar pelo exame de uma de suas qualidades mais impressionantes: a tendência constante e muito diversificada de interpretar o mundo em termos de princípios arquetípicos — evidente em toda a cultura grega a partir da **épica de Homero**, ainda que só tenha surgido em forma filosoficamente elaborada no cadinho intelectual de Atenas entre o final do século V e meados do século IV a.C. Ligada à **personalidade de Sócrates**, recebeu sua formulação inicial e, em determinados aspectos, definitiva, nos **diálogos de Platão**. Em sua base, havia uma **visão do Cosmo como expressão ordenada de determinadas concepções primordiais ou de primeiros princípios transcendentais**, diversamente concebidos como **Formas, Idéias, universos, absolutos imutáveis, divindades imortais, *archai* divinos e arquetipos**.

Diversos vestígios culturais e históricos, então, permitem a compreensão a respeito das razões que determinaram o nascimento da filosofia dentre os gregos, desde os escritos de Homero, perpassando a maneira de ser de Sócrates, os diálogos de Platão, e muitos outros, todos ocupados fundamentalmente com um conjunto de princípios destinados à corporificação de interpretações do universo e da vida. Pontualmente, as cogitações dos filósofos gregos partiram de vertentes relacionadas à arte e à religião, favorecidas por condições socioeconômicas postas em muito bom nível, tal como se constata em Reale e Antiseri (2007, p. 6):

Não menos importantes (e hoje se insiste muito nesse ponto) são as condições socioeconômicas e políticas, que frequentemente condicionam o nascimento de determinadas ideias e que, de modo particular no mundo grego, ao criar as primeiras formas de liberdade institucionalizada e de democracia, tornaram possível precisamente o nascimento da filosofia, que se alimenta essencialmente da liberdade.

Esses pesquisadores (Reale e Antiseri, 2007) ressaltam as evidências reveladoras da contribuição respectiva e sucessiva da poesia, da fé e das vicissitudes dos graus ou níveis de bem-estar social para o nascimento da filosofia entre os gregos, eis que estes eram atraídos pela harmonia, pela medida exata, pela proporção.

Como se evidencia, Homero e Hesíodo são referências gregas na seara lírica, evocando-se sua arte como elemento revelador da existência dos fatores que propiciaram aos gregos a evocação do pensamento filosófico. Por sua vez, a inexistência de livros sagrados e respectivos guardiões religiosos permitiram o exercício da liberdade de consciência dos antigos gregos, favorecendo as lucubrações de natureza muito próximas da filosofia. Finalmente, a liberdade política e a dinâmica da convivência social com significativos graus de usufruto dos bens materiais também favoreceram a dedicação dos antigos gregos às reflexões sobre as questões fundamentais atinentes à natureza da existência do ser humano.

A respeito daquelas condições socioeconômicas propiciadoras da gênese do pensamento filosófico em meio grego, Pisier endossa-as ao se referir à *Pólis*, ou *cidade*, como ambiente de manifestação do saber e do poder pensados por Platão, considerando que os denominados bem-nascidos constituem organizações político-sociais que exercem “[...] sua autoridade política, religiosa, jurídica e econômica sobre pequena comunidade de agricultores, artesãos e pescadores, [...] apoiando-se nas castas militar, sacerdotal e técnico-administrativa”, conforme explica Pisier (2004, p. 3).



Pisier (2004) ainda reforça a ideia da *Cidade perfeita*, afirmando que a expressão se refere ao conjunto de classes sociais em certa coletividade, tendo cada uma a missão específica: uma delas tem a missão de providenciar, submissamente, a satisfação das necessidades materiais da coletividade. Outra, constituída de pessoas fortes, disciplinadas e impetuosas é predestinada à garantia da segurança. Outra ainda, nucleada por indivíduos filósofos, denominados “filhos das ideias” gere os interesses de todos exercendo autoridade soberana, por terem comprovado capacidade de adquirir conhecimentos e, portanto, comandar.

Helferich (2006), por sua vez, dá conta de que, neste contexto, Atenas exerce fortemente a liderança junto às demais regiões gregas, por ter-se tornado econômica, política e culturalmente na Magna Grécia, ainda que conviva com frequente instabilidade e divisões em classes.

Nada mais natural, então, que justamente dentre os gregos antigos emergisse e se solidificasse a busca do saber, do conhecimento, sobre as grandes questões que intrigam, de alguma maneira, toda a humanidade. Tarnas (2008, p. 86) ressalta, ainda, nesse sentido, o elevado grau de importância da contribuição helênica quanto à filosofia, apontando que os grandes pensadores gregos trouxeram “[...] todas as mais importantes expressões culturais da era helênica”, tendo sido uma busca do saber diante de indagações que precisavam ser respondidas.

Essa busca grega pelo conhecimento, de incontida força cultural se estendeu por outros rincões, floresceu e solidificando-se sobremaneira na parte ocidental do mundo então conhecido, influenciando, mas também sendo influenciada pelas vicissitudes de toda ordem, tal como a seguir se mostra.

### 2.1.2 Solidificação da Filosofia no Ocidente

Aquela busca do saber, também revelada sob feições da preocupação com as grandes questões que inquietam a humanidade, a partir das mostradas origens helênicas, revelou sua força por meio das influências exercidas, aos poucos, pelo mundo afora. Ainda é Tarnas (2008, p. 86-9) que enaltece a naturalidade dos gregos no seu envolvimento com as reflexões filosóficas cuja força, predestinada a influenciar a produção do conhecimento, alcançaria o ocidente, dando conta de que, “Com o nascimento daquela tradição e daquela busca, nasceu a cultura ocidental. [...] O Ocidente jamais deixou de admirar a extraordinária vitalidade e pro-

fundidade da cultura grega, mesmo quando os subseqüentes desdobramentos intelectuais questionavam algum aspecto do pensamento helênico”.

Assim, os povos ocidentais também experimentaram esses ares benfazejos da cultura grega. Em lances históricos resumidos, pode-se afirmar que a ocidentalização da filosofia utilizou como importante trampolim as vicissitudes do império romano. Pisier (2004, p. 15), dentre outras afirmações, e evocando Hegel, referindo-se ao império romano, garante que a civilização romana facilitou a transferência das ideias gregas para a realidade, uma vez que “[...] a civilização romana não teve a mesma riqueza de criação que a grega, ela soube transferir para o real as ideias elaboradas por esta, que é comumente o seu modelo intelectual, e construir instituições de uma incontestável eficácia”.

É perceptível, portanto, que os antigos romanos assimilaram, em significativo grau, traços culturais gregos também relacionados à reflexão ou modelo intelectual mencionado acima por Pisier. Inegável, então, o papel instrumentalizador dos romanos na propagação das ideias gregas, principalmente à luz da consideração de que a ânsia romana pelas conquistas militares de quase todo o mundo conhecido no ocidente e no médio oriente levou para esses rincões aquela transferência. A respeito, volta Tarnas (2008, p. 106) à baila, agora para enfatizar a disseminação do pensamento clássico grego no ocidente por meio daquela presença dos romanos nos redutos por eles conquistados, garantindo que “Cícero, Virgílio, Horácio e Lívio levaram a língua latina, sob a influência de mestres gregos, à sua mais eloquente maturidade. [...] o que tornou-se crucial para o desenvolvimento posterior do Ocidente”.

Patente, então, o avanço das ideias gregas clássicas pelo mundo, por meio também das influências militares e culturais dos romanos antigos. Todavia, não foi apenas o império romano que mediou a disseminação do pensamento grego pelo ocidente. Outro importante veículo contribuiu significativamente, além de lhe atribuir coloração dogmática diferenciada: trata-se do monoteísmo, sob as vertentes do cristianismo e do islamismo, cuja força imprime patentes alterações no pensamento grego clássico, naturalmente politeísta.

Especificamente quanto ao cristianismo, os primeiros sinais de sua influência podem ser exemplificados pelos esforços missionários do apóstolo Paulo junto ao povo grego, e Helfferich (2006, p. 73) menciona, a respeito, que “Paulo experimentou essa via primeiro em suas grandes viagens missionárias, nas quais levou o cristianismo ao mundo helênico [desejando ...] apresentar a mensagem de Jesus como realização da verdade contida nas convicções racionais dos filósofos”.

Independentemente dos graus de sucesso desse projeto paulino e bem assim dos demais missionários cristãos seus contemporâneos, a nova fé se disseminou junto aos diversos povos de toda a região europeia, plantando-se ideias que alterariam profundamente a visão de mundo e, portanto, a filosofia das civilizações futuras.

Dispensável, aqui, a comprovação de que o cristianismo envolveu as civilizações de todo o ocidente, de modo especial a partir do século III, e por meio do próprio império romano: Constantino formaliza a religião cristã como credo a seguir em todo o império, potencializando a aceitação da nova fé, sua disseminação pelas populações europeias e as influências de seus valores e princípios. Mas não custa evocar as afirmações de Pisier (2004), dando conta de que no ano 312 da era atual aquele imperador romano se converte ao cristianismo e Roma passa a ser o centro da Igreja. A partir de tal circunstância, emergem diversos pensadores da nova Igreja pontuando os esteios da configuração do que se pode chamar de *filosofia cristã*. O citado Helferich (2006) menciona Clemente de Alexandria, o africano Tertuliano, ambos mortos no terceiro século, Lactâncio (250-317), Jerônimo (345-420) e Ambrósio de Milão (339-397), dentre outros. No entanto, poucos deixaram tão indelével marcas de interpretação do pensamento da Igreja como o africano Aurélio Agostinho, bispo de Hispana e nascido no ano de 354. A respeito, Pisier (2004, p. 22-3) faz referência à obra denominada *A Cidade de Deus*, em que Agostinho, dentre outros aspectos, enaltece e enfatiza a providência divina “...da qual cada um participa de acordo com suas obras de fé, devir que deve conduzir à Ressurreição dos corpos e à bem-aventurança”. No mesmo sentido, Helferich (2006, p. 82) especifica que tal obra se compõe de vinte e dois livros, em que os primeiros dez negam numerosas concepções pagãs, e os demais “...tratam da história dos dois reinos, da cidade de Deus e da cidade secular”, em que se confrontam formas opostas presentes em cada ser humano: de um lado o amor próprio, distanciando-o de Deus, e de outro o amor de Deus conduzindo-o ao desprezo de si mesmo.

Situados os ingredientes do contexto clássico da filosofia grega influenciada e influenciadora no ocidente, pronto está o palco da evolução do pensamento responsável pela lapidação das teorias e dos métodos de produção do saber que se paulatinamente se manifestarão desde o enfraquecimento do império romano até os dias presentes. Assim, renascimento, reformas, descobertas na terra e acima dela, tudo convergirá para as vigorosas alterações nas formas e no conteúdo do pensamento e das reflexões em busca da produção do conhecimento. De fato, as sucessivas descobertas científicas, precedidas ou não de teorias ou opiniões con-

tundentes em relação às imposições dos mandatários, eclesiásticos ou não, nas respectivas épocas, desembocam no cenário da supremacia das ciências.

Neste panorama científico, o desenvolvimento local toma seu assento para, ao que parece, não mais deixá-lo, uma vez que busca responder às aspirações e às necessidades do ser humano.

## 2.2 A Concepção da Filosofia

Superada a compreensão respeitante às origens gregas da filosofia, bem como seu osmótico avanço para o Ocidente, há que se delinearem, ainda que genericamente, as diferentes concepções detectáveis na literatura pertinente. Aliás, o surgimento da filosofia revela diferentes estágios e, conseqüentemente, também numerosas vertentes conceptivas, as quais guardam evidente coerência com a cronologia evolutiva de seu aparecimento, anteriormente visualizado.

Por pertinente, vale auscultar, de início, a opinião de Reale (2002), para quem as definições de filosofia compõem longa série, perpassando as contribuições de Aristóteles, Kant, Hegel, e tantos outros, sem, no entanto, obter-se resultado prático. Na opinião do autor, o que se deve é examinar as circunstâncias históricas que desembocaram nas questões consideradas filosóficas, porque “Só essa compreensão histórica é que poderá ser fecunda; razão pela qual vamos estabelecer, por ora, apenas uma *noção provisória* ligada às próprias raízes etimológicas do termo (REALE, 2002, p. 1).

De fato, paralelamente às premissas culturais e históricas do nascimento da filosofia em chão grego, vale evocar-se a classificação das etapas pelas quais passou o pensamento filosófico, atribuída à opinião de August Comte (1798-1857). Abordando o positivismo comtiano como corrente de pensamento filosófico, ainda que genericamente, especifica Castro (2019, s/p.):

### Lei dos Três Estágios

Pensando na marcha rumo ao progresso da humanidade, o filósofo Comte elaborou a lei fundamental que chamou de “Lei dos Três Estágios” segundo o qual a humanidade, em seu decorrer existencial, teria passado por três estágios (estados) históricos: o teológico, o metafísico e o positivo.

**Estado Teológico:** Esse seria o primeiro estágio do desenvolvimento humano. Para o filósofo, corresponderia à infância da humanidade que, ainda imatura, incapaz de fazer o pleno uso de sua razão, apela aos agentes sobrenatu-

rais para explicar os fenômenos da realidade. Nessa fase, é bastante comum a crença em fantasmas, monstros, assombrações etc.

**Estado Metafísico:** Também chamado de abstrato, o estágio metafísico é, antes de tudo, uma fase transitória entre o primeiro e segundo estágios. Nessa fase, que corresponderia à juventude social, os agentes sobrenaturais são aqui substituídos por forças abstratas, personificadas, capazes de direcionar e mover os fenômenos. Nessa fase, é bastante comum a crença entidades transcendentais, por exemplo, deus. [...]

**Estado Positivo:** Também chamado de estágio científico, o estado positivo corresponderia à idade adulta da humanidade que, em pleno uso de sua razão e com fê irrefreável nos avanços da ciência e da tecnologia abandonam as crenças imaturas nos agentes sobrenaturais e nas forças abstratas para dar lugar de destaque para a ciência.

A partir desses estágios, na verdade, melhor se compreende a evolução das concepções atribuídas à filosofia. Neste sentido, auferem-se valiosas contribuições na literatura, centradas na visão de mundo dos gregos, em que se especificam etapas do pensamento helênico desde a visão mítica, perpassando o nascimento da filosofia e o iluminismo. Tarnas (2008, p. 28), por exemplo, situa Platão numa primeira etapa, atribuindo-lhe adoção de personagens mitológicas para suas formulações reflexivas, pois ele, pensador helênico, prefaciava muitas vezes “[...] suas excursões míticas com um estratagema ambíguo, ao mesmo tempo afirmando e mantendo-se à distância ao declarar que se tratava de uma ‘narrativa provável’ ou que ‘isto ou algo muito parecido é verdade’”.

Platão mostra, assim, compreender o mundo a partir principalmente de certo emaranhado instável de deuses e de seres mitológicos ao lado de outras ideias abstratas. No entanto, novas ideias presentes nas obras de Homero, de Sófocles e de tantos outros literatos do mundo grego subsidiaram diferentes formas de interpretação da maneira de se ver o mundo. O próprio Tarnas (2008, p. 34) enfatiza essas mudanças, dando conta de que “Tales e seus sucessores, Anaximandro e Anaximenes, dispondo de tempo de lazer e munidos de curiosidade, iniciaram um processo de reflexão para a compreensão do mundo radicalmente inovador, com consequências extraordinárias”. E completa, Tarnas (2008), que desse modo o entendimento mitológico tradicional se completava com explicações “[...] mais conceituais e impessoais, baseadas em observações dos fenômenos naturais. Nessa fase — importante sob todos os aspectos — houve uma superposição do modo mítico e do científico, visível na principal declaração atribuída a Tales de Mileto, onde este afirmava a existência de uma substância primária unificadora e a onipresença divina: ‘Tudo é água e o mundo está cheio de deuses’”.

Portanto, evolui o pensamento dos gregos para a concepção de novas maneiras de se entender o mundo e as complexidades que o constituem: o entendimento mitológico configu-

rado ao sabor das invenções subjetivas do observador deu lugar a explicações fincadas em conceitos menos pessoais e mais relacionados à natureza.

De avanço em avanço, a filosofia galga degraus evolutivos de modo a amadurecer o seu enfoque e a espontaneamente selecionar o seu objeto, até o momento de se dedicar à produção do conhecimento e disponibilizá-lo ao ser humano. Muito natural, então, que a cada fase evolutiva a filosofia seja concebida sob diferentes óticas. Essa percepção evolutiva da filosofia, ainda que genericamente, faz-se necessária, considerando que se pretende demonstrar que ela fornece as bases e o impulso das manifestações do desenvolvimento local. Por isso, evoque-se a lição de Abbagnano (2007, p. 442-3), que aponta concepções e tipos numerosos do termo *filosofia*:

A disparidade das filosofias tem por reflexo, obviamente, a disparidade de significações de "filosofia", o que não impede reconhecer nelas algumas constantes. Destas, a que mais se presta a relacionar e articular os diferentes significados desse termo é a definição contida no Eutidemo de Platão: Filosofia é o uso do saber em proveito do homem, [...] bem como na de Kant, que define o conceito cósmico da filosofia (o conceito que interessa necessariamente a todos os homens) como o de "ciência da relação do conhecimento à finalidade essencial da razão humana". Essa finalidade essencial é a "felicidade universal"; portanto, a filosofia "refere tudo à sabedoria, mas através da ciência". [...] Em outras palavras, é possível distinguir os significados historicamente dados desse termo: 1º com relação à natureza e validade do conhecimento ao qual a filosofia se refere; 2º com relação à natureza do alvo para o qual a filosofia pretende dirigir o uso desse saber; 3º com relação à natureza do procedimento que se considera próprio da filosofia.

Patenteia-se, pois, na opinião do citado autor, a convergência conceptual da filosofia em Platão e Kant como utilização do saber em benefício dos interesses da humanidade, por meio da ciência. Nesse contexto, o mesmo Abbagnano (2007, p. 444) ressalta que, no entanto,

[...] a filosofia é o compromisso de fazer do saber investigação, condiciona o saber efetivo, que é "conhecimento" ou "ciência". No juízo que a própria filosofia emite sobre ele, esse condicionamento pode assumir três formas que definem três concepções fundamentais da filosofia, a metafísica, a positivista e a crítica. 1a Para a primeira delas, a filosofia é o único saber possível, e as outras ciências, enquanto tais, coincidem com ela, são partes dela ou preparam para ela. 2a Para a segunda delas, o conhecimento cabe às ciências particulares, e à filosofia cabe coordenar e unificar seus resultados. 3a Para a terceira delas, filosofia é juízo sobre o saber, ou seja, avaliação de suas possibilidades e de seus limites, em vista de seu uso pelo homem.

Emergem, então, sob tal prisma, diferentes conotações conceituais da filosofia: Metafisicamente ela se erige soberana como saber do qual emanam todas as ciências; operacional-

mente, a filosofia assume o papel classificador das diversas ciências, reunindo seus resultados e atribuindo a elas os respectivos métodos e técnicas responsáveis por viabilizar sua utilização em benefício dos seres humanos; por fim, criticamente a filosofia se conota como metodologia destinada à averiguação da validade e dos limites do saber.

Para quem, portanto, indagasse a respeito da possível indicação de uma dessas vertentes conceptivas como a mais apropriada para demonstrar a existência de convergências entre a filosofia e o desenvolvimento local, por certo a resposta apontaria a segunda vertente. Equivale dizer, para fins de constatação da possível convergência entre o desenvolvimento local e a filosofia, esta se concebe como detentora do papel de atribuir às ciências os respectivos métodos e técnicas que viabilizam a sua utilização em benefício dos seres humanos.

As próximas abordagens deverão demonstrar a veracidade da resposta a esse questionamento, encaminhando a confirmação ou a infirmação da hipótese de que a filosofia traz as bases científicas em que se finca o desenvolvimento local.

### **3 OS ELEMENTOS FILOSÓFICOS DETERMINANTES DO DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Observadas a gênese e a concepção da filosofia em sua paisagem clássica, urge compreender-se de que modo os seus reflexos influenciam a manifestação do desenvolvimento local. Por óbvio, as diversas manifestações filosóficas de todos os tempos paulatinamente se sintetizaram em decorrência de amplo e complexo processo cultural, e agora revelam o seu semblante atual consequente do natural e milenar processo dialético das reflexões sobre as grandes preocupações do ser humano. Por isso mesmo, os conhecimentos produzidos ou aperfeiçoados pelas gerações sucessivas no decorrer da história humana se acumularam e se manifestam a cada época como resultado do sucesso até então obtido. A respeito, as observações de Zilles (2016, p. 8) ilustram feitos humanos decorrentes desse acúmulo de conhecimentos, mostrando que “[...] o homem ampliou sua visão de mundo, explorando o cosmos”, e que houve significativo sucesso na descoberta de instrumentos tecnologicamente avançados que desembocaram na descoberta e aperfeiçoamento de satélites artificiais, foguetes interplanetários, telefonia, televisão, computadores e internet.

As atuais conquistas do ser humano, portanto, são o fruto das evoluções dos saberes anteriormente obtidos e nesta perspectiva insere-se a ideia do desenvolvimento local cuja fisionomia se configura como resultado do conhecimento até aqui amadurecido. No entanto, há que se especificarem as principais contribuições epistemológicas mais recentes que viabilizaram tais resultados. Vale dizer, faz-se necessário o delineamento dos contornos atuais da filosofia, considerando que somente hoje surge a concepção de desenvolvimento local, principalmente no que diz respeito à sustentabilidade que o caracteriza. Nessa perspectiva, emergem os epistemólogos da denominada filosofia contemporânea. As feições do seu conteúdo revelarão a mencionada influência sobre aquele processo de consubstanciação do desenvolvimento local, ainda que repousadas em determinados marcos um pouco mais antigos do processo evolutivo de produção e de amadurecimento do saber:

- As contribuições de grandes pensadores como Isaac Newton, Galileu Galilei, René-Descartes, Francis Bacon, Nicolau Copérnico, Louis Pasteur, Francesco Redi e tantos outros, agregando verdades até então inconcebíveis;



- a denominada *Revolução Científica*, de ares seiscentistas, alterando não só o *modus operandi* na produção do saber, mas principalmente estimulando nas pessoas a busca de respostas a indagações que até então não eram formuladas;
- a *Crise das Ciências*, com características de rompimento de verdades consideradas absolutas;
- a influência de outros pensadores como o renascentista Maquiavel (1469-1527) com sua teoria em torno das figuras governo e governantes, Marx (1818-1883) e suas análises sociológicas e econômicas voltadas às relações entre o trabalho e o capital, Keynes (1883-1946) com suas opiniões sobre as políticas econômicas governamentais, e ainda Mannheim (1893-1947) e seus estudos referentes às influências do conhecimento sobre a vida social, Friedman (1953-+) a respeito das causas e efeitos da globalização, e o indiano Amarty Sen (1933-+) voltado à busca de solução para as questões da pobreza e da fome no mundo.

Sob o significativo peso desse passado de reflexões e descobertas, emerge, então, o pensamento respectivo dos mencionados epistemólogos mais próximos no tempo, tais como Popper (1902-1994), Feyerabend, Habermas (1929-+), Rorty (1931-2007), Touraine (1925-+), e outros, com as influências das respectivas doutrinas na produção do conhecimento. Esses estudiosos trouxeram, pois, contribuições fundamentais para o campo da epistemologia atual, apontando-se inovadoras concepções e formas na produção do saber, o que gerou as necessárias sedimentações para o advento do desenvolvimento local. Essas contribuições passam e se explicitar a seguir, quase numa sequência história, por meio do cerne das respectivas teorias.

### 3.1 Concepções Filosóficas sobre o Estado e o Desenvolvimento

O desenvolvimento local possui fundamentos não só nos primórdios das manifestações filosóficas. Também mais proximamente no tempo os pensadores contribuíram para que se delineassem os contornos de novos ângulos desenvolvimentistas. Nesse contexto, juntam-se, então, manifestações filosóficas, não ainda de hoje, mas um pouco mais próximas no contexto histórico ocidental, cujo conteúdo foi determinante para os as feições atuais do pensamento ideológico. É o caso, por exemplo, dos respectivos pensamentos de Maquiavel e Marx, o primeiro com sua conhecida Teoria do Estado, e o segundo com a Teoria Econômica e Aná-

lise Sociológica. Em seguida, encontram-se as ideias de Keynes e Mannheim voltadas à planificação social. Milton Friedman (1912-2006) e Amartya Sen, por fim, têm lugar no enfoque do desenvolvimento como liberdade. Assim, desde o ambiente renascentista até o alvorecer dos modernos epistemólogos, corporifica-se evidente istmo filosófico responsável pelo concatenamento da evolução ideológica que deságua na configuração do desenvolvimento local.

### 3.1.1 Teoria do Estado à luz de Maquiavel

Nicolau Maquiavel, florentino renascentista e reconhecido como pai da ciência política moderna, descreveu, diferentemente do convencional, o governo e o Estado como são e não como deveriam ser. Tal conteúdo se extroverte no texto *O Príncipe*, em que Maquiavel, dentre outros aspectos, e com o intuito de orientar o governante a conquistar o poder, mantê-lo, ampliá-lo e administrar os negócios públicos, preconiza os conhecidos cinco atributos que todo agente público precisa pelo menos parecer possuir, e utilizar, conforme as circunstâncias do momento: a piedade, a fidelidade, a humanidade, a religiosidade e a integridade. São suas expressões:

A um príncipe, portanto, não é essencial possuir todas as qualidades acima mencionadas, mas é bem necessário parecer possuí-las. Antes, ousarei dizer que, possuindo-as e usando-as sempre, elas são danosas, enquanto que, aparentando possuí-las, são úteis; [...]. Deve-se compreender que um príncipe, e em particular um príncipe novo, não pode praticar todas aquelas coisas pelas quais os homens são considerados bons, uma vez que, frequentemente, é obrigado, para manter o Estado, a agir contra a fé, contra a caridade, contra a humanidade, contra a religião (MAQUIAVELLI, 2015, p. 32-3).

Na verdade, seus escritos tiveram por cenário o contexto conjuntural renascentista italiano, e direcionados aos envolvidos em particularismos locais. Especificamente a respeito de *O Príncipe*, a intenção de Maquiavel mais parece pretender conquistar a simpatia do governante local a fim de reaver cargo público antes exercido, embora nem o tenha conseguido. No entanto, tais orientações acabaram por chegar com força aos nossos dias, dado o conteúdo recheado de princípios referentes às relações do poder, constatando-se que até hoje, em todo o mundo, há evidentes práticas governamentais inspiradas nos ensinamentos do autor. Para ele, a história é repetitiva, e assim um governante pode evitar os mesmos erros dantes praticados, podendo então contar com melhores condições de permanecer no poder. Nesse sentido, expressava que tal permanência no poder é facilitada pela adaptação às circunstâncias políticas, ao que denominou *virtù*, ou seja, a força produzida pela flexibilidade nas ações para supera-

ção de fatores contrários aos interesses do governante desejoso de assim se manter. Na mesma linha, o autor trouxe a ideia da *fortuna*, concebida como tudo o que inevitavelmente ocorre com os seres humanos, de modo especial no que tange à política, favoravelmente ou não. Para ele, não sendo possível prever sempre o futuro, há que se esperar que ocorram favorabilidades ao governante.

A síntese possível das mencionadas orientações ao governante, presentes no bojo dos capítulos VI e XX a XXVI da falada obra, permite entenderem-se as razões da compreensível aversão atual aos ditos aconselhamentos, dada a imoralidade com que se apresentam. A cunhagem da inaceitável expressão *os fins justificam os meios* tem neles a sua origem, ainda que o próprio autor nunca a tenha usado. Para muitos, um compêndio de torpezas: centralização do poder; recurso à força para dominar a população descontente, caso falhe a concessão de benesses destinadas à mitigação do descontentamento popular; destruição do povo diante da constatação de sua inviável aceitação da tirania; fazer-se temer, mais que amado, considerando que o amor é volúvel, mas o medo é constante.

No entanto, e ainda que intencionado a favorecer o governante em detrimento da população, Maquiavel (2001, p. 14) fornece-lhe orientações para que beneficie os governados por meio de gestão pública adequada, para, assim, não ter que enfrentar dissabores: “[...] aquela província era toda ela cheia de latrocínios, de brigas e de tantas outras causas de insolência, o duque julgou necessário, para torná-la pacífica e obediente ao poder real, dar-lhe bom governo. [...] Este, em pouco tempo, tornou-a pacífica e unida, com mui grande reputação”.

Pinçadas essas considerações, torna-se possível auferir determinadas constatações que desembocam na certeza de que os *maquiavélicos* aconselhamentos do autor possuem vertentes também benéficas à sociedade. Tais benefícios podem ser identificados por pelo menos dois diferentes ângulos: de um lado, os governantes, ao longo da história, receberam a mensagem de que administrar adequadamente a coisa pública também lhes traz vantagens e, de outro, a disseminação do pensamento do autor, pelos quatro cantos do mundo, acabou por fazer chegar, às próprias populações, o conhecimento a respeito das costumeiras malversações governamentais e conseqüentemente a consciência sobre sua inaceitabilidade. Endossa tal interpretação Pisier (2004, p. 40) afirmando que “[...] o florentino constata que na política reinam a violência, a astúcia, a vontade de poder; e, assim, vale mais colocar essas forças a serviço do

Bem Público e aprender a conhecê-las a fim de utilizá-las e eficazmente como meios deste fim legítimo”.

Em assim sendo, Maquiavel não poderia imaginar que de alguma forma contribuiria para, em séculos mais tarde, fortalecer os esteios dos esforços populacionais na busca do respeito aos seus direitos de cidadania, principalmente no que tange ao reconhecimento de que os governados precisam ser considerados sujeitos de seu destino. De fato, aqueles direitos, tal como mais à frente será enfatizado, são um dos esteios da teoria do desenvolvimento local, dos quais as populações estão cada vez mais conscientes, graças também, como visto, à iniciativa de Maquiavel. Desse modo, sabedores de que os administrados conhecem as artimanhas dos governantes, as atitudes destes podem ganhar diferentes rumos dos sugeridos por Maquiavel ao *Príncipe*, tal como interpreta Escorel (1979, p. 107), ao predizer que “Com Maquiavel a finalidade das ações dos governantes passa a ser a manutenção da pátria e o bem geral da comunidade, não o próprio, de forma que uma atitude não pode ser chamada de boa ou má a não ser sob uma perspectiva histórica”. Ora, se os governantes, como mencionado, passarem a agir de modo a produzirem benefícios à população jurisdicionada, por saberem que a população está prevenida contra possíveis malversações divulgadas por Maquiavel, aos líderes políticos do mundo, então estarão assegurados, ainda que em parte, princípios do desenvolvimento local justamente por contribuição daquele pensador renascentista. Em consonância com tal linha de pensamento, o próprio Maquiavel traz a declaração de que “Os que, por suas virtudes, [...], tornam-se príncipes, conquistam o principado com dificuldade, mas com facilidade o conservam. [...] quando começam a ser venerados, [...] ficam poderosos, seguros, honrados, felizes”. Portanto, em tal mensagem *maquiavélica*, constata-se a reiteração de que as virtudes do governante lhe asseguram permanência no poder. Obviamente, tais virtudes significam a postura de quem governa para o benefício dos administrados, ou seja, promove o interesse deles e, nisto, por certo presente também o respeito aos cidadãos, com a consequente já mencionada valorização de sua participação efetiva como sujeitos da sua história.

### 3.1.2 Teoria Econômica e Sociológica de Marx

Ideologicamente, o mundo tem se mostrado sob dois principais pensamentos idealizadores do respectivo sistema econômico: o capitalismo, defensor dos meios de produção como propriedade privada e voltados ao lucro; o socialismo, desejoso de que os meios de produção de quaisquer tipos e a distribuição dos bens sejam propriedade pública ou coletiva. O

primeiro, ainda que sob diferentes óticas conforme opinantes diversos, defende genericamente a iniciativa privada com liberdade para acumulações de capital e investimentos, preconizando como esteios a liberdade decisória, a economia de mercado, a concorrência, o trabalho assalariado, e outros. Já o segundo, também com variações de enfoque como o socialismo utópico, o científico, o anárquico e o cristão, propõe caracterizar a sociedade pela igualdade de oportunidades e sem diferenciação de classes sociais, mesmo que para tanto se recorra à revolução proletária.

A forte liderança do pensamento socialista na modernidade é atribuída a Karl Marx, adepto do denominado socialismo científico: defendeu em sua mais conhecida obra, *O Capital*, a compreensão e a transformação da realidade por meio de análise dos fundamentos sociais e econômicos do próprio capitalismo. Tendo Friedrich Engels (1820-1895) como coadjuvador na elaboração de suas ideias e em sua divulgação escrita, preconizou o *materialismo histórico* como abordagem metodológica para estudar a sociedade, a economia e a história por meio da detecção das causas de mudanças e de desenvolvimento na sociedade. Essencialmente tal abordagem metodológica afirma que desde sempre, nas sociedades, a exploração do homem pelo homem provoca os confrontos entre as diferentes classes, em âmbito geral. Do mesmo modo, afirma-se que também em âmbito particular ocorreria a mesma relação entre os indivíduos: o empregador exploraria o empregado, o fornecedor faria o mesmo com o consumidor.

Independentemente das possíveis controvérsias quanto às argumentações marxistas, e bem assim a outros eventuais interesses nas suas entrelinhas, podem-se identificar nela aspectos favorecedores da emergência do desenvolvimento local. Por exemplo, Pisier (2004, p. 197) garante que interessam a Marx “[...] o destino do homem na sociedade e as possibilidades de sua liberdade e de seu desenvolvimento”, e no mesmo sentido afirma que:

A importância que Marx confere aos dinamismos materiais das sociedades, ligada à vontade de ir além das teorias abstratas do Estado, o conduz a duas direções: por um lado, ele se documenta a respeito da situação do proletariado das cidades e dos campos e a respeito das lutas que trava para combater a miséria e a sujeição às quais está reduzindo e, por outro, empenha-se em pôr em evidência os mecanismos econômicos que governam a sociedade atual e que estão na origem das crises e dos conflitos que a perturbam (PISIER, 2001, p. 198).

Justamente a defesa da liberdade e do desenvolvimento do ser humano em moldes a garantir os seus direitos básicos por meio dos elementos estruturais de suporte das ações de

governo, como pretensão de Marx, corresponde a valores e princípios do desenvolvimento local, viabilizando a superação dos entraves que dificultam as manifestações das pessoas como agentes da própria história. Do mesmo modo, tal correspondência se estende à mencionada compreensão e a transformação da realidade pretendida pelo marxismo, que podem desembocar na operacionalização de mecanismos garantidores das oportunidades de participação das pessoas na dinâmica dos processos sociais presentes na consubstanciação do desenvolvimento local, ainda que o pensador prussiano não tivesse auferido o pleno sucesso pretendido, tal como expressa Pisier (2004, p. 210) sobre a obra de Marx:

De modo paradoxal, o que permanece vivo nela não é nem a filosofia da história, nem o socialismo científico, nem a estratégia da revolução mundial, mas sim a vontade – utópica – de instaurar uma organização econômica que crie não apenas os meios da liberdade, mas a própria ação livre.

Portanto, herda-se da teoria econômica e social de Marx um conjunto de princípios que carregam fortes traços das preconizações axiológicas do desenvolvimento local, considerando que este se finca também nos esteios da liberdade ou autodeterminação das pessoas na construção de uma sociedade consciente de seus direitos de participação efetiva nos processos sociais viabilizadores da emancipação e da sustentabilidade. Portanto, possível a identificação de aspectos congêneres presentes no pensamento marxista e na busca de garantia da efetividade do protagonismo dos agentes locais que corporificam suas estratégias de tomada de decisões nas esferas também econômicas, e as implementam por meio de efetivos processos participativos.

### 3.1.3 Planificação social de Mannheim e econômica de Keynes

Como visto, o desenvolvimento local tem suporte epistemológico encorpado por ideias advindas de pensadores de diferentes tempos e lugares. Mannheim e Keynes também contribuíram significativamente para que se deflagrassem os estímulos para sua conformação. Ambos tinham comungado inicialmente com ideias econômicas ou marxistas o primeiro, ou clássicas o segundo, alterando com o tempo a respectiva maneira de pensar a respeito da macroeconomia política governamental, a ponto de chegarem a ser considerados inspiradores da planificação social.

O primeiro, **Karl Mannheim**, assemelhando-se mais a Hegel (1770-1831) e Comte, acreditou desnecessária a revolução marxista para elevar os padrões de bem-estar da sociedade. Tinha como certo que seria desfeita a supremacia dos processos históricos sobre as pessoas, e admitiu que nas ciências sociais é possível a produção do conhecimento objetivo na perspectiva de se formular uma teoria do desenvolvimento da civilização no Ocidente. Nessa linha, consolidando seus conhecimentos históricos, filosóficos, econômicos, sociológicos e psicológicos, os esforços de Mannheim desembocam na abordagem da teoria voltada à planificação social, por ele entendida como estrutura viabilizadora da prática democrática em todos os sentidos e sem limites em uma sociedade. Para ele, sedimentar essa planificação social significa, no entanto, apenas uma etapa do desenvolvimento no Ocidente. A respeito, importa o exame das expressões do próprio Mannheim (1972, p. 18):

... a verdadeira planificação consistia na coordenação das instituições, da educação, dos valores e da psicologia. Só quem puder ver as importantes ramificações de cada passo isolado, poderá atuar com a responsabilidade exigida pela complexidade da época moderna. (...) A essência da planificação democrática deve tomar como tema a vida social em sua totalidade: novas instituições, homens novos, valores novos.

A respeito, vale evocar-se também a menção que Rezende (2004, p. 241) faz referindo-se à opinião de Celso Furtado (1920-2004) sobre as dificuldades de se praticar a mencionada planificação social idealizada por Mannheim:

Mas mediante essa concepção de planificação, como deveriam agir os homens de ciência diante de tal desafio? Celso Furtado deixa evidenciado em seus textos [...] que a construção de um processo de planificação que reafirmasse o propósito concebido por Mannheim, ou seja, de criação das estruturas por onde deveria fluir uma nova sociedade, democrática em sua totalidade, era demasiadamente desafiadora para a América Latina e para todo o restante do mundo.

Desse modo, sob o título de *planificação social*, Mannheim idealizou a prática democrática irrestrita numa sociedade, implicando, então, adotar-se estrutura social diferente das usuais em seu tempo, o que, por si só, permite vislumbrar-se cenário propício às manifestações dos princípios, valores e metodologias do próprio desenvolvimento local. A respeito, outros estudiosos também enfatizam aspectos que revelam visíveis sinais de ressonância do pensamento de Mannheim com as teorias do desenvolvimento local: Mazucato (2013, p. 189),

por exemplo, ao averiguar as preocupações do pensador húngaro com o conhecimento, traz que

Ao se preocupar com o problema do conhecimento, Mannheim não tem em vista uma explicação dos elementos da estrutura lógica do pensamento, mas sim busca por uma compreensão sobre como os pensamentos podem se transformar em instrumentos de ação coletiva na esfera pública, em especial no campo da ação política. [...] Esses pensamentos produzem conhecimentos sociais, ou seja, conhecimentos que são socialmente compartilhados pelos indivíduos do grupo. Tais conhecimentos sociais são o alvo da Sociologia do Conhecimento. [...] O pensar e o agir são coletivos e não podem, portanto, ser compreendidos isoladamente.

De fato, Mazucato (2013) mostra que Mannheim considera a importância da ação coletiva na esfera pública como resultado do pensamento, e a situa especialmente no campo político, e ainda completa que são coletivos o pensar e o agir e, somente nessa mútua relação podem ser compreendidos. Percebe-se então que, para ele, Mannheim, o conhecimento ocorre em situação existencial da sociedade e somente nesse contexto poderá possuir lógica e explicação. O compartilhamento, então, dos resultados cognitivos ocorre coerentemente com a intencionalidade coletiva de cada sociedade ou grupo, e permite até mesmo a percepção de certa ressonância com as dições marxistas.

Ora, o desenvolvimento local preconiza as ações políticas, sejam internas ou externas, como necessário instrumento de participação das pessoas no contexto de desenvolvimento multifacetado de uma comunidade. O compartilhamento preconizado por Mannheim soa harmonioso com as preconizações interativas da comunidade embalada pelo clima do desenvolvimento local, seja pela presença das conhecidas redes interacionais, seja pelo amplo processo de comunicação de toda ordem geralmente efetivo na dinâmica da vivência comunitária. Desse modo, também o pensamento de Mannheim apontava, já, para as preconizações desenvolvimentistas atuais, comprovando sua contribuição epistemológica para o desenvolvimento local, ainda que à época parecessem distantes as reais possibilidades de se pôr em prática a sonhada planificação social.

Por sua vez, **John Maynard Keynes** dedicou-se sobremaneira à macroeconomia e às políticas econômicas governamentais. Combateu, então, o pensamento defensor da economia neoclássica, a qual pretendia que o mercado livre solucionasse a questão, por exemplo, do desemprego, contanto que houvesse flexibilidade por parte dos trabalhadores. Tais ideias, de Keynes, desembocou, pois, na defesa da denominada *planificação econômica* e, ao que parece, com otimismo: “Este, talvez, tenha sido o maior legado de Keynes, nosso patrono: propor



corajosamente alternativas de prosperidade no meio de crises agudas do capital” (ASSIS, 2008, p. 52).

Para melhor compreensão das ideias keynesianas nessa área, no entanto, relembre-se que a ciência econômica trata da análise da produção de bens e de serviços, sua distribuição e consumo. Nesse sentido, advém etimologicamente de οἰκονομία e alcança também os patamares políticos, e de modo geral se aplica a duas diferentes abrangências: a microeconomia, atinente ao comportamento individual, e a macroeconomia que se refere à agregação dos fatores econômicos. Podem-se ainda identificar classificatoriamente a *economia positiva* com suas explicações sobre o comportamento econômico, e a *normativa* que define o ideal ou o seu *dever ser*. Sob quaisquer ângulos, todavia, requerem adequadas ações de análise e de gestão, a fim de se garantirem os esperados resultados.

Assim, para Keynes a elaboração de plano definidor do objeto, da metodologia, da quantidade, dos destinatários e dos valores de bens e de serviços, em certa sociedade, cabe ao Estado que, por meio de especialistas, analisa as necessidades da produção e permite produzir-se apenas o necessário. Obviamente, os meios de produção pertencem ao Estado, bem como a matéria-prima e o papel de definidor dos preços, o que institucionaliza a política econômica centralizada. Este é o sentido da *planificação econômica*, ou da economia planificada, ou ainda da economia centralmente planejada, fundamentalmente adotada pelos governos socialistas, pretendendo-se reduzir o desemprego e elevar os graus de satisfação das necessidades e das aspirações da população.

Como características, então, da economia planificada emergem a predominância de empreendimentos estatais, com a óbvia inexistência de concorrência empresarial. O desenvolvimento ou dinamização das empresas como iniciativa privada sucumbe diante do desinteresse por investimentos, provocando em geral paralisação das inovações tecnológicas particulares.

Opostamente, põe-se a denominada *economia de mercado*, ou sistema de livre iniciativa, em que não há intervenção estatal. A iniciativa privada decide, a partir das demandas constatadas, quanto a investimentos, ao objeto da produção, preços, e demais circunstâncias congêneres, assumindo, no entanto, os riscos inerentes. Assim, tal sistema econômico é adotado pelos governos ditos capitalistas.

Por mais, observe-se a existência preponderante da combinação desses dois modelos econômicos, o socialista e o capitalista: trata-se da economia mista como tentativa de mediação entre as economias planificada e de mercado. Portanto, convivem circunstâncias híbridas em que a iniciativa privada assume os investimentos econômicos, mas o Estado regulamenta as relações geralmente conflitantes entre os fornecedores de bens e de serviços e os consumidores, bem como entre o capital e a mão de obra.

Pois bem, conforme mencionado, Keynes defendeu a planificação econômica, influenciando significativamente os governos de grandes potências ocidentais a partir da segunda grande guerra, tendo sido considerado o pai da macroeconomia moderna, ainda que em certos momentos determinados fatos tenham sugerido outras tendências teóricas na área econômica, como a ascensão dos pensadores monetaristas nos anos 70 do século passado, diante da crise da moeda norte-americana provocada pelas reações do países produtores de petróleo. A respeito, Ferrari Filho e Paula (2008, p. 2) afirmam: “Em que pese que as lições de Keynes e Minsky (1919-1996) tenham sido apreendidas, após algumas vacilações por parte dos governos (em particular dos EUA) em perceber a gravidade da crise, estamos sem dúvida vivendo a mais profunda crise financeira mundial desde a Crise de 1929”. Renasce, no entanto, a influência keynesiana alguns anos depois com a manifestação de outras crises econômicas, agora de outros países como os asiáticos. Essa sucessão de superposições ideológicas nessa área é constatada também por Bresser-Pereira (2008, p. 6):

[...] sabemos que esta ideologia ultraliberal era legitimada nos Estados Unidos pela teoria econômica neoclássica – uma escola de pensamento que foi dominante entre 1870 e 1930, que entrou em crise e foi substituída pela teoria macroeconômica keynesiana, que se tornou dominante nas universidades até meados dos anos 1970, e voltou à condição dominante desde então por razões essencialmente ideológicas. Economistas como Milton Friedman, James Buchanam, Mancur Olson, Robert Lucas, Kydland e Prescott apontaram suas armas contra o Estado e se encarregaram de demonstrar matematicamente, “cientificamente”, com o auxílio dos pressupostos do *homo economicus*, das “expectativas racionais” e da “escolha racional” que o credo neoliberal era correto.

Assim, para o mundo das teorias econômicas Keynes trouxe contribuições que se podem considerar apontadas sempre para o mesmo alvo: ainda que em paisagem de convivência das teorias econômicas, os governos precisam planificar ações voltadas à garantia do sucesso de empreendimentos capazes de evitar a exploração injusta da mão-de-obra pelo empreendedor, seja este privado ou público. Por isso, também se pode afirmar que a planificação econômica keynesiana possui certa sonoridade coerente com os já mencionados valores, princí-

pios e métodos de promoção do desenvolvimento local, desde adaptadas certas nuances fundamentais como criação de canais de efetiva participação inclusiva das pessoas nas decisões e na operacionalização local dos eventos produtivos e no consumo dos seus resultados. De fato, se nas mãos governamentais estiverem os meios de produção econômica e as regras de sua implementação, e presente a mencionada estrutura viabilizadora da participação popular, bem como da distribuição e usufruto dos resultados, em clima de franca parceria com o Estado, minimizar-se-iam as influências negativas das forças de interesse particular geralmente exploradoras dos componentes mais fracos da sociedade.

Portanto, ainda que necessárias as faladas adaptações que viabilizem a adequada participação popular, a teoria keynesiana da planificação econômica não rechaça sua possível aproximação com os ditames do desenvolvimento local, podendo-se viabilizar, em cada localidade, a adoção de planos integrados de desenvolvimento, identificando-se as potencialidades e as predisposições naturais de exploração autossustentável.

### 3.1.4 Desenvolvimento como liberdade: Milton Friedman e Amartya Sen

Milton Friedman e Amartya Sen, influentes economistas com ideias preconizadoras da liberdade como esteio do desenvolvimento. Notabilizou-se o primeiro, Milton Friedman, por suas contribuições voltadas ao estudo da política macroeconômica com ênfase em monetarismo, taxas de desemprego, de inflação, de estagflação, taxas de câmbio, e outras nuances, corporificando sua teoria econômica voltada ao desenvolvimento como liberdade e reconhecida mundialmente, tendo ainda exercido a função de assessor de presidente dos Estados Unidos da América. Sua principal obra, *Capitalismo e Liberdade*, extroverte os princípios e valores do liberalismo de bases smithianas. O segundo, Amartya Sen, indiano e igualmente profícuo pesquisador da área, com forte sedimentação na docência universitária e na liderança institucional de organismos científicos. Produziu dezenas de livros e centenas de artigos, abordando principalmente o desenvolvimento como liberdade, evocando temas como economia de bem-estar, escolha social e outros enfoques inspirados fortemente na necessidade de reformas sociais para afastamento das causas do subdesenvolvimento da Índia e de outros países atingidos por escassez de alimentos, pobreza, desigualdade de gênero, e outros fatores congêneres.

Nesse contexto, **Milton Friedman** defende, na opinião de Silva (2011, p. 156) princípios que

[...] que enxergam o mercado enquanto um mecanismo e um espaço que não deve sofrer coações do estado, além da visão individualista do papel e da posição dos agentes dentro do sistema. [...] Também enxerga o estado enquanto elemento imprescindível, mas que suas políticas não devem interferir nas “engrenagens” do mercado, pois tal ação soluciona apenas os sintomas de determinado problema, além de gerar desequilíbrios macroeconômicos. [...] Para Friedman, liberdade tem um sentido individualista, de modo que propõe uma individualização dos papéis e das posições dos agentes dentro da estrutura do sistema.

Friedman quer, então, que os sujeitos envolvidos nos processos produtivos tenham liberdade também política a fim de promoverem o arcabouço econômico dependente apenas de suas decisões. Obviamente, com a liberdade advém a responsabilidade, restando ao governo atuar, nesse contexto, como controle dos desvirtuamentos e mediação dos conflitos que se manifestarem entre os agentes interessados, podendo-se acrescentar que deve agir também como fomentador de investimentos estruturais, culturais e sociais.

A liberdade de troca, na opinião de Friedman, é fundamental para consubstanciação do equilíbrio esperado entre consumidores e produtores de bens e serviços, entre esses próprios produtores, bem como entre empregados e empregadores, uma vez que a competição garante o controle mútuo das forças antagônicas naturalmente presentes. Por isso, o relativo afastamento do governo desse processo, a não ser no que tange ao mencionado papel de controlador das disfunções mencionadas, eis que prejudiciais a todos os envolvidos. É do próprio Friedman a declaração:

A existência de um mercado livre não elimina, evidentemente a necessidade de um governo. Ao contrário, um governo é essencial para a determinação das regras do jogo; e um árbitro para interpretar e pôr em vigor as regras estabelecidas. O que o mercado faz é reduzir sensivelmente o número de questões que devem ser decididas por meios políticos - e, por isso, minimizar a extensão em que o governo tem de participar diretamente do jogo (FRIEDMAN, 1985, p. 23).

Assim, restringe-se significativamente o papel governamental, abrindo-se perspectivas de opção à livre iniciativa dos investidores, os quais deverão submeter-se à mencionada competição como mal necessário para garantia do equilíbrio entre todos os envolvidos. Desse modo, o monopólio, por exemplo, passa a se considerar *persona non grata* nesse contexto, e o governo, por meio dos mecanismos que lhe são próprios, como a legislação, por exemplo, deverá, como acima mencionado, impedi-lo obviamente. Além disso, tal ação governamental deverá coibir também outros fatores menos perceptíveis, mas que significam empecilho àque-

la liberdade, como as influências negativas exercidas, por exemplo, entre os próprios investidores, por meio de injunções inerentes até mesmo à própria respectiva atividade econômica, como poluição, sonegação tributária ou previdenciária, suborno, preconceitos racistas, de gênero e outros.

Em assim sendo, conforme antes mencionado o pensamento de Friedman emparelha-se perceptivelmente com os ditames do desenvolvimento local. As preconizações atinentes à liberdade como fundamento de iniciativas no coletivo, ainda que, originariamente, sob o ponto de vista econômico, lança esteios para a solidificar ideias de participação das pessoas nos processos interativos das coletividades e de reconhecimento da importância de suas decisões no contexto da busca de solução das questões sociais e elevação dos níveis qualiquantitativos de vida. Portanto, o pensamento de Friedman contribuiu, ainda que genericamente, para construção de princípios emancipadores característicos do desenvolvimento local.

Por sua vez, **Amartya Sen**, de modo semelhante a Friedman, viu a importância da liberdade como esteio do desenvolvimento. No entanto, a vertente de análise, desta vez, revela tal liberdade como variável inerente ao próprio indivíduo, detentor da capacidade de optar, e não apenas aos aspectos econômicos. Nesse sentido, é ainda Silva (2011, p. 162) que mostra:

Capacidade constitui o conjunto de possibilidades reais que podem ser exploradas pelo indivíduo. Amartya enxerga a liberdade não somente enquanto a abertura estrutural do conjunto de leis e da economia para que cada indivíduo possa estabelecer suas escolhas, econômicas ou não. O autor funda uma visão de possibilidades reais de escolha, no sentido dos condicionantes e limites que permitem estabelecer tais preferências.

Para tanto, também aqui presente a pressuposição das ações governamentais para garantia de requisitos para o exercício de tal liberdade: a mencionada *abertura estrutural do conjunto de leis e da economia* depende de decisões e iniciativas operacionais do governo, então parceiro imprescindível da sociedade nesse contexto e, portanto, responsável por parcela significativa do sucesso esperado. No entanto, na opinião de Amartya Sen deverá o ente governamental, no exercício dessas suas funções, considerar também as peculiaridades culturais e sociais da população, pronto para superar quaisquer obstáculos, mesmo os de fundo ideológico. Silva (2011, p. 164) também percebeu em Sen tal certeza:

Para Amartya o processo de desenvolvimento como liberdade é antes de mais nada um desenvolvimento do bem-estar dos indivíduos, processo esse que na visão do autor deve ser lastreado na liberdade. Nesse sentido, em relação às tradições e costumes, algumas dessas são incompatíveis com o processo de desenvolvimento capitalista, quanto a

isso, a população deve decidir democraticamente, pesando a importância das tradições com os benefícios do desenvolvimento capitalista, se a tradição deve ser mantida ou não.

Portanto, Amartya Sen pressupõe a supremacia das decisões da população envolvida, independentemente das opções ideológicas governamentais quanto ao modo de produção, o que equivale dizer que, de fato os indivíduos são respeitados nos seus interesses e nas suas necessidades. Em reforço a tal aspecto, o mesmo Silva (2011, p. 164) dá conta de que Amartya tende fortemente ao reformismo no que tange à perspectiva político-ideológica, mesmo sem adentrar-se nas discussões de preferência por modos produtivos capitalistas ou socialistas. O importante, então, para o economista indiano, é que haja a liberdade para os indivíduos definirem suas preferências, em busca da elevação dos níveis de seu bem-estar.

Acresça-se que Amartya Sen ainda considera o aspecto conceitual da pobreza no contexto do desenvolvimento. Para ele, a pobreza não se configura apenas como resultado de baixos níveis de renda, mas de privações dos serviços atinentes à educação, à saúde, ao saneamento e outros de mesma natureza e importância como fundamento de bem-estar.

Por fim, Amartya Sen ainda ressalta aspectos diretamente relacionados aos direitos das pessoas na dinâmica do exercício de suas opções. Para ele, sendo fundamental a expansão da liberdade individual para o desenvolvimento, pouco adianta ela sem as garantias de seu exercício. Estas, obviamente, precisam advir dos entes governamentais por meio das regras jurídicas e administrativas características. Como contribuição para facilitar as providências governamentais em busca da elevação dos níveis de bem-estar das populações, ressalte-se a existência do conhecido Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), cuja criação de atribui a Mahbub ul Haq (1934-1998), com a efetiva participação de Amartya Sen. Tal índice, como se sabe, caracteriza-se como instrumento de mensuração geral das dimensões de desenvolvimento do ser humano. A própria Organização das Nações Unidas o utilizam desde o final do século passado, de modo a se poder comparar, nesse sentido, os países pelo mundo.

Assim, desnecessário enfatizar que, dentre os pensadores com destaque no enfoque das relações entre o estado e o desenvolvimento, Amartya Sen se revela detentor de opiniões muito mais próximas das preconizações axiológicas do desenvolvimento local. A defesa da própria liberdade, cujo exercício pelos cidadãos deve ser garantido pelo governo, permite ante-ter a supremacia dos direitos de participação dos indivíduos na dinâmica dos processos decisórios das comunidades territoriais. O combate à pobreza, por meio das providências gover-

namentais para afastamento de suas razões externas à renda, revela peculiar postura desse economista a respeito das preocupações com o bem-estar populacional. Por tudo isso, também aqui se pode afirmar que a postura de mais este pensador se coaduna com o delineamento teórico do desenvolvimento local.

Desse modo, pode-se tecer comparação das respectivas posturas de Friedman e de Amartya a respeito da liberdade como manifestação da vontade das pessoas na dinâmica de sua interação na coletividade. Constatase que ambos configuram a respectiva análise em clima de capitalismo como modo de produção, abordando as vertentes ideológica, econômica e política, embora Amartya acentue com força a importância da participação estatal em todos os setores para garantia do exercício de opção pelos indivíduos, mas sem qualquer rompimento com o capitalismo, diferentemente de Friedman que prefere o maior distanciamento das intervenções do estado. Amartya prefere no máximo algo como um capitalismo intervencionista em busca da salvaguarda dos direitos populares, e especifica nesse contexto a concepção de *pobreza*, ainda que considerando apenas o fator *renda* como esteio mensurador e, portanto, relegando outros por certo tão importantes quanto, a exemplo do acesso aos serviços públicos de qualidade em segurança, saúde, educação, trabalho, saneamento, comunicação, convivência e outros.

Portanto, cada um, a seu modo, ou seja, com os respectivos defeitos e virtudes, falam alto em defesa da participação das pessoas no aparato econômico-social, para o que se torna fundamental a liberdade para decidirem os rumos da própria vida.

Conclusivamente, em abordagem conjunta ou separada, Friedman e Sen, tal como antes mencionado, deixam herança epistemológica especialmente favorável ao florescimento do desenvolvimento local, eis que plantadas bases da liberdade e da participação popular viabilizadoras da conformação de teorias desenvolvimentistas voltadas ao reconhecimento e ao respeito às características das localidades em que os indivíduos, grupos, instituições públicas e particulares, e tantos demais componentes do processo social criam, mantêm e desenvolvem processos interativos de finalidades locais específicas.

### **3.2 A Contemporaneidade Filosófica do Conhecimento**

Antes de se enfatizar o pensamento dos mencionados filósofos modernos relembre-se que, tal como garante Furtado (2018, s/p), o saber, além de acumulativo, evolui em meio a

constantes correções, atualizações, aperfeiçoamentos, sendo necessário que se corrijam e se substituam as antigas teorias por “[...] novas que as contenham ou substituam [...]”. O conhecimento científico humano não é estático, pois não fica parado no tempo, estando, por outro turno, em constante mudança e desenvolvimento. [...] ocorrendo assim um avanço no conhecimento, sendo, outrossim, descobertos novos aspectos da realidade e do universo infinito e eterno.

Assim, a dinâmica da contínua superposição das verdades de cada filósofo contemporâneo mostrará genericamente, a contribuição da filosofia para construção das bases do desenvolvimento local.

### 3.2.1 Falsificacionismo de Popper

Nessa paisagem evolutiva da produção do conhecimento, Chalmers combateu a pretensão de cientificidade de afirmações destituídas das condições suficientes, ao que chamou de indutivismo ingênuo. No mesmo diapasão e na sequência, emerge o *falsificacionismo*, importante figura epistemológica com a qual Karl Popper demonstra que os defeitos apontados por Chalmers e outras inconveniências presentes no desenvolvimento das ciências desaparecem. De fato, Popper, filósofo austríaco, nasceu no início do século XX encontrando a ciência em relativo estágio avançado de prestígio. Ela fornecia as bases para o intenso progresso material decorrente da revolução industrial surgida há mais de cento e cinquenta anos na Inglaterra, representando, então, a mola propulsora da produção de riquezas, o que lhe angariou elevado status no contexto socioeconômico.

No entanto, tais circunstâncias trouxeram também significativas distorções na doutrina e na prática da ciência, culminando no que se chamou de *cientificismo*, ou seja, acreditou-se que ela tudo explicaria, tudo resolveria e, portanto, tinha que situar-se acima de quaisquer outras modalidades do saber. Mas, a constatação foi de que nem tudo definido no seio da ciência era tão certo como se propalava. Erros e dúvidas se constataavam, e justamente neste cenário emergem as ideias de Popper. Para ele, conforme contribuição de Schmidt e Santos (2007, p. 1), a possibilidade de algo se constatar falso, ou seja, a *falseabilidade*, na dinâmica da manifestação dos conhecimentos científicos e, portanto, no contexto das ciências, longe de significar um empecilho no reconhecimento da validade delas, pode contribuir para apuração da verdade. Para ele, tal falseabilidade ou refutabilidade revela a essência mesma da expressão da verdade científica. Então, para que uma teoria, na opinião dele, possa ser considerada científica deverá ser possível provar que é falsa.



Obviamente, até então prevalecia o reconhecimento da validade dos falados métodos dedutivo e indutivo na produção do conhecimento. Desde Aristóteles, o império desses métodos sempre gozou de plena aceitabilidade em todas as áreas do conhecimento. A respeito, Peter e Mors (2009, p. 9-10) noticiam tal contexto e conceituam as vertentes metódicas envolvidas:

[...] o que devemos enfatizar sobre Aristóteles é o método utilizado para se fazer física, para construir o conhecimento científico, altamente empírico. Ele propôs o método indutivo-dedutivo [...].

Fatos, ou eventos singulares, são observados e, através desses fatos, são feitas afirmações ou enunciados singulares. [...]

- Os enunciados singulares são afirmações sobre os fatos, ou eventos singulares. Por exemplo: o fato constitui-se na queda de um giz, no momento em que o professor o solta de uma altura específica. O enunciado ou a afirmação singular sobre o fato deve ser algo do tipo: O giz cai quando solto de uma altura específica em relação ao solo.

Através desses fatos observados se constroem leis e enunciados universais através de um processo lógico indutivo.

- Leis e enunciados universais são generalizações para afirmações baseadas em eventos singulares que compartilham características semelhantes. As leis são feitas quando algo se repete nas observações. De novo temos o exemplo do giz. Se o professor soltasse o giz mil vezes e o giz caísse nas mil vezes, isso seria motivo suficiente para Aristóteles estabelecer a lei: Todo o giz solto de uma altura específica em relação ao solo cai.
- O processo indutivo é aquele que leva dos eventos singulares às leis, às generalizações. Se eu soltar um giz uma porção de vezes de uma altura específica em relação ao solo e ele cair todas as vezes e afirmar que toda vez que o giz é solto ele cai, estarei generalizando a porção de eventos singulares que eu observei e, mais além, estarei fazendo isso de forma indutiva.

Quando se observa os fatos novamente, eles são explicados (e previstos) através de um processo lógico dedutivo com base nas leis construídas pela indução. Se as previsões se concretizam, então, para Aristóteles, são provas da veracidade da teoria.

- O processo dedutivo é aquele que logicamente é seguro. Uma das mais importantes características da dedução é a transmissão da verdade, ou seja, se temos premissas verdadeiras, elas só podem produzir como conclusão uma verdade. O processo dedutivo, em geral, é utilizado a partir de um conjunto de crenças, produzindo outra crença.

Contudo, como se pode constatar, Popper ousou discordar e apontou inadequações na indução, por conta de possíveis enganos da observação, ou mesmo diante de pressupostos enganosos dos quais o pesquisador parte para demonstrar sua argumentação. Assim, a falseabilidade, ou refutabilidade é o nome atribuído à escola de pensamento que a toma como um princípio filosófico essencial. Para tal corrente filosófica, corporificada, como já mencionado,

por Karl Popper, refutar um axioma, algo considerado verdade, algo até então tido como ciência, foi a saída para a superação, por exemplo, do denominado problema da indução.

Nesse sentido põe-se a opinião de Abbagnano (2007, p. 427), a seguir, para quem Popper defendia que, para que aquela declaração-verdade fosse refutável ou falseável, deveria ser feita observação ou experiência física a fim de mostrar que é falso tal axioma:

**FALSEABILIDADE.** É o critério sugerido por Karl Popper para acolher as generalizações empíricas. O método empírico, segundo Popper, é o que "exclui os modos logicamente admissíveis de fugir à falseação". Desse ponto de vista, as asserções empíricas só podem ser decididas em um sentido, o da falseação, e só podem ser verificadas por tentativas sistemáticas de colhê-las em erro. Desse modo desaparece todo o problema da indução e da validade das leis naturais.

Portanto, para Popper a cientificidade se vincula à falseabilidade. E mais: da sua afirmação, depreende-se que para enfrentar a falseabilidade há que se recorrer à observação, e também à teorização. Isto, naturalmente, implica a experiência, que, por sua vez, evoca a ideia de empirismo. E o empirismo nega filosoficamente a aceitação de algo como verdade absoluta, tal como quer o mesmo Abbagnano (2007, p. 326).

**EMPIRISMO.** Corrente filosófica para a qual a experiência é critério ou norma da verdade [...]. Em geral, essa corrente caracteriza-se pelo seguinte: 1º Negação do caráter absoluto da verdade ou, ao menos, da verdade acessível ao homem; 2º Reconhecimento de que toda verdade pode e deve ser posta à prova, logo eventualmente modificada, corrigida ou abandonada. Portanto, o empirismo não se opõe à razão ou não a nega, a não ser quando a razão pretende estabelecer verdades necessárias, que valham em absoluto, de tal forma que seria inútil ou contraditório submetê-las a controle.

Tal opinião é corroborada também pelos já referidos Schmidt e Santos (2007, p. 1), os quais ainda dizem que Popper inova a discussão epistemológica ao provar que na prática da ciência o erro não significa um mal, mas integra necessária e dinamicamente toda teoria científica. E complementam esses autores que Popper inova a discussão epistemológica comprovando que em vez de ser, o erro, um mal evitável por meio de alguma metodologia própria, é, na verdade, em quaisquer teorias científicas, um elemento inevitável e, por isso mesmo, a força pela qual todas ciências se dinamizam.

Pode-se afirmar, com fundamento nas elucidações apontadas, que Popper defendeu o erro, o falseamento, como ponto de partida para angariar a certeza, a confiabilidade dos estudos científicos, contrariamente ao pensamento majoritário, em seu tempo, de que a mera in-

dução era suficiente para garantir a cientificidade das produções da ciência. O pensamento de Popper, a respeito do falseamento, funda-se, como visto, na certeza de que o ensaio e erro permeiam a evolução da produção científica. Tecendo comentários a respeito, Bach *et al.* (2014, p. 31) opinam que

O progresso da ciência acontece em tentativas de ensaio e erro e de hipóteses e refutações. Nesse sentido, não se pode afirmar que uma teoria é verdadeira e sim, indicar que dentre as teorias existentes, uma das que se caracterizam por apresentar o melhor poder de explicação para os fenômenos investigados [...]. Uma teoria pode ser considerada como “boa” se suas afirmações sobre determinado fenômeno, após ser testada, apresente resistência à falsificação. Popper expõe que quando cientistas descobrem que determinada especulação é tida como falsa, há nesse processo o aprendizado do cientista sobre a verdade, de forma que é por meio dos erros que se aprende e que a ciência progride.

Para Popper (1989), como se depreende, a cientificidade de uma teoria se constata a partir da utilização dos seguintes critérios, isto é,

- A teoria deverá ser falsificável, isto é, passível de ser refutada, para que se confirme sua força ou robustez.
- A teoria precisará ser testável, significando que empiricamente precisa ser possível concluir-se verdadeira ou falsa.
- A teoria deverá permitir a descoberta de novos fenômenos relacionados a ela.

Reforce-se, no entanto, que a constatação do atendimento a esses critérios não é garantia de definitiva cientificidade, eis que novos fenômenos poderão fornecer subsídios para o redimensionamento da verdade até então tida como constatada. Neste caso, a teoria poderá ser reavaliada e ganhar novas feições, ou mesmo substituída por outra nova. Significará, então, que a teoria terá sido refutada.

### 3.2.2 Anarquismo Epistemológico de Feyerabend

Feyerabend (1924-1994) e Popper têm em comum a nacionalidade austríaca e são também contemporâneos. Nasceram no início do século XX e contribuíram sobremaneira para a dinâmica das discussões a respeito do desenvolvimento da cientificidade do saber, concordando inicialmente no que se refere ao falsificacionismo e ao privilégio do conhecimento científico sobre os outros tipos de saber, embora venham mais tarde a divergir em aspectos funda-

mentais na seara da epistemologia, eis que Feyerabend passa a defender, conforme enfatizado mais adiante, o seu pluralismo metodológico na produção do conhecimento.

Feyerabend, após ter servido militarmente ao exército alemão durante a Segunda Guerra Mundial, estudou história e sociologia, e em seguida física, antes de se dedicar mais profundamente à filosofia, declarando-se enfático empiricista. Sua formação pessoal foi bastante enriquecida por ter vivido em diversos outros países, tais como Suíça, Itália, Nova Zelândia, Reino Unido e Estados Unidos, tendo aí angariado a cidadania americana.

Tendo suas primeiras manifestações filosóficas se iniciado por volta de 1950, quando então vigorava enfática influência dos postulados positivismo na epistemologia, Feyerabend apresenta, já alguma inquietação quanto aos métodos vigentes de produção do saber, o que, aos poucos o levará a angariar para si um conceito caracterizável por meio da conhecida expressão popular *pessoa do contra* no que se refere às regras metodológicas geralmente aceitas, principalmente por combater a ideia da existência de apenas um método científico. É o que garante Gonçalves (2004, p. 13) ao considerar que “Nesse contexto, a visão feyerabendiana de conhecimento traz uma imagem de desordem, de oposição ao método e à ciência, de ausência de critérios e princípios, de uma verdadeira “anarquia”, tendo sido considerada alheia à filosofia por uma grande parte de epistemólogos à época (décadas de 1970 e 1980)”.

De fato, Feyerabend mostra-se verdadeiro anarquista da ciência, à vista da sua forte rejeição a quaisquer regras metodológicas, tendo sido reconhecido como o criador do denominado Anarquismo Epistemológico e até como inimigo da ciência. No entanto, a mesma autora Gonçalves (2004, p. 13) expõe que “[...] Feyerabend foi muito mais um ardoroso crítico da uniformidade e defensor da diversidade quanto às visões de mundo, do que um opositor da ciência *per se*, [...]”. Pode-se então afirmar que após uma primeira fase epistemológica concorde com o pensamento de Popper, Feyerabend evolui para uma segunda, agora com outras características que o conduzem à falada reação contra o *status quo* metodológico. A própria Gonçalves (2004, p. 20), a respeito, dá conta de que “Não obstante, o que também parece conduzir Feyerabend para sua segunda fase são os desdobramentos da atitude pluralista e da ética humanista, somadas a influências do movimento da contracultura e da revolução estudantil ao longo da década de 1960”.

Antes de se perscrutarem as principais conotações que constituem o pensamento epistemológico de Paul Feyerabend, importante enfatizar-se que até então ninguém se atrevera a colocar em dúvida a preocupação com a cientificidade do conhecimento, ou seja, com a

racionalidade na comprovação da veracidade dos fatos. Vale dizer, ninguém se opusera à imposição racionalista, cartesiana, na produção das ciências. Mas Feyerabend (2007) se opôs. E com veemência. Assim, as características do pensamento desse pensador encontram-se corporificadas em pelo menos quatro esteios a seguir delineados.

O primeiro esteio, algo a que se pode denominar *pluralismo metodológico* na construção do saber, identifica-se pela afirmação de que não deve existir apenas um método científico, ou seja, este, para ele, precisa constituir-se de acordo com cada ramo da ciência. Os resultados dos esforços dos cientistas é que mostrarão a validade ou não de cada método. A respeito, observe-se a declaração do próprio Feyerabend (2007, p. 32), em sua obra *Contra o Método*:

A ideia de conduzir os negócios da ciência com o auxílio de um método, que encerre princípios firmes, imutáveis e incondicionalmente obrigatórios vê-se diante de considerável dificuldade, quando posta em confronto com os resultados da pesquisa histórica. Verificamos, fazendo um confronto, que não há uma só regra, embora plausível e bem fundada na epistemologia, que deixe de ser violada em algum momento. Torna-se claro que tais violações não são eventos acidentais, não são o resultado de conhecimento insuficiente ou de desatenção que poderia ter sido evitada. Percebemos, ao contrário, que as violações são necessárias para o progresso.

Como se vê, para Feyerabend tudo é válido para a evolução da ciência, não havendo razão para se adotar exclusivamente este ou aquele método para sua produção. Assim, para ele não há que existir um método a ser universalmente utilizado. Gonçalves (2004, p. 13), a respeito, afirmar que “[...] a obra feyerabendiana ocupa uma posição diferenciada no debate sobre a racionalidade ou não da ciência, uma vez que sua abordagem vai além das propostas irracionaisistas relativistas que afirmam a influência de fatores não racionais no desenvolvimento do conhecimento dito científico”.

O segundo sustentáculo de Feyerabend refere-se à *incomensurabilidade do método científico*, ou seja, cada pesquisador adota certa teoria ao analisar o objeto de seus estudos, e ela é que fundamenta as observações referentes a toda informação, fatos e fenômenos abordados. Como fundamento dessa postura, Feyerabend relembra até mesmo conhecimentos científicos já muito em voga na época. Por exemplo, evoca tese de Piaget no que se refere aos processos de percepção, para mostrar que cada pessoa apreende diferentemente a realidade ao seu redor, dependendo até mesmo da fase de desenvolvimento pessoal em que se encontra. Com isso, pretende ele mostrar que é natural que cada pesquisador possa e deva entender a sua pro-

dução de conhecimentos ao seu modo. O próprio Feyerabend (2007 p. 353-354), mostra “[...] conjuntos fisiologicamente determinados e que levam à incomensurabilidade é proporcionado pelo desenvolvimento da percepção humana. Como sugerido por Piaget e sua escola, a percepção da criança atravessa diversos estágios antes de alcançar a forma adulta, relativamente estável”.

Para Feyerabend (2007) não se comparam, e muito menos se igualam os métodos científicos. Cada pesquisador adota o seu, que será tão válido quanto qualquer outro. Dessa forma, ao estudarem o mesmo objeto, admite-se que os pesquisadores possam interpretar diferentemente o mundo real em relação a ele, dispensando-se o consenso. Imagine-se, então, que diferentes estudiosos analisem as razões do baixo nível pluviométrico em certa região. Cada pesquisador toma por base suas intenções, suas experiências, suas preferências, sua maneira de interpretar a realidade, sem qualquer necessidade de que haja entre esses estudiosos o mesmo entendimento sobre suas conclusões e sobre a maneira de se chegar a elas. Portanto, cada pesquisador, ainda que analisando o mesmo objeto, para realizar seu trabalho, adota a sua teoria, utiliza os seus métodos, e chegará aos seus resultados, independentemente dos demais. Analogamente, tal inviabilidade de comparação se estende também a outros elementos epistemológicos no processo de produção do conhecimento. Observe-se a opinião da já mencionada Gonçalves (2004, p. 57-8) a respeito de tal extensão:

Uma leitura mais articulada de todo o conjunto da obra de Feyerabend nos indicia que, ao contrário de um simplório anarquismo metodológico com total ausência de critérios, o autor pretendeu atacar a existência de uma unidade de método científico pautado numa Razão que pressupõe a possibilidade de tal método único, defendendo a maior plausibilidade e desejabilidade tanto da pluralidade metodológica quanto de seus fundamentos. [...]. Em consequência disso, o anarquismo pluralista também rejeita a distinção entre os contextos de descoberta e justificação, história interna e externa à ciência, questionando também os critérios monistas de progresso científico pautados nessas distinções, em especial o aumento de conteúdo empírico, uma vez que na epistemologia feyerabendiana teorias que se sucedem, nos momentos de revolução e progresso científico, são incomensuráveis, ou seja, incomparáveis quanto ao seu conteúdo.

Já o terceiro fundamento de Feyerabend, na justificação de sua defesa da pluralidade de métodos, postula a *não superioridade da ciência* em relação ao conhecimento não científico, conforme Abrahão (2005, p. 20). Sabe-se que durante séculos a ciência gozou de inconteste superioridade em comparação com outras formas do saber, e sempre influenciou o pensamento, as decisões, as ações de pessoas, grupos, sociedades. Para Feyerabend, no entanto, o

saber adquirido pelo senso comum, a espiritualidade, a religiosidade, como formas de conhecimento não científico, são de natureza diferente e não se demonstram, mas cada qual possui seus objetivos, seus métodos, os quais teriam que ser comparados respectivamente com os da ciência para que se identifique eventual superioridade. Defende ainda que a valoração de certo conhecimento, qualquer que seja seu tipo ou natureza, depende do contexto em que se insere, ou seja, o grau da sua importância está vinculado ao modo pelo qual se relaciona com os aspectos do *aqui e agora* da vida humana. Como mencionado acima, Abrahão (2005, p. 20) assim pensa, ao analisar Feyerabend, endossando as mesmas conotações, como se vê a seguir:

Sua obra-chave, o livro *Contra o Método* (1975), pretende evidenciar que as reconstruções "lógico-analíticas" dos eventos científicos não correspondem à prática científica real e que o êxito da ciência frente a outras formas do conhecimento se deve, além do seu inegável refinamento teórico, a certos influxos sociais, econômicos ou políticos. [...] Diante desse quadro, a reflexão de Feyerabend habilita-nos a perceber que não há qualquer motivo puramente "objetivo" ou "racional" que assegure a excelência da ciência, mitigando assim aquela crença tão difundida em nosso tempo: a de que a essa forma de investigação denominada *scientia* possui um acesso privilegiado à verdade.

Por fim, Feyerabend (2007) identificou a *liberdade individual* como quarta base do seu pensamento epistemológico. Nesse sentido, o próprio Feyerabend (2007, p. 21-2) explica que é bem possível adotarem-se regras e métodos únicos na produção do saber, auferindo-se certo êxito, mas que não seria desejável tal adoção em detrimento de resultados que podem ser obtidos por outros meios: “Devemos conceder-lhe direitos exclusivos de manipular o conhecimento, de tal modo que quaisquer resultados obtidos por outros métodos sejam, de imediato, ignorados? [...] E minha resposta será um firme e vibrante NÃO”.

Como justificativa dessa opinião, o autor explicita duas razões. Por primeiro, argumenta que é necessário haver abertura para não se restringirem as opções de exploração do mundo, uma vez que “Receitas epistemológicas podem parecer esplêndidas quando comparadas a outras receitas epistemológicas ou a princípios gerais”, sem, no entanto, se poder garantir que constituam a melhor opção para descoberta de grandes mistérios da natureza. Já a outra “[...] razão está em que a educação científica, tal como acima descrita (e como levada a efeito em nossas escolas), não pode ser conciliada ‘com uma atitude humanista’ (FEYERABEND, 2007, p. 22). Portanto, em sua opinião, o autor recomenda que se deve estimular o indivíduo a criativamente buscar mais e mais o aprimoramento do saber, seja este científico ou não, respeitando-se a liberdade de determinar a metodologia de sua preferência.

### 3.2.3 Verdade e Justificação de Habermas

Dois filósofos da atualidade, Jürgen Habermas e Richard Rorty. Pensadores que revelam algo em comum principalmente no que se refere a uma diferente maneira de entender a participação das pessoas, como indivíduos ou como grupos, nos processos sociais de transformação da realidade. Para melhor identificar-se, no entanto, o conteúdo dessa peculiaridade, perpassa-se inicialmente a concepção dos termos *verdade* e *justificação*. Conforme Abbagnano (2007, p. 994), o termo *verdade* se vincula à ideia de validade ou eficácia, E no que concerne ao pensamento filosófico, assim define, ele, o termo:

Verdade:

Em geral, entende-se por verdade a qualidade em virtude da qual um procedimento cognoscitivo qualquer torna-se eficaz ou obtém êxito. Essa caracterização pode ser aplicada tanto às concepções segundo as quais o conhecimento é um processo mental quanto às que o consideram um processo linguístico ou semiótico.

Como se vê, verdade e eficácia possuem as mesmas feições conceituais. Nesse caso, ser eficaz implica obter êxito, produzir resultados, realizar o esperado. E nem se discute a desnecessariedade de se distinguirem *definição* de verdade e *critério* de verdade, por óbvio. Por outro lado, o termo *justificação* tem conceito também oferecido por Abbagnano (2007, p. 596), explicando que “Este termo, de origem teológica, foi introduzido na filosofia como sinônimo da dedução kantiana. A justificação concerne à questão do *direito* de usar certos conceitos. Essa questão é fundamento da postura crítica da filosofia kantiana”. Assim, genericamente justificar algo traz a ideia de mostrar o motivo ou a razão de sua existência. Pois bem, as acima vistas concepções respectivas dos termos *verdade* e *justificação* possuem aqui a finalidade introdutória do pensamento de Habermas, e bem assim o de Rorty, no que se refere às inovadoras teorias epistemológicas corporificadas por eles, as quais melhor se compreendem a partir da aproximação dessas pessoas e respectivos pensamentos que possuem, na verdade, muitos elementos comuns.

Habermas é partícipe da teoria crítica e do pragmatismo. Centrou fortemente seus estudos na corporificação da chamada racionalidade comunicativa, abordando sempre as questões políticas, tendo atuado significativamente na chamada *Escola de Frankfurt*<sup>1</sup>, ou Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt.

---

<sup>1</sup> A Escola de Frankfurt foi o resultado da criação, em 22.06.1924, do Instituto para a Pesquisa Social, ligado à Universidade de Frankfurt, Alemanha. Congregou pensadores marxistas dissidentes voltados à teoria social e



A observação a respeito das influências pessoais que certamente determinaram a jornada epistemológica de Habermas. Em sua obra *Entre Naturalismo e Religião* (HABERMAS, 2007, p. 20), o autor revela que importantes fatores contribuíram fortemente para que tomasse o caminho por ele adotado: a inigualável carência de cuidados exigidos pelo ser humano ao vir ao mundo, a tão longa duração de tempo necessária para sua educação no seio familiar e o compartilhamento intersubjetivo de uma cultura pública. Sua infância foi marcada por duas cirurgias sérias, e na escola enfrentou dificuldades em se comunicar, por conta do que também precisou superar percalços para aceitar conviver com as pessoas diante de tal infortúnio. Assim, tais vicissitudes acabaram contribuindo, como se mencionou acima, para que se dedicasse mais tarde às inventivas que lhe garantiram o conceito em apreço.

Habermas (2007) desenvolveu trabalhos sob os mais variados temas, tendo sempre em mente não só ressaltar a crítica ao positivismo lógico e a sua influência na sociologia, mas também colaborar para que se restabelecessem as correlações entre o socialismo e a democracia. Nesse contexto, sua atuação envolve os fundamentos da teoria social, enfatizando a análise da democracia em clima capitalista e o estado de direito em paisagem de evolução social. Como resultado desses esforços, desenvolveu a sua conhecida *Teoria da Ação Comunicativa*, a partir da auscultação das mais variadas doutrinas em vigor, perpassando as ideias funcionalistas, fenomenológicas e marxistas, bem como a própria teoria crítica da Escola de Frankfurt. Tal teoria é marco relevante em sua obra, e mais à frente se identificam as suas características. A respeito, observe-se também a contribuição de Medeiros (2018, s/p).

Em seu sistema teórico, Habermas procura revelar as possibilidades da razão, da emancipação e da comunicação racional-crítica, latentes nas instituições modernas e na capacidade humana de deliberar e agir em função de interesses racionais. Esse projeto fez com que Habermas adotasse o paradigma da razão comunicativa, tendo como ponto de partida principalmente a *ética comunicativa* de Karl Otto Apel, como uma forma de superar os impasses criados pelas análises de Adorno e Horkheimer na obra *Dialética do Esclarecimento*. Habermas concebe a razão comunicativa – e a ação comunicativa – como alternativa à razão instrumental teorizada por Adorno e Horkheimer.

---

filosofia crítica, descrentes de que a teoria marxista conseguiria explicar o pujante desenvolvimento do capitalismo da época, os quais se preocuparam com a análise crítica das questões sociais e ideológicas do século XX, e buscaram mudanças sociológicas e emancipação intelectual por meio da análise do verdadeiro significado da ideologia dominante imposta pela burguesia capitalista. Principais representantes: Carl Grünberg (1861-1940). Max Horkheimer (1895-1973). Theodor W. Adorno (1903-1969). Walter Benjamin (1892-1940). Jürgen Habermas (1929-+). Herbert Marcuse (1898-1979). Erich Fromm (1900-1980). Fugindo de Hitler, que fechou o Instituto em 1933, esses pensadores, judeus em sua maioria, transferiram-se para Genebra, depois para Paris e New York, ali integrando-se à Universidade de Columbia até 1948, quando o Instituto retorna à Alemanha.

A respeito do significado da tão falada teoria da ação comunicativa de Habermas, adiante-se que se trata da afirmação de que as pessoas envolvidas em alguma deliberação busquem no consenso o benefício de todos. Agir contrariamente à busca do consenso apaziguador seria trilhar as sendas da ação estratégica. O seguinte raciocínio facilita compreender-se a diferenciação entre ambas: ninguém nega que todos, ou quase todos, veem no sucesso pessoal a porta aberta para se conquistarem os elementos responsáveis pela garantia da própria felicidade. Então, a preponderante visão de mundo geralmente é o que compele as pessoas a buscar tal sucesso. Para tanto, cada indivíduo sai à caça dos próprios interesses, utilizando-se de todas as armas ou instrumentos de que venha a dispor. Esses instrumentos quase sempre se expressam ou como pressão, exemplificada por influência exercida mediante sedução, bens, ameaças e até armas, ou como busca de cooperação. Quanto a esta, no entanto, mesmo existindo, estará com certeza presente forte interesse de cada indivíduo nas vantagens que pode obter no acordo. Batize-se de *ação estratégica* tal tendência de obtenção de vantagens egoísticas.

Em tal cenário, Habermas (2007) pensou em algo que certamente seria melhor para a sociedade. Sugeriu então que houvesse a transição daquela ação estratégica para a *ação comunicativa*, de tal modo que a busca do sucesso individual se fincasse em entendimento mútuo. Obviamente teria que ser afastada a má-fé das pessoas na sua convivência social, substituída agora por harmonia de interesses buscada por meio de processos de diálogo que gerassem o consenso. Este se considera, então, a nova base de convivência das pessoas. Ilustrativamente, observe-se a opinião do mesmo Medeiros (2018, s/p), a respeito:

Em seu sistema teórico, Habermas procura revelar as possibilidades da razão, da emancipação e da comunicação racional-crítica, latentes nas instituições modernas e na capacidade humana de deliberar e agir em função de interesses racionais. Esse projeto fez com que Habermas adotasse o paradigma da razão comunicativa, tendo como ponto de partida principalmente a *ética comunicativa* de Karl Otto Apel, como uma forma de superar os impasses criados pelas análises de Adorno e Horkheimer na obra *Dialética do Esclarecimento*. Habermas concebe a razão comunicativa – e a ação comunicativa – como alternativa à razão instrumental teorizada por Adorno e Horkheimer.

Como se percebe, as feições da racionalidade humana estão patentes em ambas as tendências, mas na primeira, a da ação estratégica, sacrificam-se os argumentos alheios. Na da ação comunicativa são preservados o diálogo, o entendimento, a ação coletiva, tudo em busca das mais adequadas alternativas e em clima democrático mais concreto. Nesse sentido, pode-se afirmar que, para Habermas, detectam-se pelo menos quatro níveis de validade em que se

justifica a linguagem usada por alguém, ou seja, para que haja de fato interação entre os interlocutores e, portanto, sejam eliminados percalços ou distorções no conteúdo da comunicação, quem se manifesta pressupõe que

- a) O que é mencionado, comunicado, informado é compreendido, isto é, existe consenso ou entendimento claro entre o emissor e o receptor da mensagem;
- b) o conteúdo informado não possui distorções em sua veracidade;
- c) o emissor se justifica com base em prerrogativas sociais ou regras consideradas esperadas no uso da linguagem;
- d) o emissor possui boa-fé, ou seja, não tem intenção de enganar o receptor do conteúdo da comunicação.

Nem poderia ser diferente. Sobre o primeiro nível acima mencionado, Habermas considera que tenha sido entendida pelo receptor a mensagem transmitida, para que a comunicação ocorra. Concretizada esta e tendo sido entendida pelo receptor, consubstancia-se a interação. Não tendo ocorrido a interação, terá havido algum dos mencionados percalços, que precisará ser eliminado. Quanto ao segundo nível pressupõe-se que a interação ocorrerá se o objeto da comunicação realmente for verdadeiro: comunicação de algo falso não significa comunicação. Já a respeito do terceiro nível, a comunicação adequada ocorre com a presunção de que o emissor tenha se utilizado dos meios próprios e adequados quanto à expectativa do receptor: uma comunicação por meios desconhecidos não terá, no receptor, qualquer ressonância intelectual e, portanto, não haverá eficácia. Por fim, a má-fé eliminaria qualquer expectativa de aceitabilidade da interação, considerando que inexistiria segurança ou confiabilidade: ausente a confiança, torna-se sem causa qualquer interação. É o que se depreende da docência de Gutierrez e Almeida (2013, p. 152-5), nos termos seguintes, a respeito do pensamento de Habermas quanto aos princípios e condições de interação entre os interlocutores:

É o espaço da criatividade e da racionalidade, onde falante e ouvinte vão ao encontro, imbuídos das melhores intenções, para construir consensos discursivos. [...]. O Mundo da Vida é um grande acervo cultural, não apenas de referências simbólicas, ou definições específicas relacionadas a objetos concretos com os quais os agentes da ação social convivem. Ele é, para Habermas, um acervo de concordâncias, de definições consensuais sobre as quais não é necessário debater para chegar a uma conclusão. [...] o Mundo da Vida é, por assim dizer, o lugar transcendental em que falante e ouvinte saem ao encontro”, “constitui uma rede intuitivamente presente e, portanto, familiar e transparente, contudo ao mesmo tempo inabarcável, de pressupostos que têm de ser cumpridos para que a emissão que se faz possa ter sentido, ou seja, para que possa ser válida”.

Pode-se, então, concluir que a ação comunicativa em questão guarda visível coerência com o senso de justiça e de bom senso, e revela, direta ou indiretamente, adesão de tantos pensadores da modernidade, a ponto de se poder vislumbrar a perspectiva de transformação da realidade social no mundo, o que por si só autoriza sua consideração como verdadeira teoria, a teoria da ação comunicativa de Habermas (2007).

### 3.2.4 O neopragmatismo de Rorty

Rorty enfronhou-se com as ideias filosóficas da atualidade, ainda que com alguma reticência. Ateísta, antimetafísico por excelência, sua linha filosófica muito tem a ver com o neopragmatismo, tendo influências, por exemplo, de Willard Quine (1908-2000), de John Dewey (1859-1952), William James (1842-1910), Thomas Kuhn (1922-1996), Jacques Derrida (1930-2004), e tantos outros, ainda que tenha criticado muitos deles. A respeito, Rocha (2012) informa que Rorty se identificava politicamente esquerdista liberal adepto da social-democracia, exercitando filosoficamente a liberdade de criação ou invenção dos melhores modos de viver, e que praticou o desafio aos paradigmas do existencialismo filosófico, estando, ao propor considerar as abstrações e generalização como resultantes do tempo e do acaso, convicto quanto ao significado da eventualidade.

Sua trajetória filosófica, no entanto, contou com críticas, inclusive de Habermas, ainda que este o tenha homenageado durante cerimônia de premiação na Universidade de Colônia, na Alemanha. Tal fato ocorreu em 2001, quando foi Rorty agraciado com o Prêmio Meister Eckhart, sendo Habermas o orador oficial da cerimônia. Nessa oportunidade, Habermas, tendo declarado que Rorty era, para os alemães, um dos mais importantes filósofos da atualidade, em síntese assim se expressou, conforme registro oficial encontrado no endereço eletrônico do prêmio Meister Eckhart Preis, da Universidade de Colônia, promotora do prêmio.

Rorty tem o desejo de devolver à filosofia o significado prático que uma vez reivindicou. Isso deve ajudar a melhorar o estado do mundo, oferecendo orientação ao indivíduo e promovendo o progresso moral da humanidade. [...]. O trabalho filosófico pode ser orientado pelos objetivos práticos de "aprimoramento do desempenho" e "tolerância". Para ele, a crescente consciência da contingência significa um avanço na consciência da liberdade. É uma oportunidade e um incentivo para a criatividade, para inventar novos vocabulários para uma mudança de compreensão do eu e do mundo (MEISTER, 2018, s/p).

De modo muito semelhante ao que ocorreu com Habermas, Rorty aborda temas como as teorias da verdade, envolvidas por roupagens atuais. Ele discute tais teorias, então, com os acima mencionados interlocutores, levando em consideração “[...] o novo horizonte cultural proporcionado por pensadores como James, Dewey, Thomas Kuhn, Quine e Davidson, no âmbito da *filosofia anglo-americana*, e autores como Nietzsche, Heidegger, Derrida e Foucault, no âmbito da chamada *filosofia continental*”, conforme mencionado por Fraga (2013, s/p), e ainda nas expressões de quem Rorty adere aos desafios que pretendem canalizar os debates filosóficos rumo à elevação qualiquantitativa das condições humanas, sempre preocupado com aspectos referentes à democracia, à ética, à liberdade. Para tanto, adota postura de enaltecer o convencimento e não a imposição, bem como de defender a busca dos meios para instrumentalização dos grupos oprimidos com a finalidade de capacitá-los para se inserirem efetivamente na sociedade. Como se percebe, tal postura se aproxima muito do que se viu a respeito de Habermas. Ambos se preocupam com a concretude do envolvimento efetivo das pessoas com vistas à transformação da realidade no mundo.

### 3.2.5 Alain Touraine e a Crítica da Modernidade

Ao leitor atento não escapou, com certeza, a percepção de que há uma constante no discurso da maioria dos pensadores contemporâneos: quase todos defendem, em algum grau, mudanças na postura de quem produz o conhecimento, seja na concepção do objeto adotado, seja no método corporificador do *modus operandi*, seja na destinação dos resultados do saber produzido. Poucos, no entanto, terão enfatizado tanto a necessidade e a importância do efetivo envolvimento do próprio ser humano, não individualmente considerado, mas coletivamente inserido no processo transformador da realidade.

De fato, Touraine, conhecido por sua expressão *sociedade pós-industrial*, é francês de Hermanville-sur-Mer. Dedicou-se principalmente à sociologia dos movimentos sociais, pautando seu trabalho não só na Europa, mas também na América Latina, sob a crença de que a sociedade constrói o seu futuro por meio de esforços próprios na busca de sua estruturação, adotando, pois, linha teórica que o classifica como adepto da pós-modernidade. A respeito, Ramos (2013, p. 11), referindo-se às reflexões de Touraine, afirma tratar-se de enfoque analítico da modernidade delineador de “... meios de solução de conflitos e disputas sociais, acerca de novos temas de reivindicação, que, segundo o autor, são mais culturais do que sociais, dife-

rentemente dos movimentos sociais por ele estudados nas décadas de 1970 e 1980”. A mesma autora Ramos (2013, p. 6) declara, ainda, que

Em linhas gerais, a Sociologia de Touraine mostra as nuances entre a noção de sujeito e de cultura democrática, sendo que o primeiro se destaca pela ação que lhe é intrínseca, a capacidade de transformação e reconstrução da modernidade. [...] A seleção de alguns conceitos do repertório touraineano, tais como dissociação e desmodernização, serve de base teórica para descrever as disposições do meio social que, segundo essa perspectiva, corroboram a construção de um novo paradigma, onde emerge o sujeito.

Touraine, portanto, mergulha enfaticamente na análise e nas práticas sociais na dinâmica da convivência das populações por meio de novos modelos de efetiva participação populacional em busca da elevação dos níveis de satisfação das suas necessidades e aspirações. Nesse contexto, para melhor compreensão das contribuições epistemológicas de Touraine, há que se ressaltarem concepções fortemente relacionadas ao seu pensamento e à metodologia por ele utilizada. Assim, destaquem-se referências dos termos e expressões mais salientes nas faladas contribuições de Touraine, tais como cultura democrática, democracia, historicidade, movimento social, movimentos históricos, sujeito e outros.

Por primeiro, observe-se a ideia que o autor tem a respeito de movimentos sociais e movimentos históricos, existindo conotação diferenciada entre as duas expressões. Assim, vê-se em Touraine e Khosrokhavar (2004, p. 160), a afirmação de que um *movimento social* significa a “... vontade coletiva, contestadora, criadora, portanto positiva, e ao mesmo tempo crítica, que constitui o movimento social, isto é, que atinge o sentido que uma sociedade produz de si própria e sua concepção de justiça e de igualdade”.

Por sua vez, o *movimento histórico* se aproxima dessa concepção, mas com colorações mais políticas do que genericamente sociais. Ramos (2013, p. 125) o concebe “... como ação que se opõe a uma elite dominante, não sendo, necessariamente, em relação a uma classe social”. As próprias expressões conceituais de Touraine e Khosrokhavar (2004, p. 158) dão conta de que esses movimentos denominados históricos se associam a determinada maneira ou forma de desenvolvimento, sendo essencialmente questionadores do Estado, como socialismo, o liberalismo ou mesmo a luta contra a dependência e, então, possuem características indubitavelmente políticas.

A respeito, Ramos (2013, p. 125), levando em conta observações ocorridas na década de 1960, quando então havia *menos conflito social e mais afirmações de direitos culturais*,

também compara essas conotações conceptivas entre os movimentos históricos e os sociais de Touraine, afirmando que os primeiros se conotam como ações opostas à elite dominante, enquanto os sociais ou culturais têm origem em *orientações culturais e conflitos sociais*.

Aqui, a mencionada autora explicita que, em Touraine, atribui-se aos movimentos sociais a mesma conotação conceitual dos culturais, evidenciando o papel dos indivíduos como atores que constroem o próprio destino.

Outro conceito nesse contexto é o de cultura democrática. Touraine (1996, p. 254) considera-a como “... o regime que reconhece os indivíduos e as coletividades como sujeitos, isto é, os protege e encoraja em sua vontade de ‘viver sua vida’ e dar unidade e sentido à sua experiência vivida”. Nesse contexto, entende-se que a democracia se pressupõe como paisagem ideal e necessária para as manifestações de cada pessoa como sujeito. Aliás, para Touraine (1996, p. 254), a democracia e o sujeito são entendidos como complementações voltadas à liberdade das pessoas com vistas a viabilizar-se, a estas, a iniciativa de optar pelos rumos de vida que lhes aprouver.

Ramos (2013, p. 141), nesse sentido, vê a inseparabilidade que Touraine atribui à democracia, aos movimentos sociais e ao sujeito, dando conta de que este se entende como ator político em busca do fortalecimento da cultura democrática para melhor garantir as mudanças sociais.

Touraine eleva, então, o grau de importância do sujeito como ator na realidade social, atribuindo-lhe o papel de interventor democrático no contexto social de sua vivência. Suas contribuições epistemológicas melhor se compreendem na visualização das fases em que se manifestam, ou seja, é possível que se identifiquem diferentes estilos da atuação daquele pesquisador, conforme as características das preocupações que o envolviam. Assim, até 1969, pode-se circunscrever uma primeira fase compreendida pelo tempo durante o qual Touraine completa sua formação acadêmica na França e nos Estados Unidos. Aqui, dedica-se aos estudos nas Universidades de Harvard, Columbia e Chicago, e não demora a contrariar-se com a ideologia em bases funcionalistas predominante, o que o leva a se transferir para o Chile, conforme declara Ramos (2013, p. 14):

Após quatro anos na América do Norte – além de Harvard, esteve também nas Universidades de Columbia e Chicago. Touraine foi para a Universidade do Chile, onde fundou o Centro de Estudo para a Sociologia do Trabalho, tendo realizado pesquisas empíricas nas minas de carvão e siderurgia, para estudar a consciência operária.

Ainda conforme Ramos (2013, p. 15), retornando à Europa, passa a lecionar na Faculdade de Letras da Universidade de Paris X, Nanterre La Defense (Université Paris Lumières), de 1966 a 1969, encerrando esta primeira fase de sua preocupação epistemológica. A segunda fase compreende o período durante o qual Touraine se envolve com os movimentos que tinham se iniciado desde 1968, na França.

O autor identifica essa fase como um momento em que surge uma nova conjuntura social, de mudanças consideráveis, trazendo o tema da invasão da vida privada e questões de ordem mais cultural do que social, no plano público. Sob a liderança do movimento estudantil francês, temas como contracepção, aborto, minorias políticas e direitos de igualdade entre homens e mulheres, questões que até então eram próprias à vida privada, invadiram os espaços coletivos, indicando um processo no qual a questão cultural conduz o debate político. Essa segunda parte de sua carreira ficou marcada pela emergência de um novo contexto dos movimentos sociais, o que o levou a chamá-los de *novos movimentos sociais* (RAMOS, 2013, p. 15).

Aliás, os próprios estudiosos (Touraine e Khosrokhavar, 2004, p. 26) comentam que então realmente o pensamento mudou de modo radical, uma vez que as questões históricas não eram mais a maior preocupação, mas a necessidade de se defenderem os direitos das pessoas e [...] a afirmação da personalidade, os problemas ligados à sexualidade, a partir de uma visão de coisas que se colocava cada vez mais afastada de uma ideologia do progresso”. Como se depreende, nesta segunda fase Touraine está imbuído muito mais com as questões relacionadas à personalidade humana e aos direitos dela do que com as ideologias referentes ao desenvolvimento econômico. A respeito, Ramos (2013, p. 16-17) complementa que “Nesses anos, conceitos como o de sujeito e o de historicidade se tornam mais presentes em seus trabalhos e, [...] a preocupação de Touraine com a ação, entendida como composição da sociedade através da atividade produtiva, das profissões, se revela como fio condutor de todas as suas obras a partir de então”. Portanto, o autor se volta ao ser humano e suas peculiaridades naturais. Sinal dessa ênfase foi a sua iniciativa de criar, em 1970, o Centre d’Études de Mouvements Sociaux, associado à École Pratique des Hautes Études-EPHE, justamente com vistas a incrementar as pesquisas sobre as relações entre “movimentos sociais e cultura, demonstrando preocupação com os desfavorecidos, as minorias políticas...”, de acordo com o que traz Ramos (2013, p.16).

Por fim, Touraine volta suas atenções à atuação das pessoas em sua convivência na sociedade, tendo em vista contribuir para minimizar os efeitos das contradições da modernidade. Caracteriza-se, desse modo, a terceira fase das contribuições do pesquisador. Em suas



expressões (Touraine e Khosrokhavar, 2004, p. 26), *o modus operandi* costumeiro no enfrentamento das questões sociais já estava ultrapassado: “Para mim, o fato decisivo foi que as referências à sociedade industrial, ao movimento operário, ao progresso e à sua ideologia já estavam esgotadas desde os anos 60/70”. Touraine se concentra, então, na busca de fundamentos mais coerentes para compreensão do papel das pessoas como atoras na dinâmica da sua convivência na sociedade. Ramos (2013, p. 17), a respeito, mostra que Touraine, em sua terceira fase de trabalho, considerada “[...] a partir de meados de 1980, e mais precisamente nos anos 90” dedica-se mais a refletir a respeito da democracia, passando então a analisar a capacidade de agir do sujeito na vida pública, bem como reunir, pela supervalorização da razão, o que se tinha separado. Equivale dizer unirem-se sujeito e organização social, planos objetivo e subjetivo, trabalho e talento, razão e sentimento, tudo com a finalidade de contribuir, de algum modo, para minimização dos contrassensos dos tempos atuais.

Nesta última fase, percebe-se, pois, a preocupação de Touraine com o potencial da participação política das pessoas em seu meio social específico e com as influências mútuas entre os valores privados e os públicos. Do mesmo modo, preocupa-se com a postura das pessoas como atoras no meio social. Ramos (2013, p. 17), neste particular, mostra que “Touraine constrói sua crítica aos rumos tomados pelas Ciências Sociais enquanto produção social, demonstrando interesse pelas novas formas e possibilidades de participação política, pela conduta humana no contexto da sociedade contemporânea e as relações que se estabelecem entre a vida privada e a vida pública”. Facilmente, então, se detectam os rumos do pensamento e das ações de Touraine nessa terceira fase de sua postura frente à realidade social por ele assumida: há que se combaterem as circunstâncias que determinam a submissão das pessoas aos interesses particulares, de modo que elas ajam como sujeitos no contexto da convivência social.

Nesse contexto de emancipação das pessoas como atores sociais, Touraine foi, portanto, um defensor da democracia e entusiasta da participação consciente dos cidadãos no processo evolutivo da produção do conhecimento. O próprio desenvolvimento sustentável se prevê em sua dicção, tal como menciona Ramos (2013, p. 60-1), dando conta de que

Alain Touraine recorre à ideia de desenvolvimento autossustentável da nação, conquistado pela cultura democrática, e chamando atenção para que se fale mais de sociedade do que de Estado e, assim, buscar uma alternativa que retome o progresso; primeiro por que se trata da nova configuração da sociedade, que ainda não é muito conhecida, e segundo, por que o Estado está muito próximo dos interesses do mercado, além de sua tendência mais conservadora.

Touraine traz, então, diferentes ideias epistemológicas, delineando-se caminhos inovadores com a preconização de elevado grau de importância da participação popular na construção dos destinos da coletividade humana, e a mesma autora Ramos (2013, p. 60-1) explica que Touraine está certo de que o desenvolvimento sustentável por ele mencionado “[...] traria um caráter de modernização que pressupõe a existência de um sistema de gestão democrática interna, sem indícios de dependência de agentes externos ou de uma modernização exógena, dependente de capital e de interesses estrangeiros”. Tais considerações mostram, na verdade, que o pensador francês comungava, já, com os ideais do desenvolvimento sustentável, algo que desabrocharia no mundo somente algum tempo depois, como será focalizado mais adiante.

### **3.3 Existiria uma Filosofia Brasileira?**

As assinalações epistemológicas até aqui analisadas possuem paternidade de estudiosos europeus e estadunidenses, dentre os quais alguns são ou foram detentores de vivência em ambas as regiões. São estudiosos de renome, frequentemente lembrados por suas obras divulgadas nos meios intelectuais, mas poucos, como Alain Touraine, puderam conviver de perto com o pensamento filosófico de outras regiões do mundo, como a países da América Latina. Pode-se, então, afirmar que as colorações filosóficas mundialmente divulgadas e discutidas possuem origem no pensamento do hemisfério nórdico ocidental, muito coerentemente com a opinião de Quijano (2012, p.4), para quem o eurocentrismo caracteriza também a “... forma hegemônica de controle da subjetividade/intersubjetividade, em particular no modo de produzir conhecimento”. Nesse sentido, adiante-se a pertinente afirmação de Garcia (2016, p. 31), que explica tal hegemonia europeia a partir das consequências da colonialidade, estendida também para a seara filosófica. Para Garcia (2016, p. 31-2), é certo que:

A colonialidade determinou também um paradigma para a Filosofia. Haja vista que nosso país foi colonizado por europeus, as práticas que podem ser consideradas “Filosofia” se identificam com aquelas europeias que demarcaram a Filosofia Ocidental tendo como característica um pensamento racional, lógico e sistemático que se expressa através da linguagem escrita. [...] Essa mentalidade levou a diversos esforços para constituir um ensino estruturado de Filosofia no país. Um dos mais relevantes para entendermos a forte vinculação do filosofar com a tradição diz respeito à constituição do curso de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP) em 1934. Para iniciar e estabelecer as características do curso da USP foram convidados professores franceses em forma de —missão, entre eles Etienne Borne, Jean Maugué, Victor Goldschmidt, Martial Gueroult e Gerard Lebrun. Tais professores tinham como meta estabelecer um padrão filosófico através do oferecimento

do contato com autores clássicos da história da Filosofia e de técnicas de leitura e compreensão de textos.

Assim, não há se estranharem as dificuldades de detecção dos traços da possível filosofia brasileira. Por isso, mais especificamente, e de modo proposital, há que se indagar a respeito de sua existência, ou, pelo menos, de alguma numerosidade de estudiosos brasileiros que pudessem ser alçados à categoria de filósofos com algum reconhecimento que os equiparasse aos de expressão mundial. De certo que não se sobressaem no universo das citações ou referências pelo resto do mundo filosófico, e é duvidoso que tenham alguma expressão em alguma abrangência, ou ainda, em existindo significativo número de filósofos brasileiros, há que se perscrutar se desenvolveriam reflexões em torno de questões concretamente enfrentadas pela sociedade local. São aspectos, obviamente, merecedores de alguma preocupação no contexto do presente estudo.

Antes, porém, de qualquer elucidação a respeito, relembrem-se as grandes questões filosóficas, já abordadas alhures: a origem, a natureza e o destino último do ser humano, bem como as circunstâncias do seu relacionamento consigo mesmo, com outras pessoas e com a natureza. São essas grandes questões cuja solução, quase sempre expressa por meio da produção de conhecimentos, se espera das reflexões filosóficas. Portanto, filósofos são os pensadores preocupados com aquelas questões, ainda que nem todos se debrucem sobre todas elas, e o delineamento do objeto de cada estudioso dependa de vicissitudes pessoais ou ocasionais. Neste sentido, constata-se variada gama de aspectos eleitos como objeto da dedicação dos denominados filósofos brasileiros: com menor ou maior tom de ecletismo, alguns adotam atuação mais relacionada ao campo político, envolvendo-se com questões sociais relacionadas a gênero, raça, minorias; outros se voltam ao desenvolvimento econômico; outros ainda à educação, à saúde, e a outros aspectos.

Buscar, portanto, a identificação de uma filosofia brasileira implica visualizar-se antes o corpo de pensadores locais preocupados com as ditas questões filosóficas. No entanto, chão movediço é o que se apresenta à perspectiva de identificação de pensadores proeminentes no Brasil. Há quem simplesmente afirme a existência de filósofos brasileiros e, portanto, haveria uma filosofia vigente e reconhecida no país. Mas também há quem prefira não aceitar tal ideia, o que demonstra alguma precariedade existencial de tal corpo típico de filósofos brasileiros. Outros ainda se recusam a aceitar este ou aquele como filósofo, ainda que diante de atividades caracteristicamente epistemológicas de alcance midiático. Os primeiros apontam

nomes. Borges (2018, s/p), por exemplo, seleciona dez filósofos brasileiros contemporâneos, mencionando que comprovam não se tratar, a filosofia, de velharias gregas, mas algo do presente e no dia-a-dia das pessoas, e que, “Apesar de não ter uma tradição fortíssima em filosofia, esses pensadores brasileiros ainda produzem excelentes reflexões através de seus livros, redes sociais, televisão, etc. Veja quais são os principais nomes da filosofia contemporânea no Brasil”.

Na sequência, a especificação das respectivas informações biográficas dos filósofos anunciados por Borges (2018, s/d) e portal eletrônico Wikipedia.org:

### QUADDRO 1 - ALUSÕES A FILÓSOFOS BRASILEIROS

NOME	FORMAÇÃO	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL
<b>Leandro Karnal</b> (1963-RS)	Historiador e filósofo. Graduação pela UNISINOS, Porto Alegre. Doutorado pela USP.	Mais de trinta anos de docência, incluindo UNICAMP. Manutenção de programa radiofônico diário ( <i>Careca de Saber</i> , na Band News TV), com temas sobre filosofia, religião, história, ética e outros. Palestrante em todo o Brasil e detentor de acentuada popularidade na mídia. Autor de diversos livros em história, religião e filosofia, dentre os quais <i>Todos contra todos: o ódio nosso de cada dia</i> (2017), <i>Diálogo de culturas</i> (1998), <i>Pecar e perdoar: Deus e o homem na história</i> (2014), <i>O dilema do porco-espinho: como encarar a solidão</i> (2018), <i>História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI</i> (2007).
<b>Viviane Moisés</b> (1964-ES)	Filósofa, poetisa, psicóloga e psicanalista. Mestrado e doutorado pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ.	Sócia e diretora da <i>Usina Pensamento</i> , (empresa voltada à educação, filosofia e literatura). Palestrante. Colaboradora nos programas <i>Encontro com Fátima Bernardes</i> e <i>Fantástico</i> (TV Globo). Autora de mais de quinze livros, dentre <i>Nietzsche e a grande política da linguagem</i> (2005), <i>O Homem que Sabe</i> (2011), <i>Política: Nós também sabemos fazer</i> (2018), <i>Calor</i> (2017), <i>A escola e os desafios contemporâneos</i> (2013), <i>Beleza, feiura e psicanálise</i> (2004).
<b>Luiz Felipe de Cerqueira e Silva Pondé</b> (1959-PE)	Mestrado pela Universidade de Paris. Doutorado em filosofia pela USP. Pós-doutorado pela Universidade de Tel Aviv.	Magistério em comunicação e filosofia. Palestrante com fortes influências do niilismo de Friedrich Nietzsche. Textos e ensaios com pensamento conservador e liberal. Colunista semanal do jornal <i>Folha de S. Paulo</i> . Autor de <i>Filosofia para corajosos</i> (2016), <i>O homem insuficiente: comentários de psicologia pascaliana</i> (2001), <i>Conhecimento na desgraça: ensaio da epistemologia pascaliana</i> (2004), <i>A era do ressentimento: uma agenda para o contemporâneo</i> (2014), <i>Guia politicamente incorreto da filosofia</i> (2012) e outros.
<b>Marilena de Souza Chauí</b> (1941-SP)	Filósofa e historiadora. Graduação em filosofia, mestrado, doutorado e livre-	Militante política. Escritora. Docente em filosofia política e estética na USP. Escreveu: <i>A nervura do real</i> (2016), <i>Convite à Filosofia</i> (1995), <i>A nervura do real II: imanência e liberdade em Espinosa</i> (2017), <i>Convite à filosofia</i>

	docência pela USP	(2017), <i>Iniciação à filosofia</i> (2012), <i>Introdução à história da filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles</i> (1994), <i>Simulacro e poder: uma análise da mídia</i> (2006), e outros.
<b>Márcia Angelita Tburi</b> (1970-RS)	Filósofa e escritora. Graduação, mestrado (PUC-RS) e doutorado (UFRS) em filosofia	Militante política. Escritora. Docente em filosofia. Obras filosóficas: <i>Crítica da razão e mimesis no pensamento de Th. W. Adorno</i> (1995), <i>Uma outra história da razão</i> (2003), <i>Diálogo sobre o corpo</i> (2004), <i>Filosofia cinza: a melancolia e o corpo nas dobras da escrita</i> (2004), <i>Metamorfoses do conceito: ética e dialética negativa em Theodor Adorno</i> (2005), <i>Filosofia pop</i> (2011), <i>Filosofia prática: ética, vida cotidiana, vida virtual</i> (2014), <i>Filosofia: machismos e feminismos</i> (2015), <i>Como conversar com um fascista</i> (2015), e outros.
<b>Mário Sérgio Cortella</b> (1954-PR)	Filósofo e escritor. Mestrado e doutorado em educação (PUC-SP)	Docente em teologia. Obras filosóficas e em educação: <i>Nós e a escola: agonias e alegrias</i> (2018), <i>A sorte segue a coragem: oportunidades, competências e tempos de vida</i> (2018), <i>Por que fazemos o que fazemos? - aflições vitais sobre trabalho, carreira e realização</i> (2016), <i>Pensar bem nos faz bem!</i> (2013), <i>Não se desespere! - provocações filosóficas</i> (2013), <i>Descartes, a paixão pela razão</i> (1988), <i>A Escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos</i> . (1999), e outros.
<b>Djamila Tais Ribeiro dos Santos</b> (1980-SP)	Filósofa. Mestrado em filosofia política (UNIFESP).	Colunista <i>online</i> da revista <i>Carta Capital</i> . Obras: <i>O que é lugar de fala?</i> (2017) e <i>Quem tem medo do feminismo negro?</i> (2018).
<b>Clóvis de Barros Filho</b> (1966-SP)	Filósofo e jornalista. Graduação em jornalismo (Faculdade Cásper Líbero Bada-ró de São Paulo) e em Direito (USP). Mestrado em Ciência Política (Université Sorbonne Nouvelle de Paris) e doutorado em Ciências da Comunicação (USP).	Professor livre-docente em ética (ECA-USP). Obras: <i>Ética na comunicação</i> (2008), <i>Shinsetsu: O poder da gentileza</i> (2018) e <i>Deuses para Clarice</i> (2018), <i>Ética e vergonha na cara!</i> (2013) e <i>Felicidade ou morte</i> (2016). Organizador da publicação <i>Comunicação na polis</i> (2002).
<b>Miguel Reale</b> (1910-SP-2006)	Filósofo, advogado e poeta.	Docente em Filosofia do Direito (USP). Membro da Academia Brasileira de Letras e fundador da Academia Brasileira de Filosofia, da Sociedade Interamericana de Filosofia, da qual foi duas vezes presidente, e do Instituto de Filosofia Brasileira de Lisboa, Portugal. Reitor da USP (1949-1950 e 1969-1973)). Supervisor da Comissão Elaboradora do Código Civil Brasileiro de 2002. Organizador de sete Congressos Brasileiros de Filosofia (1950 a 2002) e do VIII Congresso Interamericano de Filosofia (Brasília, 1972). Relator especial nos XII, XIII e XIV Congressos Mundiais de Filosofia (Veneza, 1958; Cidade do México, 1963; e Viena, 1968), conferencista especialmente convidado pela Federação Internacional de Sociedades Filosóficas para os XVI e XVIII Congressos Mundiais (Düsseldorf, Alemanha, 1978; e Brighton, Reino Unido, 1988).

		Organizador e presidente do Congresso Brasileiro de Filosofia Jurídica e Social (São Paulo, 1986, João Pessoa, 1988 e Paraíba, 1990). Obras: <i>Posição do integralismo</i> (1933), <i>O estado moderno</i> (1934), <i>Filosofia do direito</i> (1953), <i>Teoria tridimensional do direito</i> (1968), <i>A política burguesa</i> (1934), <i>Formação da política burguesa</i> (1935), <i>ABC do integralismo</i> (1935), <i>Perspectivas Integralistas</i> (1935), <i>O Capitalismo Internacional</i> (1936), <i>Atualidades brasileiras</i> (1936), e <i>Atualidades de um mundo antigo</i> (1936), e outras.
--	--	--

FONTE: Borges (2018, s/d) e portal eletrônico Wikipedia.org

Diferentes opiniões arrolam alguns personagens acima mencionados e outros vistos como filósofos. Por exemplo, Freitas (2018, s/p.) em seu *blog* denominado *Filosofia Central* apresenta seção intitulada *Principais Filósofos Brasileiros e Suas Teses*, em que relaciona o que classifica como os principais filósofos brasileiros e suas teses, comparecendo: Olavo de Carvalho, Roberto Campos, Rui Barbosa, Eugênio Gudin, José Osvaldo de Meira Penna, Gustavo Corção, Ives Gandra da Silva Martins.

À parte a possível dúvida a respeito dos graus de confiabilidade dessas fontes e mesmo dos critérios de elegibilidade das listas, bem como quaisquer controvérsias sobre as características pessoais de cada personagem, é no mínimo evidente que os arrolados desempenham no país visível influência no processo de formação de opiniões. As mídias favorecem a disseminação de opiniões, promovendo a interação entre pessoas, grupos e instituições, o que garante a popularização dos indicados. Contudo, tais registros não suportam suficiente credibilidade para se garantir a conformação de um corpo filosófico brasileiro específico. Não resistem a qualquer indagação fincada nos moldes tradicionais de garantia de cientificidade, eis que mais se assemelham a corolário de subjetividades divulgadas pela força dos instrumentos midiáticos disponíveis atualmente, trazendo figuras hoje presentes no dia-a-dia do público. Ausências notórias do rol das personalidades divulgadas atestam tal impressão: Celso Furtado, Darcy Ribeiro (1922-1997), Alceu Amoroso Lima (1893-1983), Antonio Joaquim Severino (1941-+) e tantos outros, incluindo-se os mui dignos professores da área em cursos pós-graduantes nas universidades brasileiras e mesmo no exterior.

No entanto, existem outras fontes a respeito da eventual ocorrência de uma filosofia brasileira. Em esforço de detecção, perscrutaram-se fontes fidedignas ligadas a publicações universitárias específicas. Nesse sentido, elaborou-se estado da arte por meio de mapeamento de trabalhos a partir do Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamen-

to de Pessoal de Nível Superior (Capes), do Ministério da Educação, utilizando-se três expressões-chave: *filosofia brasileira*, *filósofos brasileiros* e *discursos filosóficos no Brasil*, com abrangência universal em todas as especificações de tempo, lugar, temática e outras. O resultado obtido não ultrapassou, todavia, o quantitativo total de dezoito obras, dentre as quais quatorze são teses.

A análise do teor dos respectivos conteúdos levou à seleção de apenas duas teses e três dissertações com abordagens atinentes a traços da existência ou de uma filosofia brasileira, ou pelo menos de filósofos epistemologicamente produtivos. O quadro seguinte delinea em síntese essas abordagens, para em seguida se identificarem em cada obra as afirmações reveladoras da opinião dos respectivos autores quanto àquela existência.

## QUADRO 2 - ALUSÕES À FILOSOFIA BRASILEIRA EM TESES E DISSERTAÇÕES NA CAPES

AU-TOR	TÍTULO / TIPO / DATA DEFESA	RESUMO	PALAVRAS-CHAVE	UNIVERSIDADE
Maria Lourdes do Nascimento	Política e ética: um estudo sobre o pensamento vaziano. /Dissertação / Data Defesa: 19/09/2014	Este trabalho tenta mostrar um tópico de importância fundamental no pensamento de Henrique Cláudio de Lima Vaz, um dos maiores <b>filósofos brasileiros</b> contemporâneos. No primeiro momento buscaremos explicitar a Política e a Ética à luz da concepção clássica de política em sua conformidade com a ética. O ser humano só exerce plenamente sua condição humana na vida em comunidade, ou seja, na vida política. A política pressupõe o outro. O outro reconhecido como um outro eu, que detém os mesmos direitos que eu. Portanto, ser-com-os-outros é ser político. No segundo momento, nos ocuparemos em mostrar os problemas oriundos da ruptura entre política e ética a partir do momento em que a política alinha-se com a ideia de razão moderna e a crise contemporânea oriunda a partir deste alinhamento, e, por fim, o modelo proposto por Vaz como capaz de unir sobre as bases éticas da dignidade humana e da democracia a sociedade do terceiro milênio.	Henrique Cláudio de Lima Vaz, política, ética, democracia	Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia
Erivaldo Fernandes Neto	A dignidade humana como problema no contexto <b>filosófico brasileiro</b> do século XIX / <b>Dissertação</b> / Data	As pesquisas sobre a dignidade humana no Brasil têm sido desenvolvidas em sua maioria dentro da área do direito. Resultando em um considerável material crítico. As análises realizadas neste contexto apontam em comum para a falta de conteúdo explicativo sobre o termo, concluindo a dificuldade de seu uso prático nas defesas e decisões no âmbito jurídico. No	Filosofia brasileira; Ética; Dignidade humana; Direitos humanos	Universidade Federal do Rio de Janeiro

	Defesa: 15/03/2016	sentido axiológico, os que questionam a dignidade humana como conceito vago, concordam que ela é um princípio moral surgido do intuito de defender a integridade humana em seu aspecto amplo, não permitindo que os indivíduos sejam rebaixados de sua condição humana essencial. Mas, mediante casos complexos como os de aborto, eutanásia e suicídio, por exemplo, quais critérios objetivos o aplicador do direito terá para tomar uma decisão justa? Com o propósito de investigar conteúdos mínimos para o conceito de dignidade humana, este trabalho traz uma análise historiográfica da introdução do conceito no Brasil, apontando para atualização de seu significado. Para cumprir este objetivo, analisar o <b>pensamento brasileiro</b> do século XIX é um ponto chave, por ser o período em que surgiram os primeiros entendimentos modernos acerca da dignidade humana no país, que paulatinamente foram conquistando mais espaços na sociedade e amplitude conceitual. Com foco neste período os principais autores citados serão Gonçalves de Magalhães e Tobias Barreto, como representantes das duas principais <b>doutrinas filosóficas presentes no país</b> naquele momento.		
Amanda Veloso Garcia	Elementos para uma filosofia além da esfera verbal / <b>Dissertação</b> / Data Defesa: 19/09/2016	Nesta dissertação investigamos a relação entre a Filosofia e a prática de escrita de textos de maneira a tratar dos seguintes problemas: Existem formas alternativas de expressão e desenvolvimento da Filosofia além daquelas relacionadas aos recursos da linguagem verbal? Em caso afirmativo, através de que formas a Filosofia poderia se expressar? Como parece haver, na tradição filosófica Ocidental, uma vinculação necessária entre a Filosofia e a linguagem verbal, temos como objetivo repensar as práticas filosóficas dentro da universidade e analisar a potencialidade de pensamentos existente em diversos formatos de pensar. Inicialmente apresentamos as contribuições de uma abordagem inter/multidisciplinar para a Filosofia, de modo a apontar o paradigma da complexidade como um recurso apropriado para investigar problemas filosóficos da contemporaneidade. Entendemos que o paradigma da complexidade tem se delineado de forma a proporcionar uma virada na Filosofia que extrapola o domínio da linguagem verbal. Como um estudo de caso, discutimos características centrais da Filosofia brasileira no contexto da universidade pública. A partir da caracterização da Filosofia na universidade brasileira, analisamos os limites da linguagem verbal como forma de expressão de pensamentos. Por fim, discutimos o potencial de formas não verbais na reflexão filosófica, analisando	Linguagem. Formas não verbais de expressão de pensamentos. Colonialidade. <b>Filosofia Brasileira</b> . Paradigma da Complexidade.	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Marília



		suas contribuições e limites para o desenvolvimento de um filosofar genuíno.		
Weiny Cesar Freitas Pinto	Do círculo à espiral: por uma história e método da recepção filosófica da psicanálise segundo o freudismo filosófico francês (Ricoeur) e a filosofia brasileira da psicanálise (Monzani) / <b>Tese</b> / Data Defesa: 27/09/2016	O séc. XX protagonizou o surgimento de novos campos filosóficos de pesquisa, entre eles, consolidou-se notoriamente o domínio da interlocução entre filosofia e psicanálise. Apesar da extensa e contundente literatura produzida, até o momento pouco se refletiu aprofundadamente quanto à sua história e método. Essa pesquisa ocupa-se precisamente disso. Interroga-se pela caracterização histórica do freudismo filosófico francês e da filosofia brasileira da psicanálise. Argumenta-se a favor das hipóteses características: “círculo histórico” e “espiral metodológica”, respectivamente. Demonstra-se mediante reavaliação do freudismo de Ricoeur, e do reposicionamento de sua compreensão hermenêutica da obra freudiana; bem como por meio do exame da epistemologia da psicanálise de Monzani, e de sua tese da espiral, que a recepção filosófica da psicanálise já possui elementos de historiografia e método próprios. Conclui-se, em tese, que a filosofia brasileira da psicanálise, particularmente em razão de seu desenvolvimento metodológico, representa determinado avanço histórico em relação ao freudismo filosófico francês.	Recepção filosófica da psicanálise; História; Método; Freudismo filosófico francês; Filosofia da psicanálise; Ricoeur; Monzani.	Universidade Estadual de Campinas
Júlio Miranda Canhada / Tese	Construções de um século: Discursos filosóficos no Brasil oitocentista / <b>Tese</b> / Defesa em 2017	Desde fins do século XIX foram escritas obras em que se repertoriou a <b>produção filosófica brasileira</b> . Traço comum em muitas delas é o caráter de precariedade atribuído ao objeto sobre o qual se dedicam. Procuraremos examinar o modo de constituição desse juízo, levando em consideração a maneira pela qual categorias filosóficas foram produzidas por autores que, autodenominando-se filósofos, eram assim reconhecidos no século XIX no Brasil. Seleccionaremos, no conjunto desses autores, textos e questões que possam lhes conferir inteligibilidade e legibilidade nesse espaço particular de criação e circulação do conhecimento. Concentrando-nos de modo geral na segunda metade do século XIX, procuraremos investigar como se deu a formação de uma ideia de século que opera como medida de pertencimento coletivo a produções filosóficas muito diversas, mas cujos sentidos temporais divergem a ponto de poder-se falar em uma história de temporalidades.	Brasil; Discurso Filosófico; História; Século XIX; temporalidade	Universidade de São Paulo

**FONTE:** Capes

Como se constata, o respectivo teor das obras arroladas permeia abordagens que revelam o pensamento de brasileiros em relação a questões filosóficas. A seguir, então, se enfatizam tais pensamentos com vistas à possível detecção de traços da filosofia brasileira.

Nascimento (2014, p. 11-12), reportando-se ao tema, parte da assunção de que os esteios da convivência do ser humano são a política e a ética, e as declara originárias desde Platão e Aristóteles e traz o modelo proposto por Henrique Cláudio de Lima Vaz “... como capaz de unir sobre as bases éticas da dignidade humana e da democracia a sociedade do terceiro milênio”, e declara o pensador “... um dos maiores filósofos brasileiros contemporâneos” e revelador do ponto de intersecção entre a ética e a política. Assim, Nascimento (2014, p. 13) acentua como uma forte característica em Vaz a preocupação com algo que guie as pessoas em busca do equilíbrio nas suas relações com a sociedade, evitando crises prejudiciais aos interesses coletivos:

Portanto, as práticas humanas orientadas pelo particularismo ou por um individualismo exagerado são capazes de engendrar na sociedade crises mais ou menos profundas, como a crise que ocorre na sociedade contemporânea. Nosso filósofo não se omitiu diante desta crise ética intrínseca à sociedade atual. Ao contrário, após elucidar as circunstâncias e as vicissitudes acerca da crise de sentido da sociedade grega no século VI a.C e as sucessivas transformações ocorridas na modernidade, que ocasionaram a crise também de sentido da sociedade contemporânea, não só a explicita com também aponta o caminho para superá-la.

Nesse diapasão, Nascimento (2014, p. 13) esquadrinha o pensamento de Vaz para mostrar que esse epistemólogo hodierno brasileiro, além de se preocupar com aquele equilíbrio orientador das ações das pessoas em sociedade, defendendo a conformidade entre política e ética, também discorre sobre “... o niilismo e a crise de sentido da sociedade contemporânea com a separação entre a política e a ética ocorrida na modernidade”, e o que ele propõe “[...] para superar a crise de sentido da atual sociedade e a necessidade de construirmos uma sociedade em que ética e política possam constituírem (sic) os dois lados de um todo”.

Ainda a respeito de Vaz (1921-2002), há que se trazer à baila informações úteis para melhor compreensão do alcance de seu trabalho filosófico no Brasil e no exterior. Conforme Mac Dowell (2018, s/p.), trata-se de padre jesuíta ouro-pretano, professor universitário por cinco décadas e detentor de volumosa obra filosófica catalogada, após formação filosófica no Brasil e teológica na Pontifícia Universidade Gregoriana, onde também se doutorou com tese sobre Platão. Mac Dowell (2018, s/p.) acrescenta ainda que Vaz,

Radicado na tradição filosófico-teológico-espiritual cristã, foi um profundo conhecedor de S. Agostinho e de S. Tomás de Aquino, bem como da filosofia grega de Platão e Aristóteles. [...] Além de trabalhos importantes sobre Karl Marx e sobre o paleantropólogo e pensador jesuíta Teilhard de Chardin, dedicou-se especialmente ao estudo da obra filosófica de Hegel, do qual se

tornou um dos maiores especialistas. Suas publicações compreendem uma dezena de livros e várias centenas de artigos e resenhas de caráter predominantemente filosófico. [...] Sua última obra, saída nas vésperas de sua morte com o título "Raízes da modernidade", trata justamente do assunto que o vinha preocupando cada vez mais, i.e. a necessidade de redescobrir os fundamentos metafísicos da existência humana, pessoal e social, à luz da tradição cristã. [...] Seu nome é presença obrigatória e sua obra objeto de análise elogiosa nas publicações nacionais e internacionais dedicadas à filosofia do Brasil.

Vaz se constitui, portanto, em filósofo brasileiro de inegável militância epistemológica, com reflexões coerentes com traços da realidade sociocultural e política do país. Por certo influenciou os estudiosos da filosofia no país. No entanto, resta de pé a indagação a respeito da possibilidade de seu pensamento revelar, por si só, características de uma filosofia brasileira e, portanto, distinta dos enfoques detectados pelo mundo afora.

Outro estudo perscrutador de tema relacionado a pensamento filosófico brasileiro é o produzido por Neto (2016). O autor analisa conceitualmente a dignidade do ser humano à luz do contexto brasileiro oitocentista, alegando que naquela época emergiram os primeiros esforços de sua concepção no país. Para tal reflexão, esteia-se o autor em Gonçalves de Magalhães e em Tobias Barreto, dois estudiosos brasileiros de intensa atuação no campo filosófico. O autor compõe, então, as características do respectivo pensamento filosófico de ambos para, ao final, ressaltar a visível contundência entre eles. Como cediço, Domingos José Gonçalves de Magalhães (1811-1882), destacou-se na docência filosófica, medicina, diplomacia, política e literatura e dramatologia.

Neto (2016), contextualizando o cenário político-cultural brasileiro do século XIX, dá conta da supremacia do tradicional rigorismo aristotélico de origem escolástica herdado de Portugal, para situar os esforços de Gonçalves de Magalhães na modernização da cultura brasileira por meio da introdução do romantismo espelhado nos movimentos congêneres europeus, trazendo diferentes perspectivas para a visão de mundo no cenário nacional:

Mas a reforma da literatura nacional, mediante a recepção do romantismo, e a fundamentação da reforma, mediante a recepção do espiritualismo da Restauração francesa, não nos despertam interesse filosófico somente por terem sido organizados pelo mesmo autor, Gonçalves de Magalhães, e sim pelo fato de um ter sido preâmbulo do outro. [...]. O espiritualismo romântico, como preferimos chamar esse movimento estético-filosófico brasileiro do século XIX, teve por principal objetivo a mudança da consciência de si como humano, inserindo na cultura brasileira a ideia de sujeito, que é responsável por si e pelo mundo a sua volta, devendo fazer bom uso da sua liberdade conforme orienta a presciência divina. Estes novos estímulos ao pensamento

foram fundamentais para o desenvolvimento da filosofia nacional, pois introduziram no Brasil, diversas categorias que foram usadas por pensadores posteriores, mas principalmente por inaugurar no país uma forma própria de ver os problemas filosóficos que eram abordados nos grandes centros de pensamento da Europa, fazendo uso dos métodos da ciência moderna, cujo espírito era o de estabelecer rigor através do método de experimentação e comprovação as teorias acerca da realidade (NETO, 2016, p. 38-43).

Na opinião de Neto (2016, p. 38), então, Gonçalves de Magalhães, reagindo ao secular predomínio da filosofia iluminista do século XVIII fundado no puro racionalismo, postou-se pioneiramente na corporificação de pensamento filosófico inovador no país, “... combatendo o puro racionalismo e a objetividade matemática como forma de explicar o mundo. Assim, o movimento foi intensamente marcado pela defesa da subjetividade, do lirismo como forma de expressão e pela valorização das emoções”. Ainda a respeito, Cerqueira (2019, s/p.) afirma que as objeções às enriquecedoras obras filosóficas de Gonçalves de Magalhães “[...] não lhe tiram o mérito da participação filosófica no processo de modernização e emancipação do pensamento brasileiro”, acrescentando que tais obras merecem estudos mais aprofundados, e que ele na verdade “[...] representa a transição de uma educação fundada no aristotelismo português para uma educação fundada na filosofia moderna; ele fez a mudança do princípio teológico da conversão - princípio esse que vigorou ao longo de dois séculos no aristotelismo sob a *Ratio Studiorum* - para o princípio ontológico do cogito cartesiano”. Menciona, por fim, que “A significação filosófica de Gonçalves de Magalhães, especialmente dos *Fatos do espírito humano*, consiste nessa mudança de princípio. É neste sentido que me refiro ao seu papel de fundador da filosofia brasileira”. A presença de opiniões de que Gonçalves de Magalhães significou importante veio de inovação filosófica no Brasil do século XIX é inegável, ainda que persista a dúvida quanto à existência de uma filosofia brasileira configura-se patente.

O outro baluarte da filosofia brasileira apontado por Neto (2016, p. 58) é Tobias Barreto de Menezes, sergipano nascido em 1839 e falecido em 1889. Frequentemente descriminado por ser negro, foi detentor de formação filosófica, jurídica e literária, e também político, poeta, escritor, jornalista e professor. Durante seus estudos jurídicos na cidade de Recife, foi contemporâneo de Rui Barbosa (1849-1923), Joaquim Nabuco (1849-1910) e Castro Alves (1847-1871). Sua atuação profissional, principalmente no que tange à área filosófica, então à sombra do espiritualismo romântico, contra o qual militou posteriormente, tem início coincidente com os tempos derradeiros da Guerra do Paraguai e, portanto, influenciado por contumelioso sentimento nacionalista e favorável à libertação dos escravos. A respeito, Neto (2016, p. 58) afirma que,

Com isto, se intensifica no país uma nova fase das ofensivas políticas contra a monarquia e um surto de novas ideias, que avançavam em relação aos levantes populares do início do século, entre as quais destacamos a introdução do positivismo de Comte e a teoria de Darwin acerca da evolução das espécies por meio da seleção natural. Tobias Barreto foi uma das principais referências desta fase crítica da cultura brasileira, ao mesmo tempo em que foi fortemente influenciado por ela. [...] Seus primeiros trabalhos filosóficos são críticas dirigidas aos postulados centrais do espiritualismo romântico. Assim, em um artigo com o mesmo título da principal obra de Gonçalves de Magalhães, *Fatos do Espírito Humano*, originalmente publicado no *Correio Pernambucano* no ano de 1869, Tobias Barreto se opôs a teoria da sensibilidade expressa no capítulo XVIII da obra original, [...].

Tobias Barreto e Gonçalves de Magalhães, portanto, se contundem na seara das ideias, eis que o primeiro tem no segundo alguém tradicionalista que precisa ser combatido por conta de suas ideias fundadas na escolástica e ainda com forte ranço espiritualista romântico, uma vez que tenta explicar a realidade “... a partir da ação de Deus e de causas estranhas à razão”, conforme Neto (2016, p. 60). Desse modo, Tobias Barreto pretendeu espezinhar a cientificidade do espiritualismo como corrente filosófica, base das argumentações de Gonçalves de Magalhães. Nesse contexto, ambos hão de perfilar intenso e demorado corolário de argumentações, envolvendo principalmente o confronto a respeito da criação do ser humano, da sua natureza e da sua consciência, liberdade, dignidade, religião, cultura, valores morais e de outros seus atributos, bem como da própria existência de Deus. Ao final, Neto (2016, p. 87) conclui que o século XIX foi importante período para o avanço do pensamento filosófico sobre o ser humano, dados certos fatos históricos fundamentais para sua suscitação e seu amadurecimento, tais como “... a vinda da corte portuguesa para cidade do Rio de Janeiro, a independência do Brasil, a abolição da escravidão e a proclamação da república”, evidenciando-se durante tal período, e o que a ele se seguiu, a interligação dos corolários daquelas ocorrências e o advento de outras tais como lutas armadas, convergindo para “... um deliberado esforço de modernização das ideias e da cultura brasileira”. Portanto, conforme demonstra o autor, Gonçalves de Magalhães e Tobias Barreto favoreceram a evolução do pensamento filosófico brasileiro no século XIX. No entanto, também aqui há que se insistir na indagação a respeito de se poder detectar, naquele embate entre ambos, uma filosofia genuinamente brasileira.

Garcia (2016, p. 35) é portadora de enfoque mais específico sobre a filosofia no Brasil, dentre outros aspectos. Com o propósito de discutir o que chama de *uma filosofia além da esfera verbal*, a autora relembra a influência francesa na instalação do curso de filosofia na

Universidade de São Paulo em 1934 como algo tipicamente devido ao colonialismo, solidificando-se a prática da interpretação do pensamento dos filósofos sem, no entanto, o estímulo à produção do próprio discente, e enfatiza que “Um resultado dessa prática é que não existe incentivo para que dialoguemos com nossos pares ou mesmo que se estude o pensamento de filósofos brasileiros ou latino-americanos”. Assim, Amanda Garcia reitera a presença das influências europeias no ensino e na prática da filosofia no país, o que explica a dificuldade de corporificação da pretendida filosofia brasileira.

Já Pinto (2016, p. 15) labora o confronto entre o *freudismo filosófico francês* e a *filosofia brasileira da psicanálise*. Sob a denominação “Do círculo à espiral: por uma história e método da recepção filosófica da psicanálise segundo o freudismo filosófico francês (Ricoeur) e a filosofia brasileira da psicanálise (Monzani)” tem a intenção de detectar “... uma história e método da recepção filosófica da psicanálise”. O próprio título, iniciando-se com a expressão *Do círculo à espiral...*, evoca metaforicamente transição entre estaticidade e evolução do trato da historicidade e da metodologia da recepção filosófica da psicanálise.

Conquanto a história das relações entre psicanálise e filosofia, a recepção filosófica da psicanálise, e a filosofia da psicanálise no Brasil integrem o ementário da Disciplina Opcional Filosofia da Psicanálise, do Curso de Psicologia em universidades brasileiras<sup>2</sup>, o enfoque do autor é particularmente específico das nuances atinentes à produção filosófica na seara psicanalítica, revelando traços de preocupação de brasileiros com a filosofia. No entanto, após discorrer sua opinião a respeito do tema, o autor (Pinto, 2016, p. 234) conclui que sua tese se constitui, enfim de “... clara demonstração de como a ‘filosofia da psicanálise’ (e) ocupa um papel decisivo no desenvolvimento do sentido e na descoberta da natureza da recepção filosófica da psicanálise em geral”. Ainda assim, no entanto, não se detectam em suas exposições, elementos suficientes para garantia da existência de uma filosofia brasileira, nem mesmo nessa área específica.

Canhada (2017) traz ao certo o texto mais diretamente relacionado à perscrutação da existência de uma filosofia brasileira. Sob a denominação de ***Construções de um século: Discursos filosóficos no Brasil oitocentista***, enfatiza desde logo (Canhada, 2017, p. 10) a precariedade com que vê o objeto de abordagem das obras filosóficas produzidas desde as últimas décadas do século XIX. Ressalta, ali, que à obra de Domingos José Gonçalves de Magalhães,

---

Conforme divulgado, por exemplo, pela Universidade Federal de Juiz de Fora, em <http://www.ufvjf.br/psicologia/curso/disciplinas-opcionais/>

publicada em 1858 e denominada *Factos do espírito humano*, foi atribuída, à época, “... a qualificação de livro inaugurador da filosofia no Brasil, ...”. A essa altura, Canhada (2017) antevê o já conhecido embate entre Gonçalves de Magalhães e Tobias Barreto trazido à baila por Neto (2016, p. 58), em que se confrontaram a escolástica espiritualista do primeiro e o positivismo do segundo. Nesse sentido, expressa-se Canhada (2017, p. 11), primeiro a respeito da filosofia espiritualista defendida por Gonçalves de Magalhães, à luz do catolicismo inarredavelmente reinante:

De modo geral, procuramos caracterizar a perspectiva filosófica de Gonçalves de Magalhães como uma apropriação da filosofia eclética tal como formulada principalmente por Victor Cousin e Théodore Jouffroy. [...] Neste ponto, assim, parece ter havido uma apropriação de um debate da história da filosofia que acabou por constitui-se numa polarização fundamental entre espiritualismo e sensualismo, polarização que se tornou como que um ponto de referência para outras produções filosóficas brasileiras.

Como patente antítese às posições filosóficas de Gonçalves de Magalhães, a onda inovadora do pensar abraçada ardorosamente por Tobias Barreto que, coadjuvado por Sílvio Romero, e fincado na denominada Escola do Recife, defendeu o positivismo, o naturalismo, o evolucionismo e demais formas de pensamento oriundas da Europa oitocentista. No dizer de Canhada (2017, p. 135), naquela onda inovadora do pensamento, “... há uma reformulação daquela polarização fundamental entre espiritualismo e materialismo que de certo modo orientou os posicionamentos de autores (... e) Sílvio Romero, ao propugnar a existência de algo como a Escola de Recife, procura produzir uma outra polarização em relação àquela em que os autores precedentes se moviam”. Nessa linha, e especificamente a respeito de Sílvio Romero, afirma ainda Canhada (2017, p. 142) que, “... embora mantenha ressalvas mesmo quanto ao que considera méritos do positivismo tal como a classificação das ciências, a oposição à metafísica e a lei dos três estados, o principal ponto sobre o qual incide sua crítica se refere ao que denomina positivismo *ortodoxo*, um dos campos que pretende produzir...”. Em seguida, o autor Canhada (2017, p. 12) se detém na obra do médico filósofo Eduardo Ferreira França (1809-1857), *Investigações de Psicologia*, de 1854, em que é possível averiguar...

“... o modo pelo qual relacionavam-se o saber médico e o saber filosófico, visto que, nesse campo discursivo, eles não eram vistos como excludentes um ao outro. [...] Nessa relação entre discurso médico e discurso filosófico, além disso, estão presentes delimitações de campos de conhecimento a quem corresponderiam diferentes objetos, ou seja, discute-se sob que perspectiva devem recair estudos sobre o corpo ou a alma: fisiologia, frenologia ou psicologia”.

Tais observações, de acordo com Canhada (2017), têm vínculo com as correlações que o médico filósofo tece no desenvolvimento de seus argumentos ao justificar suas opções pelo materialismo. Explica ainda Canhada (2017, p. 117), que o médico filósofo se tornara discípulo do materialismo, “[...] convencido de que ainda havia além da matéria, e que o espírito era uma simples função de um órgão”, e que após muito ler as obras do filósofo inspirador e outras congêneres, “[...] não deixei de pensar sobre o objeto de que se ocupavam. Materialista, encontrava em mim um vazio, andava inquieto, aflito até; comecei então a refletir, e minhas reflexões me fizeram duvidar de muitas coisas que tinha como verdades demonstradas, e pouco a pouco fui conhecendo que não éramos só matéria, mas que éramos principalmente uma coisa muito diferente dela” (França, *apud* CANHADA, 2017, p. 117).

França (*apud* Canhada, 2017), portanto, ao peso de sua tese de doutorado concluído em Paris, também se declara adepto do materialismo reinante na Escola de Recife, seguindo a tonalidade inovadora advinda principalmente das influências francesas. Tal opção pelo positivismo, na verdade, caracteriza a tendência imposta aos brasileiros no século XIX por pensadores europeus. Nesse sentido, Canhada (2017, p. 78-9) ainda reforça, referindo-se ao confronto entre espiritualismo e materialismo:

Sob a denominação *materialismo* ou *sensualismo*, M. M. de Carvalho aloca “doutrinas” filosóficas que, na França, teriam sido superadas por Laromiguière e Cousin. Ao assim proceder, o autor apropria-se de um *debate* que serve ao mesmo tempo como uma espécie de *polarização fundadora*, uma vez que a partir dela produz-se tanto uma leitura do passado filosófico, quanto se determina os marcos pelos quais o presente e o futuro devem ser pensados. A presença da filosofia do século XVIII no século XIX, portanto, representaria, “entre nós”, um *atraso*, ou a permanência de posições que deveriam ter sido suplantadas por uma “sã e verdadeira filosofia”, ainda por se fazer.

Por fim, acrescente-se, não menos importante a observação de Canhada (2017, p. 31) a respeito da filosofia brasileira, ao ater-se à obra de Leonel Franca, publicada inicialmente em 1918, *A Filosofia no Brasil*, homônima da produzida por Sílvio Romero em 1878, dando conta de que “... no Brasil, os diferentes esforços filosóficos são todos falhos e insuficientes – embora sejam eles que o autor vá repertoriar”. Nas palavras do próprio Franca (1952, p. 262):

Não podemos ainda pleitear, como as grandes nações civilizadas, certa autonomia de pensamento. De novo e de nosso, bem pouco e bem mesquinho é o que podemos reclamar. Refletimos, mais ou menos passivamente, ideias alheias; navegamos lentamente e a reboque nas grandes esteiras abertas por outros navegantes; reproduzimos, na arena filosófica, lutas estranhas e nelas combatemos com armas emprestadas. Não há, por isso, entre os pensadores



que aqui se sucedem, continuação lógica de ideias nem filiação genética de sistemas. Não temos escolas, não temos iniciadores que houvessem suscitado, ou por sequência de evolução ou por contraste de reação, continuadores ou opositores. Sendo assim, classificaremos os nossos escritores de filosofia em simples correntes filosóficas, idênticas às que estudamos na Europa, durante o século XIX:

- a) *Corrente espiritualista;*
- b) *Corrente positivista;*
- c) *Corrente materialista e evolucionista.*

Não se pode, no entanto, desesperançar do potencial brasileiro de corporificar sua própria filosofia, ou seja, é possível que se venham a construir corpo e sistema do pensamento epistemológico brasileiro, não necessariamente uniformes, mas frutos da busca de identidade nacional.

Além dos enfoques com origem em teses e dissertações atualmente colecionadas pela Capes, encontraram-se outros trabalhos de mesmo nível e com semelhante enfoque. Alguns deles, especificamente sobre Celso Furtado, fazem menção às produções epistemológicas desse estudioso, de modo especial no que tange ao subdesenvolvimento e seus corolários.

Como em sua maioria esses pesquisadores detectam, obviamente, quase as mesmas características do perfil ideológico de Celso Furtado, tomam-se excertos da contribuição de Borges (2014) como referência para que se pincem traços da formação e da produção filosófica daquele pensador paraibano nascido no ano de 1920, e com formação jurídica na Universidade Federal do Rio de Janeiro e doutorado em economia pela Universidade de Paris-Sorbonne, e estudos pós-graduantes na Inglaterra, tendo trabalhado em setor de pessoal do governo federal e na Fundação Getúlio Vargas. Sua passagem pela Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), órgão das Nações Unidas, então sediada no Chile, trouxe-lhe forte experiência no trato das questões de subdesenvolvimento na região. Assim, Borges (2014) analisa a dimensão política na obra de Celso Furtado, enfatizando as fases da sua formação intelectual e da sua trajetória. Delineia, então, as influências tanto do marxismo por meio de Karl Mannheim quanto dos princípios de macroeconomia defendidos por Keynes, sobre aquele militante. São expressões de Borges (2014, p. 52) a respeito da influência marxista sobre Celso Furtado:

Contudo é inegável a influência de Marx na obra de Furtado, sobretudo nos livros publicados na década de 1960, particularmente *A pré-revolução brasileira* (1962), *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* (1961), *Dialética do desenvolvimento* (1964) e *Teoria e política do desenvolvimento econômico* (1967). Neste último Furtado (1971, pp. 21-35) chegou a descrever as pre-

missas filosóficas do desenvolvimento econômico baseado no modelo marxista.

Imbuído dos pressupostos marxistas, Furtado expressará, amiúde, suas preocupações com as características de subdesenvolvimento da América Latina e as medidas governamentais necessárias para sua superação.

Por outra banda, também é visível a influência da teoria keynesiana na formação e na produção ideológica de Furtado. Borges (2014, p. 59-60) ressalta que “O lugar do estado na obra de Furtado constitui-se na referência principal para pensar a economia e a sociedade brasileira; e a intervenção do estado em moldes keynesianos foi paradigmática”. Dessa maneira, é inegável que Celso Furtado passa convincentemente a interpretar a tendência e as razões de medidas governamentais presenciadas no cotidiano do Estado, seja ele capitaneado por direitistas ou esquerdistas, conservadores ou progressistas. Sua preocupação com a busca pelo desenvolvimento passa, pois, a direcionar suas produções ideológicas eivadas das teorias econômicas, ainda que incorporando novas ideias ventiladas alhures, tais como o “... reconhecimento da importância reguladora e não apenas normativa do estado, o problema da distribuição de riqueza e da incorporação de grandes contingentes de trabalhadores ao mercado de consumo como uma necessidade intrínseca do próprio processo de crescimento capitalista e a adoção de medidas de proteção ao trabalho representaram uma revolução na forma de interação entre economia e política”, conforme Borges (2014, p. 61).

Diga-se, por fim, que Celso Furtado se mostrou bastante prolífero na produção de textos, com mais de trinta trabalhos em que discute principalmente o subdesenvolvimento e suas relações com a política e com o Estado. Portanto, reconheça-se, Furtado em muito contribuiu, seja com as mãos, seja com a mente, para corporificação do pensamento brasileiro.

Conforme mencionado antes, outros estudiosos da personalidade e das obras de Furtado povoam a literatura pátria, ressaltando-se Ana Paula Londe Silva e Marina Costa Val (Celso Furtado: a teoria do subdesenvolvimento e o caso brasileiro, 2013), Andreia Ribeiro Ayres (Celso Furtado e o desenvolvimento como invenção, 2007), Bruno Borja (Celso Furtado e a cultura da dependência, 2009), Cleydia Regina Esteves (Desenvolvimento como cultura na obra de Celso Furtado, 2014). Kevin Luís Damásio (Entre debates: o pensamento crítico de Celso Furtado e a teoria do decrescimento, 2018), sem qualquer intenção de esgotar o universo de pesquisadores dedicados ao personagem.

Não se pode, ainda, relegar a importância de outro pensador brasileiro: Alceu Amoroso Lima, também conhecido por Tristão de Ataíde como pseudônimo literário. De formação aristocrática nos melhores colégios europeus, foi, no Brasil, adepto do movimento modernista, ou modernismo, consistente em busca de inovações nas artes, literatura, design e na própria organização social, diante da consideração de que estariam ultrapassados e, portanto, uma ruptura estética profunda com o passado, Amoroso Lima se dedicou às letras como escritor e colunista, à religião e ao magistério superior também no exterior. Militou, ainda, na defesa da liberdade de pensamento contra o autoritarismo. Como características, suas obras insistiram nos temas relacionados à pessoa, à liberdade, ao eterno e ao moderno, tendo produzido significativo volume bibliográfico em torno desses temas, incluindo-se “[...] desde a crítica literária até os ensaios de filosofia e de economia [...], na dicção de Souza (2016, p. 1). A abundante produção bibliográfica retrata bem a sucessiva evolução das bases ideológicas vividas por Amoroso Lima. Conforme descreve o mesmo Souza (2016, p. 2), Amoroso Lima, durante uma década, a partir de 1928, e por conta do contexto histórico-filosófico da época, agiu de modo que estivesse com

“[...] suas ideias políticas em um primeiro momento vinculadas ao ideário católico contrarrevolucionário representado por Jackson de Figueiredo (1891-1928) e, posteriormente, ligado a uma mudança de posições integristas rumo à democracia cristã de Jacques Maritain, representada pelo catolicismo liberal.

Portanto, Amoroso Lima aderiu à forte militância religiosa, genericamente denominada de *Ação Católica*, iniciada desde o início da década de 1920, tendo em mente a reaproximação entre a Igreja e o Estado, a fim de recristianizar a sociedade até então influenciada pela anterior determinação constitucional de laicização da República desde 1891. Nesses esforços, lançava-se mão de estratégias diversas, dentre as quais a criação e o fortalecimento de instituições e movimentos católicos como universidades pontifícias, institutos culturais e meios de divulgação como rádios, revistas e jornais. Em todas essas frentes postou-se enfático Amoroso Lima, com sede na cidade do Rio de Janeiro, ele mesmo fruto do trabalho pastoral da Igreja, conforme o mesmo Souza (2016, p. 6-7):

A conversão de Amoroso Lima foi decorrência de múltiplos esforços de personalidades importantes do catolicismo da década de 1920, principalmente de Jackson de Figueiredo, do padre Leonel Franca e o do cardeal Dom Sebastião Leme, arcebispo do Rio de Janeiro à época. [...] Assim, é possível compreender o processo de adesão de personagens esclarecidos ao catolicismo.

A conversão de Amoroso Lima fez-se seguir pelo seu engajamento nas ações católicas, assumindo funções diversas junto aos meios de comunicação e instituições de ensino, trabalhando questões religiosas, pedagógicas, sociológicas, econômicas, filosóficas e políticas, durante anos. Aos poucos, no entanto, preferiu imprimir com maior ênfase sua dedicação às questões de natureza mais filosóficas, econômicas e políticas, tal como mencionado por Ferreira (2019, s/p.):

Aos poucos foi percebendo, entretanto, com maior clareza, “que o fato de acreditar na liberdade acima da autoridade, de acreditar na democracia acima das oligarquias ou autocracias, de acreditar na liberdade de pensamento acima do dirigismo intelectual, não implicara nenhum conflito com suas convicções católicas, e não existia entre uma coisa e outra a menor incompatibilidade”. [...] A partir de então, segundo Medeiros Lima, tornou-se “um dos mais legítimos intérpretes do pensamento católico”, expresso nas encíclicas *Mater et magistra* (1961) e *Pacem in terris* (1963). [...] foi nomeado pelo papa Paulo VI membro da Comissão de Justiça e Paz, com sede em Roma, e tornou-se ainda membro associado estrangeiro da Academia de Ciências Morais e Políticas, em Paris.

Assim, Amoroso Lima retomou as concepções liberais antes assumidas, mas conservando seu espírito de luta pelos ideais religiosos e “[...] prosseguiu sua caminhada em direção ‘à defesa da liberdade, da justiça e à defesa inclusive da evolução da sociedade num sentido socializante’”, conforme menciona Ferreira (2019, s/p.). Justamente estas conotações, no entanto, permitem afirmar-se que seu pensamento, em toda a trajetória vivencial percorrida, muito contribuiu para coadjuvar a configuração dos fundamentos do desenvolvimento local, dada sua crença na supremacia da liberdade mesmo em situações drásticas de confronto com a autoridade, e ainda na democracia frente às oligarquias, e na independência do pensamento perante o que chama de *dirigismo intelectual*. Tais posicionamentos ideológicos evoluem, por certo, rumo ao reconhecimento dos direitos de a população expressar sua vontade quanto ao direcionamento de sua história, assumir suas decisões a respeito dos caminhos desenvolvimentistas a serem trilhados, assumindo de fato, cada indivíduo, o papel de agente das ações correspondentes aos seus interesses particulares e coletivos.

Por fim, também Gustavo Corção Braga (1896-1978), como pensador e escritor militou no conservadorismo político influenciado por Jacques Maritain (1882-1982) e demais tomistas, porém favorável ao diálogo com a esquerda e, portanto, muito alinhado com o pensamento respectivo de Helder Câmara (1909-1999), Amoroso Lima, Sobral Pinto (1893-1991) e outros. Integrante, então, do rol dos pensadores militantes da época em que, conforme Jaguaribe (2013, p. 317), “[...] a democracia de classe média, tripulada por um segmento social

bem mais números, educado segundo padrões euro-norte-americanos, teve capacidade de montar e operar um eficiente e civilizado Estado de Direito a partir do importante legado público herdado do Estado Novo”. Portanto, mais outro pensador do século XX com enriquecimentos para as bases do então promissor desenvolvimento local à guisa de Amoroso Lima.

Finalmente, ao perpassar-se significativa representação do corpo de pensadores brasileiros, em busca de resposta à indagação sobre eventual existência de uma filosofia brasileira, há que se reconhecer verdadeira a impressão dantes mencionada: o Brasil possui pensadores tão esforçados quanto quaisquer outros que pululam o universo da militância epistemológica, mas por certo não se perfaz, ainda, um corpo de reflexões representativo de um estilo essencialmente brasileiro. Pode-se até alimentar a expectativa do advento de tal corpo, com o amadurecimento dos métodos, do conteúdo e da própria sociedade frente às questões nacionais que precisam ou mereçam a dedicação de todos quantos possam contribuir com suas reflexões.

Assim, à guisa de conclusão a respeito das contribuições epistemológicas dos filósofos da modernidade recente, desfilaram-se diversos pontos de vista de diferentes pensadores que enriqueceram a produção do conhecimento com as respectivas ideias inovadoras, incluindo-se até mesmo traços das reflexões brasileiras que integram, ainda que em graus incertos, o rol da produção de conhecimentos no ocidente. Justamente essas ideias, brasileiras e não, conforme será demonstrado a seguir, representaram a semente do arcabouço de princípios e de valores que preconizam a corporificação teórica do desenvolvimento local. Aliás, ver-se-á posteriormente que o desenvolvimento local apresenta conotações de processo pelo qual os integrantes de certa população promovem, como sujeitos de seu destino, a elevação dos níveis de satisfação de suas necessidades e de suas aspirações, ou, como ensina Amaro (2009, p. 108), significa a satisfação processual de “[...] satisfação de necessidades e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente das suas capacidades, assumindo aquela o protagonismo principal nesse processo e segundo uma perspectiva integrada dos problemas e das respostas”.

Portanto, restará demonstrado, nas próximas abordagens que, de fato, a filosofia, com todo o seu aparato histórico-cultural desembocou efetivamente no fornecimento das bases em que se fincam atualmente os valores, os princípios e a dinâmica processual que permitiram que florescesse e tomasse corpo o próprio desenvolvimento local, uma vez desfilados, ao longo desta unidade, a identificação dos elementos filosóficos base de sua determinação.

## 4 A FILOSOFIA E O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Evidenciadas as bases filosóficas do conhecimento, e ainda os elementos epistemológicos determinantes do desenvolvimento local, urge seja apontada a maneira pela qual este emerge, de fato, sustentado em princípios, valores, métodos e ações aceitáveis na seara da cientificidade. Para tanto, emergem as abordagens atinentes ao desenvolvimento local como construção social emancipadora, na dinâmica do qual a filosofia se faz efetivamente presente. Neste aspecto, apontar-se-ão determinados epistemólogos e as razões pelas quais os respectivos pensamentos estão mais direta e proximamente relacionados ao desenvolvimento local.

### 4.1 O Desenvolvimento Local como Construção Social Emancipadora

Analizada até aqui a filosofia em sua gênese, concepção e evolução. Contatadas também as vicissitudes epistemológicas dos pensadores da atualidade. Diante da intenção de se buscar a possível influência da filosofia sobre as manifestações do desenvolvimento local, torna-se inadiável a contextualização conceitual, principiológica e operacional deste.

Conforme já mencionado, o desenvolvimento local possui relativamente poucas décadas de manifestação na dinâmica das relações sociais de uma população. A produção bibliográfica, a seu respeito, não tem sido volumosa como mereceria. A respeito, Santos *et al.* (2016, p. 50) acreditam que “Um dos indicadores de desenvolvimento tecnológico de uma sociedade é medido pelo número de publicações científicas que a comunidade acadêmica produz em seus projetos, redes e grupos de pesquisa”. Por conta dessa crença, os autores mapearam as publicações de língua portuguesa em periódicos ocorridas durante os anos de 2013 a 2015 referentes ao desenvolvimento local, utilizando-se as divulgações da Capes.

Tal como mostrado (Santos *et al.*, 2016), detectaram-se setenta e quatro publicações brasileiras e três espanholas. Considerando o universo encontrado, as publicações espanholas correspondem a 3,90%. Distribuídas as demais, pelas regiões brasileiras, encontram-se nove publicações (11,69%) no Norte, vinte (25,97%) no Nordeste, seis (7,79%) no Centro-Oeste, oito (10,39%) no Sudeste e onze (14,29%) no Sul. Outras vinte (25,97%) não tiveram especificação regional. Portanto, nos três anos consecutivos apenas setenta e sete publicações em língua portuguesa, oficialmente divulgadas por órgão oficial brasileiro, sobre o desenvolvimento local, parecem comprovar a exiguidade também de tempo de sua manifestação no país e no mundo. Contudo, emergem calorosas as pesquisas nessa área. O desenvolvimento local tem sido analisado, discutido, teorizado. Emerge como novo caminho para solução das quase

sempre malsucedidas experiências em busca de desenvolvimento praticadas seja por governos, seja por particulares, preconizando a necessária consideração de diversos fatores quase sempre relegados pelas tentativas convencionais geralmente preocupadas com o crescimento econômico, sem considerarem outros fatores de presença defendida pelos princípios da sustentabilidade. Nas palavras de Le Bourlegat *et al.* (2009, edição eletrônica):

Se sabe que la integración, el equilibrio, y las preocupaciones sociales y ambientales son fundamentales para la conservación de la vida humana en la tierra. Para que esos objetivos sean alcanzados es preciso realizar una nueva mirada sobre el cómo producimos y consumimos, cómo vivimos y trabajamos, cómo nos relacionamos con las personas y cómo tomamos decisiones. Ante la crisis ecológica entre el hombre y el medio ambiente, fue necesario buscar la mejoría de calidad de vida de los hombres. Siendo de esa forma, surgió un nuevo paradigma, que levantó debates interminables entre gobernantes y ciudadanos sobre cómo alcanzarla. Frente a las necesidades de uso sostenible de los recursos naturales, se buscan nuevas referencias de análisis que no pueden perder de vista el contexto de las situaciones y condiciones generadas por las escalas humanas. En la búsqueda de un nuevo paradigma, lo que destaca es la necesidad de una teoría integrada donde el desarrollo sea visto como un proceso social centrado, al mismo tiempo en el hombre como un todo y en todos los hombres.

Inovações não só na concepção, mas também na operacionalidade do desenvolvimento são essenciais, então, para que seja garantida sua efetividade. Castilho *et al.* (2009, s/p.) concebem o desenvolvimento local como “[...] um processo de transformação, que envolve o ser humano como o principal beneficiário dessa mudança, numa perspectiva de melhoria da qualidade de vida de uma coletividade ou grupo de pessoas que fazem parte de uma comunidade. [...] parte da perspectiva da valorização humana como sujeito de seu próprio desenvolvimento”. Afirmam, igualmente, que dentre as características do desenvolvimento, uma que é proposta por pesquisadores vários “[...] leva a entender que se trata de um processo dinamizador da sociedade para melhorar qualidade de vida da sua comunidade, contribuindo com a emergência de novas formas de produzir e compartilhar”, complementando que os indivíduos de uma sociedade são os que mais se beneficiam daquele “[...] processo de transformação social, cultural, econômico e político”.

Como se mostra, enfatiza-se o envolvimento pessoal de cada indivíduo no processo de consubstanciação do desenvolvimento local. Tal ênfase se vê também nos termos de Wanderley e Borges (2019, p. 13):

A participação do indivíduo no processo do desenvolvimento local é ativa e direta, fazendo uso das suas habilidades e competências, que, somadas a participações ativas de outros indivíduos que formam determinadas comunida-

des, acabam por fazer surtir efeitos em todo o entorno da própria comunidade e nas redes sociais formadas com outras pessoas e comunidades, desembocando na chamada territorialidade.

Então, o novo modelo de desenvolvimento preconiza princípios que consideram não só o ser humano como centro e destino dos resultados buscados, mas também sobrelevam o ambiente natural e as formas de produção e de consumo, exigindo-se teorias e metodologias integradas em processo participativo da população envolvida, importando que se considerem as potencialidades do lugar, sua história e sua cultura. Nesse sentido, os já mencionados autores (Le Bourlegat *et al.*, 2009, edição eletrônica) dão conta de que a concepção de desenvolvimento local se alteia sobre forças internas do território, buscando a sustentabilidade do ambiente e da sociedade:

El desarrollo local fue concebido con base en una visión sistémica y de fuerzas endógenas, de las pequeñas a las grandes escalas territoriales y que busca la sustentabilidad no sólo del ambiente natural, sino también de la sociedad en todas sus dimensiones. [...]. La preocupación por la conservación y manejo de los recursos naturales, aliada a la erradicación de la pobreza en los países del tercer mundo, ya aparecieron como propuestas de desarrollo, bajo una nueva óptica de sustentabilidad, [...].

Em outros termos, pode o desenvolvimento local ser vislumbrado como um conjunto de ações sistêmicas produzidas em certa localidade, por pessoas imbuídas de espírito solidário, confiante e cooperativo, e tendentes a se autogovernar em busca da elevação sustentável dos níveis qualiquantitativos de vida e da construção da cidadania, tal como quer Cruz (2009, p. 7), ao considerar o desenvolvimento local como:

[...] todo o trabalho construído conjuntamente com a população de um determinado território, visando a melhoria das condições de vida da população local e a construção da cidadania de forma sustentável, com paradigmas baseados na solidariedade, desenvolvendo uma postura crítica e coerente, promovendo a transformação e a inclusão através de um novo modelo de organização social. A dinâmica deve ser participativa em todas as fases do processo, garantindo a integração da comunidade que se une e resgata sua história, apropria-se de sua situação, envolve-se como sujeito e cidadão, reivindica junto aos órgãos públicos, para que o bem comum prevaleça sobre os interesses particulares.

O tradicional enfoque apenas nos aspectos econômicos do desenvolvimento dá lugar à consideração de diversos outros inclusivos do cidadão como principal agente definidor da própria história. Coerentemente, Santos *et al.* (2016, p. 52) afirmam literalmente que “O desenvolvimento deve ser entendido como processo contínuo de melhoria da qualidade de vida



dos indivíduos a partir do uso dos recursos escassos de maneira sustentável, garantindo prosperidade através do conhecimento e do empoderamento da tecnologia e dos saberes”. Assim, a sustentabilidade emerge vigorosa no cenário das questões de desenvolvimento, e parte da consideração de que os modelos de exploração dos recursos naturais até então implementados comprometem a sua suficiência para atendimento das necessidades e aspirações dos seres humanos. Por isso, a busca do equilíbrio na exploração desses recursos passa a ser objeto de serias preocupações de governos e de militantes interessados na preservação ambiental. Kunimoto (2018, p. 16), historiando a evolução dessas preocupações, relata que:

Do momento em diante à Conferência de Estocolmo (1972), a preocupação com a finitude dos recursos naturais e principalmente com os danos irreversíveis que resultaram do desenvolvimento em curso, colocaram como prioridade a necessidade de mitigar os impactos negativos, bem como buscar outro caminho para o desenvolvimento de forma mais sustentável. O desenvolvimento sustentável passou a ser uma proposta para que o modelo capitalista pudesse continuar desde que, ocorressem algumas mudanças nos modos de produção e incorporação das dimensões propostas: social, econômica e ambiental, destacando o componente humano e sua relação com a natureza. O cenário global detinha o modelo de desenvolvimento experimentado pelas nações e tinha como referência apenas os índices econômicos para avaliarem seu desempenho, considerando desenvolvidas aquelas nações com maior índice de crescimento econômico, com forte acesso à tecnologia e detentora de elevado padrão de conhecimento. A pegada de sensibilização pelo meio ambiente e previsões futuras, deram um despertar nas bases desse modelo e foram abaladas com as conferências internacionais sobre meio ambiente, que abordaram a preocupação em torno do esgotamento dos recursos naturais, até então considerados infinitos. O estímulo gerado foi de humanizar e organizar as atitudes governamentais, por intermédio de protocolos e acordos estabelecidos entre nações, que têm até então, uma ambição de equilibrar a má utilização dos recursos naturais e emissão de poluentes, principalmente dos países desenvolvidos, que sobrecarregam o planeta com suas impurezas, pelo pensamento de crescimento econômico.

Por conta de tais conotações, no Brasil, o arcabouço jurídico reconhece a importância dessa sustentabilidade, não só por meio de sua Carta Maior, mas também de normas infraconstitucionais. De fato, os artigos 170 e 225 da Constituição Federal expressam indubitavelmente regras fundamentais a respeito da busca de conciliação do crescimento econômico com as questões sociais e ambientais no país. A literalidade dos incisos VI e VII do artigo 170, e bem assim o *caput* do artigo 225 com seus incisos e primeiros três parágrafos, todos da Constituição Federal, instituem os princípios jurídicos de força cogente em proteção do meio ambiente:

**Art. 170.** A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

.....

**VI** - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação;

**VII** - redução das desigualdades regionais e sociais;

.....

Fincada, então, na valorização do trabalho e na iniciativa espontânea do ser humano, a ordem econômica precisa garantir aos cidadãos todas as condições de vida digna, coerentemente com o sentido de justiça social. São preceitos constitucionais e, portanto, inarredáveis como determinações que precisam ser cumpridas a todo custo, assumindo, o poder público, o encargo de sua garantia. Para tanto, o próprio mandamento constitucional norteia tal operacionalização, definindo os princípios da defesa do meio ambiente e da redução das desigualdades regionais e sociais. Nessas determinações e nesses princípios visualizam-se preconizações do próprio desenvolvimento local, considerando o teor mandamental sobre a livre iniciativa e a dignidade das pessoas, bem como os princípios da defesa do meio ambiente e a redução das desigualdades regionais e sociais.

Tais preconizações são reforçadas, ainda, nas determinações do mencionado art. 225 da mesma Constituição Federal, principalmente quanto às garantias das condições de habitabilidade humana no ambiente, tal como se constata a seguir:

**Art. 225.** Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

**§ 1º** Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

§ 2º Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

.....

Assim, tais normas constitucionais viabilizam a busca da garantia de sustentabilidade por meio da imposição legal e consequentes sanções em caso de descumprimento, ainda que se reconheça que, na verdade, a educação será a real propulsora de sua efetivação. De todo modo, a força mandamental de tais regras principiológicas presume o exercício estatal na obtenção do desenvolvimento equilibrado no contexto dos recursos naturais e das necessidades humanas. Para sua operacionalização, as regras infraconstitucionais se aplicam no dia-a-dia, aqui representadas pelo Decreto nº 7.746/2012, cujo teor regulamentar estabelece critérios e práticas que promovam o desenvolvimento sustentável do país, principalmente no âmbito das contratações realizadas pela administração pública federal direta e indireta. Nesse sentido, as determinações do artigo 4º desse decreto reza como segue:

**Art. 4º** Para os fins do disposto no art. 2º, são considerados critérios e práticas sustentáveis, entre outras:

- I - baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- II – preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- IV – maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- V – maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- VI - uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- VII - origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e
- VIII - utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

Com o mesmo fim, esse decreto institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública (Cisap), cujas atribuições levam-na a militar na proposição de normas e de medidas garantidoras do mencionado equilíbrio entre a preservação ambiental e as necessidades humanas. Portanto, também a legislação pátria significa meio de proteção ambiental que pode contribuir para que se operacionalize a sustentabilidade e, assim, alavancar a efetividade do desenvolvimento local.

Por mais, nesse contexto de regulamentação oficial relacionada à territorialidade, detecta-se a presença de normas atinentes à própria assistência social do governo. De fato, a assistência social compõe o denominado tripé da seguridade social instituído no bojo do art. 194, da Constituição Federal, nos seguintes termos:

**Art. 194.** A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

.....

Tal assistência é prestada a quem dela necessitar, independentemente de contraprestação, de acordo com certo conjunto de normas específicas, a partir da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), desde 1993 (Lei nº 8.742/1993<sup>33</sup>), operacionalizada pelo denominado SUAS, ou Sistema Único de Assistência Social. Estruturalmente emergem os Centros de Referência de Assistência Social (Cras), órgãos governamentais descentralizados e voltados à prevenção de ocorrência de situações de vulnerabilidade nos territórios, desenvolvendo-se potencialidades e fortalecendo vínculos sociais entre as pessoas na sua convivência familiar e comunitária, com vistas à prevenção dos riscos sociais. Neste contexto, Nascimento e Melazzo (2013, p. 66) reconhecem a importância da dimensão territorial:

Constrói-se, aqui, a ideia deste conceito como estratégico para a organização da Política de Assistência Social, perspectiva esta que exige novos olhares para a compreensão dos processos que levam diferentes grupos sociais a situações de vulnerabilidade e risco social. O conceito de território ultrapassa os limites da Geografia, mas nela deve se apoiar para construir uma perspectiva analítica e de intervenção que o tome como um campo de forças e relações sociais que se organizam em um espaço de vida com dinâmicos movimentos, em múltiplas escalas. O reconhecimento do território pode, ainda, ser tomado como estratégico para o estabelecimento de diferentes prioridades no campo das políticas públicas, indo além de ações de localização de equipamentos públicos como os Cras. [...] A perspectiva territorial que passa a ser buscada e incorporada pelo Suas/2005 representa uma mudança paradigmática de relevância. As ações públicas da área da assistência social, destacando-se as desenvolvidas nos Cras, devem ser, segundo a citada Norma, planejadas territorialmente, tendo em vista a superação de sua fragmentação, o alcance da universalidade de cobertura, a possibilidade de planejamento e monitoração da rede de serviços e a realização da vigilância social das exclusões e estigmatizações presentes nos territórios de maior incidência de vulnerabilidade.

---

<sup>33</sup> Reza o art. 1º da LOAS: Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que prove os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas

Desse modo, a territorialidade conta, já, com preconizações de relevância também em âmbito administrativo público, ficando-se como esteio na estruturação de políticas públicas federais constitucionalmente previstas. Identificadas as nuances legais favorecedoras da sustentabilidade, importante ainda a diferenciação conceitual entre *desenvolvimento no local*, *desenvolvimento local* e ainda *desenvolvimento para o local*, uma vez que guardam características deferentes, não só na sua coloração operacional, quanto na origem dos meios a serem utilizados. Assim, para Mitidiero (2009, *apud* Ávila, 2005), traz que:

“... o desenvolvimento local não é desenvolvimento no local, pois desenvolvimento no local são empreendimentos desenvolvidos com o intuito de gerar empregos, tendo o local como sede física. A comunidade deve estar consciente de que o desenvolvimento se situa no local enquanto gerar lucro, podendo se deslocar a qualquer momento, deixando benefícios e destroços tais como problemas ambientais”.

No mesmo sentido, a autora Mitidiero (2009, p. 35-6) acrescenta que “... desenvolvimento para o local, além de o empreendimento localizar apenas no local como sede física, gera benefícios à comunidade, mas volta às instâncias promotoras em termos de consecução de suas próprias finalidades”. Portanto, sob tal prisma conceutivo, o *desenvolvimento para o local* presume a proveniência externa não só dos meios, mas também dos atores e das finalidades para as quais foi engendrado. Em cenário congênere, Le Bourlegat (2000, p. 14) analisando o que denomina de ordem interna ou consciência do ser humano no seu relacionamento com a realidade ou ordem externa, ressalta que no mundo as formas iniciais de organização social ocorreram por meio de

“... pequenas coletividades, agrupadas em território restrito e isoladas entre si. Orientaram-se no sentido da formação de ‘comunidades’, ou seja, buscando maior comunicação com outros seres humanos, através de vínculos de estreitamento espontâneo entre os indivíduos, por sentimento de vizinhança. O próprio termo ‘comunidade’ significa ‘estar em comunhão’ (coesão do grupo no mundo material e espiritual). A ampliação da intimidade pela proximidade passa a ser uma forma do grupo controlar o ambiente de vida”.

Emerge, então, o território como corolário do espaço, que é ponto de partida do território, na perspectiva do desenvolvimento local. Wanderley e Borges (2019, p. 23) endossam tal conotação, evocando a opinião de Raffestin (1993, p. 143) que enxerga o território como “[...] espaço, fisicamente delimitado, que foi modificado, retificado pelas redes de relacionamento, por fluxos e circuitos instalados pelos agentes que compõem os referidos locais”. Os mesmos Wanderley e Borges (2019, p. 24) concluem que os indivíduos com a realização

de suas atividades e com suas relações de toda natureza, circunscrevem seu território dentro dos limites espaciais trazidas pela geopolítica, não se podendo menosprezar, em análise conceitual do território, os bens naturais e demais caracterizações da localidade. Nesse sentido, território agrega, então, multifaces decorrentes da convivência e das manifestações dinâmicas das pessoas em certa localidade, incluindo-se as mencionadas redes de interação das pessoas envolvidas. Muito apropriadamente expressam, a respeito, Borges *et al.* (2016, p. 94-7), que “O território é um complexo sistema multidimensional cuja interconexão entre as suas várias dimensões conduz à definição de múltiplas referências a serem utilizadas em termos de planejamento e de gestão de desenvolvimento”. Portanto, concebem o território na perspectiva da multiplicidade de relações pessoais, físico-ambientais, implicando também os cuidados político-administrativos voltados aos interesses coletivos. Preconizam, ainda, a dinamicidade da convivência nos espaços físicos, garantindo que “Muito forte é o conceito de comunidade como um espaço de convivência das pessoas submetidas a fatores endógenos e exógenos”.

Outras correlações se definem no contexto do território. O exercício do poder, em diferentes escalas fronteiriças mesmo que às vezes não materializáveis visivelmente:

A compreensão do termo **território** não se restringe a sua situação de conceito geográfico, mas também faz parte do uso corrente de outras ciências, em que é adotado com significados diferentes. Alguns termos têm importantes associações com o conceito de território. O mais importante deles **é o poder, já que** os territórios são formados fundamentalmente a partir de relações **de poder de determinado agente**. As **fronteiras territoriais também são essenciais, uma vez que delimitam a área** alcançada por essas relações de poder, sendo as mais conhecidas, as fronteiras nacionais e outras delimitações políticas como, por exemplo, subdivisões estaduais internas. Da mesma forma que ocorre com vários dos demais conceitos, podemos **identificar territórios em níveis escalares diferentes como, por exemplo, em escala mundial, nacional, regional, local**. As discussões a respeito da territorialidade destacam a possibilidade de que as relações de poder não necessariamente efetivem áreas de ocupação e controle de determinados agentes, em que as fronteiras podem se manifestar instáveis. **A territorialidade se mantém associada às relações de poder e se apresenta como a tentativa de constituir um território, nem sempre materializável**, através de fronteiras bem delimitadas. As disputas de grupos rivais pelo controle do tráfico de drogas nas favelas, as áreas de prostituição nas regiões centrais das cidades e as ocupações dos movimentos de trabalhadores sem terra são alguns exemplos de como a territorialidade pode se constituir (LISBOA, 2007, p. 28).

Do texto exsurge a correlação entre território e territorialidade, cujas respectivas concepções não se confundem. A territorialidade está relacionada à organização social das

relações humanas no território. Envolve diferentes maneiras de percepção e de ordenamento dessas relações e leva à identificação de determinada unidade sociocultural com os recursos naturais do lugar ou as peculiaridades dos interesses comuns ali existentes. Aquela diferenciação se ressalta, ainda nos termos de Marques (2009, s/p), que evoca Le Berre, Soja e Roncayolo:

Territorio es un espacio en el cual se proyectó el trabajo, como consecuencia, revela relaciones marcadas por el poder. El espacio es la cadena original, el territorio es la cadena que los hombres conviven. Le Berre (1995) *apud* Santos, C. (2000) afirma que el espacio territorial de una nación es el locus del ejercicio del poder o formación política, cuya soberanía es la expresión del dominio patrimonial y bajo cierto contexto ecológico. La **territorialidad** puede ser entendida como un comportamiento asociado a la organización del espacio en esferas de influencia o en territorios delimitados, que asumen características distintas y pueden ser consideradas como exclusivos de quien los ocupa y de quien los define (Soja, 1971 *apud* Machado, s/d). Soja añade que la territorialidad afecta al comportamiento humano en todos los niveles de la actividad social y que su noción está construida a partir de la idea occidental de propiedad privada.

Por esta perspectiva, confirma-se a convergência opinativa dos estudiosos a respeito dessas vertentes conceptivas referentes a território e a territorialidade: o espaço das relações interpessoais de poder agasalha a interação consciente das pessoas em torno da realidade sócio-econômico-cultural e político vigente.

Assim, nesta seção observaram-se as conotações atinentes ao desenvolvimento local. Constatou-se que este é o resultado da integração articulada de princípios, valores, iniciativas e variáveis institucionais e econômicas, em que os agentes territoriais interagem como sujeitos da ação coletiva, manifestando-se em emaranhado de redes de relações sociais. Desabrocha-se processualmente de modo a transformar as potencialidades de todos os aspectos que envolvem a coletividade humana, de modo especial os econômicos, os sociais, os políticos, os culturais, e tantos outros. Antes, foram analisadas as contribuições epistemológicas dos estudiosos cujos respectivos pensamentos eclodiram em décadas mais próximas e, portanto, na modernidade. Resta, então, correlacionarem-se as convergências comprovadoras de que o pensamento filosófico se posta definitivamente como fornecedor das bases existenciais do desenvolvimento local, corporificando-se este como fruto da evolução das manifestações daquele, o que será abordado a seguir, apontando-se de modo especial as contribuições de epistemólogos da modernidade como Chalmers, Popper, Lakatos, Kuhn, Feyerabend, Bachelard, Quine,

Habermas, Rorty e Touraine, e ainda Celso Furtado e outros brasileiros que se preocuparam principalmente com a questão do desenvolvimento brasileiro.

## 4.2 A Presença Efetiva da Filosofia na Dinâmica do Desenvolvimento Local

Mencionou-se antes, item 3, que as atuais conquistas do ser humano são o fruto da evolução dos saberes anteriormente obtidos. Nesta perspectiva, o desenvolvimento local terá configuração resultante do acúmulo e da combinação dos conhecimentos até aqui auferidos. Ver-se-á que esses conhecimentos, impulsionados de modo especial pelas contribuições renascentistas e demais que se seguiram, *verbi gratia* as de grandes pensadores como Isaac Newton (1643-1727), Galileu Galilei (1564-1642), René-Descartes (1596-1650), Francis Bacon (1561-1626), Nicolau Copérnico (1473-1543), Louis Pasteur (1822-1895), Francesco Redi (1626-1697) e tantos outros, precedidas pela revolução científica e pela crise das ciências, encontraram continuidade nas contribuições dos acima mencionados epistemólogos Chalmers, Popper, Lakatos, Kuhn, Feyerabend, Bachelard, Quine, Habermas, Rorty e Touraine, principalmente.

Pretende-se, a seguir, enfatizar aspectos reveladores da contribuição daqueles pensadores e, portanto, da filosofia, para a configuração conceptiva, a sedimentação e a evolução do desenvolvimento local. Tal propósito se perfaz, a seguir, por meio da explicitação do pensamento respectivo daqueles pesquisadores, correlacionando-os com as conotações caracterizadoras do desenvolvimento local, enfatizando-se correlações entre um e outro.

### 4.2.1 O falsificacionismo de Karl Popper no contexto do desenvolvimento local

Conforme já mencionado, Popper, a partir das conclusões de Chalmers (1960+), garante que o falsificacionismo corrige o perigo do indutivismo ingênuo. Defende, então, que para uma teoria ser considerada científica deverá ser possível provar que é falsa, ou seja, para ele o falseamento, no contexto da produção do saber científico, contribui para apuração da verdade.

Até então, prevalecia o reconhecimento da validade dos falados métodos dedutivo e indutivo na produção do conhecimento. Desde Aristóteles, o império desses métodos sempre gozou de plena aceitabilidade em todas as áreas da ciência. No entanto, Popper, mesmo diante



da majestática premissa inicial, tese, que se confronta com a antítese, resultando na síntese, conhecidos componentes estruturais do raciocínio aristotélico, temeu defrontar-se com a imponente tradição e combater o que denominou *defeitos da indução*, parecendo afirmar que a nobreza da origem daquelas proposições dialéticas não impede o risco dos defeitos indicados por Chalmers (1960). Apontou, então, inadequações na indução, por conta de possíveis enganos da observação, ou mesmo diante de pressupostos enganosos dos quais os pesquisadores partem para demonstrar sua argumentação. Como remédio, Popper receitou o falado falseamento consistente em refutar algo considerado verdade para garantia de sua cientificidade.

Obviamente, nenhum esforço se exige para reconhecimento da aplicabilidade da refutação popperiana no contexto do desenvolvimento local. Concepções, princípios, métodos e quaisquer outras verdades presentes na dinâmica do desenvolvimento local podem ser submetidos ao falseamento, a fim de se apurarem eventuais anomalias na constatação de sua cientificidade. Portanto, também no âmbito do desenvolvimento local uma teoria precisa:

- Ser falsificável, isto é, passível de ser refutada e, em não sendo, estará confirmada a sua força ou robustez;
- ser testável, significando que empiricamente precisa ser possível concluir-se verdadeira ou falsa;
- permitir a descoberta de novos fenômenos relacionados a elas.

Enfatize-se, no entanto, que, também no âmbito do desenvolvimento local, a constatação do atendimento a esses critérios não é garantia de definitiva cientificidade, eis que novos fenômenos poderão fornecer subsídios para o redimensionamento da verdade até então tida como constatada. Neste caso, a teoria poderá ser reavaliada e ganhar novas feições, ou mesmo substituída por outra nova. Significará, então, que a teoria terá sido refutada, ou, conforme garantem Bach *et al.* (2014, p. 31), “Uma teoria pode ser considerada como ‘boa’ se suas afirmações sobre determinado fenômeno, após ser testada, apresente resistência à falsificação”. A seara do desenvolvimento local não foge a essas constatações, corroborando a efetividade, em seu favor, das contribuições epistemológicas de Popper e, portanto, da própria filosofia.

### QUADRO 3 - POPPER E O DESENVOLVIMENTO LOCAL

PENSAMENTO	CONTRIBUIÇÕES	INFLUÊNCIAS SOBRE O DL
Falsificacionismo	Para Popper o falsificacionismo corrige o indutivismo ingênuo mostrado por Chalmers, pois defende que para uma teoria ser considerada científica há de ser possível provar que é falsa.	Concepções, princípios, métodos e outras verdades presentes na dinâmica do DL podem ser submetidos ao falseamento, para se apurarem eventuais anomalias na constatação de sua cientificidade. Então, também no âmbito do DL uma teoria precisa ser falsificável, testável e permitir a detecção de novos fenômenos a elas relacionados.

FONTE: Elaboração do autor.

#### 4.2.2 O anarquismo epistemológico de Paul Karl Feyerabend e o desenvolvimento local

Contemporâneo de Popper, Feyerabend defendeu o pluralismo metodológico na produção do conhecimento. No entanto, Gonçalves (2004, p. 13) acredita que “[...] Feyerabend foi muito mais um ardoroso crítico da uniformidade e defensor da diversidade quanto às visões de mundo, do que um opositor da ciência *per se*, [...]”. Portanto, Feyerabend defendeu a liberdade metodológica, por conta do que adotou quatro esteios:

- a) Não deve haver apenas um método científico para produção do conhecimento, mas cada ramo da ciência precisa definir o seu, e os resultados é que mostrarão sua validade. Para ele, Feyerabend (2007, p. 32), em toda experiência metodológica sempre se fere alguma regra e “... tais violações não são eventos acidentais, não são o resultado de conhecimento insuficiente ou de desatenção que poderia ter sido evitada. Percebemos, ao contrário, que as violações são necessárias para o progresso”.
- b) O método científico é incomensurável, isto é, cada cientista adota certa teoria ao analisar o objeto de seus estudos, e ela é que fundamenta as observações referentes a toda informação, fatos e fenômenos abordados.
- c) Inexiste superioridade da ciência em relação ao conhecimento não científico. Para Feyerabend, o saber adquirido pelo senso comum, a espiritualidade, a religiosidade, como formas de conhecimento não científico, são de natureza diferente e não se demonstram, mas cada qual possui seus objetivos, seus métodos, os quais teriam que ser comparados respectivamente com os da ciência para que se identifique eventual superioridade.
- d) Liberdade individual: é bem possível adotarem-se regras e métodos únicos na produção do saber, auferindo-se certo êxito, mas que não seria desejável tal adoção em detrimento de resultados que podem ser obtidos por outros meios. Defende, então, que é necessário haver abertura para não se restringirem as opções de exploração do mundo, e que a educação científica não pode descurar o humanismo.

Portanto, em sua opinião, deve-se estimular o indivíduo a criativamente buscar mais e mais o aprimoramento do saber, seja este científico ou não, respeitando-se a liberdade de determinar a metodologia de sua preferência.

Também o pensamento de Feyerabend (2007) desemboca em aplicabilidade à prática do desenvolvimento local, contribuindo para reforçar que as ações voltadas ao território podem encontrar óbices representados pelos tradicionais métodos na operacionalização de programações governamentais e particulares relacionadas à busca do bem-estar coletivo. De fato, as ações comunitárias ocorrem em contexto específico da realidade em que se inserem, e inovações naturais podem demandar diferentes metodologias, mais coerentes com a racionalização de recursos e de resultados. Nesse sentido, há ressonância muito evidente das acima mencionadas expressões de Feyerabend (2007, p. 32), sobre ferimento de normas metodológicas, para quem “... tais violações não são eventos acidentais, não são o resultado de conhecimento insuficiente ou de desatenção que poderia ter sido evitada. Percebe-se, ao contrário, que as violações são necessárias para o progresso”.

Assim, a rejeição de Feyerabend (2007) por imposições de métodos sugere sua preferência pela liberação da prática metodológica nos feitos epistemológicos, não por simples ojeriza à sistematização de ações, mas por respeito às especificidades das iniciativas individuais e, por extensão, às locais. Nesse contexto, equivale dizer que o espírito feyerabendiano sugere a mesma liberdade operativa às ações atinentes ao desenvolvimento local, com vistas ao atendimento das peculiaridades do palco em que ocorrem. Assim, se cada experiência desenvolvimentista deve ocorrer ao sabor das respectivas características, há que se respeitarem também as peculiaridades locais no que tange à metodologia adotada. As expressões indagadoras do próprio Feyerabend (2007, p. 21-2) atestam a concordância: “Devemos conceder-lhe direitos exclusivos de manipular o conhecimento, de tal modo que quaisquer resultados obtidos por outros métodos sejam, de imediato, ignorados?”. Conforme já detectado, Feyerabend (2007, p. 22) justifica esta sua opinião fincando-se em duas razões: a necessidade de abertura para não se restringirem as opções de exploração do mundo e o fato de que o humanismo não pode ser desconsiderado pela educação científica. Portanto, inegavelmente o legado de Feyerabend fornece fundamentos epistemológicos aplicáveis à dinâmica das realizações em desenvolvimento local.

#### QUADRO 4 - FEYERABEND E O DESENVOLVIMENTO LOCAL

PENSAMENTO	CONTRIBUIÇÕES	INFLUÊNCIAS SOBRE O DL
Anarquismo epistemológico	<p>Feyerabend defendeu o pluralismo metodológico na produção do saber, por respeito às especificidades das iniciativas individuais e, por extensão, às locais. Duas razões:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A necessidade de abertura para não se restringirem as opções de exploração do mundo.</li> <li>• O humanismo não pode ser desconsiderado pela educação científica.</li> </ul>	<p>Aplicabilidade à prática do DL, pois as ações voltadas ao território podem encontrar dificuldades nos tradicionais métodos quanto à operacionalização de programações governamentais e particulares relacionadas à busca do bem-estar coletivo.</p> <p>De fato, as ações comunitárias ocorrem em contexto específico da realidade em que se inserem, e inovações naturais podem demandar diferentes metodologias, mais coerentes com a racionalização de recursos e de resultados.</p>

FONTE: Elaboração do autor.

#### 4.2.3 A verdade e justificação de Habermas e o desenvolvimento local

Conforme antes visto, Habermas e Rorty revelam algo em comum no que se refere a uma diferente maneira de entender a participação das pessoas, como indivíduos ou como grupos, nos processos sociais de transformação da realidade. A respeito, perpassa-se inicialmente a concepção dos termos *verdade* e *justificação*, trazida por Abbagnano (2007, p. 994 e 596-7), para quem verdade significa a validade ou eficácia de algo, enquanto justificar alguma coisa traz a ideia de mostrar o motivo ou a sua razão de sua existência. Assim, obviamente ambas possuem as mesmas feições conceituais.

Em relação ao desenvolvimento local, Habermas e Rorty trazem relevante contribuição. Habermas, enfatizando a análise da democracia em clima capitalista e o estado de direito em paisagem de evolução social, definiu a teoria da **ação estratégica**, pela qual cada indivíduo sai à caça dos próprios interesses, utilizando-se de todas as armas ou instrumentos de que venha a dispor, sacrificam-se os argumentos alheios, e mesmo havendo cooperação, esta é movida por interesses egoísticos e pela expectativa de obtenção de vantagens pessoais. Por sua vez, a **ação comunicativa** se refere ao contexto em que se preserva o diálogo, o entendimento, a ação coletiva, tudo em busca das mais adequadas alternativas e em clima democrático mais concreto. A partir dessas concepções, Habermas sugere que se promova a transição

da *ação estratégica* para a *ação comunicativa*, de tal modo que a busca do sucesso individual se fincasse em entendimento mútuo, de acordo com Medeiros (2018, s/p). Assim, conforme já enfatizado, a teoria da ação comunicativa guarda visível coerência com o senso de justiça e de bom senso, e revela, direta ou indiretamente, adesão de tantos pensadores da modernidade, a ponto de se poder vislumbrar a perspectiva de transformação da realidade social no mundo, o que por si só autoriza sua consideração como verdadeira teoria, a teoria da ação comunicativa de Habermas. Nada mais coerente com as concepções e os princípios do desenvolvimento local.

#### 4.2.4 O neopragmatismo de Rorty e o desenvolvimento local

Como já mencionado, parecidamente com o que ocorreu com Habermas, **Rorty** aborda temas como as teorias da verdade, envolvidas por roupagens atuais. Rocha (2012, p. 72) expressa sua opinião a respeito, afirmando que “Rorty se descrevia como um liberal de esquerda, identificado com a socialdemocracia. Como filósofo, exercitou a liberdade de criar ou inventar melhores maneiras de viver e cultivou a coragem de desafiar os paradigmas de uma filosofia essencialista”. Portanto, Rorty adere aos desafios que pretendem canalizar os debates filosóficos rumo à elevação qualiquantitativa das condições humanas, sempre preocupado com aspectos referentes à democracia, à ética, à liberdade, coerentemente com os ditames divulgados por Le Bourlegat (2009, s/p.) a respeito de novos paradigmas influenciadores das relações mútuas entre os seres humanos em contexto de transformações nas estruturas tanto econômicas quanto políticas e sociais, no contexto do desenvolvimento local:

En la búsqueda de un nuevo paradigma, lo que destaca es la necesidad de una teoría integrada, donde el desarrollo sea visto como un proceso social centrado, al mismo tiempo en el hombre como un todo y en todos los hombres. (...) Se trata de un proceso social global, en que las estructuras económicas, políticas y sociales de un país sufren continuas profundas transformaciones. No tiene sentido mencionar como desarrollo sólo lo económico, o sólo lo político o lo social.

Então, tanto Habermas quanto Rorty se preocupam com o efetivo envolvimento das pessoas com vistas à transformação da realidade no mundo, o que, tal como visto, coaduna-se exatamente com as preconizações conceituais e principiológicas do desenvolvimento local.

### QUADRO 5 - HABERMAS E RORTY E O DESENVOLVIMENTO LOCAL

PENSAMENTO	CONTRIBUIÇÕES	INFLUÊNCIAS SOBRE O DL
A verdade e a justificação	<p><i>Verdade</i> (validade ou eficácia de algo) e <i>justificação</i> (motivo ou razão de existência).</p> <p><u>Habermas</u> especifica a ação estratégica (sujeito atua em proveito próprio) e a ação comunicativa (atuação altruísta), sugerindo a transição da primeira para a segunda.</p> <p><u>Rorty</u> adere aos desafios que pretendem canalizar os debates filosóficos rumo à elevação qualiquantitativa das condições humanas, sempre preocupado com aspectos referentes à democracia, à ética, à liberdade.</p>	<p>Revelam algo em comum quanto a uma diferente maneira de entender a participação das pessoas, como indivíduos ou como grupos, nos processos sociais de transformação da realidade.</p> <p>Ambos se preocupam com o efetivo envolvimento das pessoas com vistas à transformação da realidade no mundo, o que se coaduna com as preconizações conceituais e principiológicos do DL.</p>

FONTE: Elaboração do autor.

#### 4.2.5 A crítica da modernidade de Alain Touraine e o desenvolvimento local

Dentre os abordados epistemólogos com atuação na atualidade, constatou-se anteriormente que muitos defendem mudanças, ou de quem produz o conhecimento, ou dos resultados obtidos. Se destes, pretende-se que haja mudanças na sua destinação. Se daqueles, a pretensão recai ou sobre a concepção do objeto, ou o *modus operandi* das ações correspondentes. Alain Touraine, no entanto, é o que traz pensamento mais diretamente relacionado à concepção e à operacionalização do desenvolvimento local. De fato, enfatizou sobremaneira a necessidade e a importância do efetivo envolvimento do próprio ser humano, não individualmente considerado, mas coletivamente inserido no processo transformador da realidade, e destacou especialmente expressões como ***cultura democrática, democracia, historicidade, movimento social, movimentos históricos, sujeito, dentre outros, todas já explicitadas anteriormente.***

Ramos (2013, p. 125), a respeito, traz que, para Touraine, “No caso dos movimentos culturais ou sociais, há o pressuposto de que os atores sociais são produtores de si através de orientações culturais e conflitos sociais”, ressaltando a inseparabilidade atribuída à democracia, aos movimentos sociais e ao sujeito, tal como preconizado pelas teorias relacionadas ao desenvolvimento sustentável, defendidas também por Le Bourlegat (2000, p. 20) que, inter-

pretando Castoriadis (1992), afirma que: “Nesse caso, o desenvolvimento passa a se basear no princípio de autonomia, do ponto de vista ético e político, porque oferece condições a cada coletividade, de decidir, estabelecendo prioridades, meios e estratégias de desenvolvimento, segundo as particularidades de sua própria cultura [...]”.

Nesse mesmo contexto, observa-se ainda a preocupação de Touraine com o próprio potencial da participação política das pessoas em seu meio social específico e com as influências mútuas entre os valores privados e os públicos. Do mesmo modo, preocupa-se com a postura das pessoas como atoras no meio social. Ramos (2013, p. 17), neste particular, assim se expressa: “Touraine constrói sua crítica aos rumos tomados pelas Ciências Sociais enquanto produção social, demonstrando interesse pelas novas formas e possibilidades de participação política, pela conduta humana no contexto da sociedade contemporânea e as relações que se estabelecem entre a vida privada e a vida pública”. Portanto, Touraine combate as circunstâncias que determinam a submissão das pessoas aos interesses particulares, a fim de que elas ajam como sujeitos no contexto da convivência social. Ao mesmo tempo, prevê o desenvolvimento como algo que precisa caracterizar-se pela sustentabilidade e preconizado pela democracia, tal como menciona Ramos (2013, p. 60-1):

Alain Touraine recorre à ideia de desenvolvimento autossustentável da nação, conquistado pela cultura democrática, e chamando atenção para que se fale mais de sociedade do que de Estado [...]. O desenvolvimento autossustentado, a que o autor se refere, traria um caráter de modernização que pressupõe a existência de um sistema de gestão democrática interna, sem indícios de dependência de agentes externos ou de uma modernização exógena, dependente de capital e de interesses estrangeiros.

Assim, Touraine delinea caminhos inovadores com a preconização de elevado grau de importância da participação popular na construção dos destinos da coletividade humana, consonantemente com Castilho *et al.* (2009, p. 160) que expressam: “O desenvolvimento local é entendido como um processo de transformação, que envolve o ser humano como o principal beneficiário dessa mudança, numa perspectiva de melhoria da qualidade de vida de uma coletividade ou grupo de pessoas que fazem parte de uma comunidade”. Inegável, então, que Touraine contribui, efetivamente, para que se reconheçam os princípios informadores da novel modalidade de desenvolvimento concebido a partir da efetiva participação das coletividades interessadas como atoras dos próprios destinos.

### QUADRO 6 - ALAIN TOURAINE E O DESENVOLVIMENTO LOCAL

PENSAMENTO	CONTRIBUIÇÕES	INFLUÊNCIAS SOBRE O DL
A crítica da modernidade	Destacando expressões como <i>cultura democrática</i> , <i>democracia</i> , <i>historicidade</i> , <i>movimento social</i> , <i>movimentos históricos</i> , <i>sujeito</i> , e outras, enfatiza a necessidade e a importância do envolvimento individual e coletivo das pessoas na transformação da realidade. Preocupa-se com as influências mútuas entre os valores privados e os públicos, com o potencial da participação política das pessoas em seu meio social específico e ainda com a postura delas como atoras no meio social.	Traz pensamento diretamente relacionado à concepção e à operacionalização do DL, ressaltando a inseparabilidade entre a democracia, os movimentos sociais e o sujeito, tal como preconizado pelas teorias relacionadas ao desenvolvimento sustentável, como defende, por exemplo, Le Bourlegat (2000, p. 20).

FONTE: Elaboração do autor.

#### 4.2.6 A filosofia brasileira e o desenvolvimento local

Constatou-se anteriormente que não há unanimidade a respeito da existência de uma filosofia brasileira. Filósofos brasileiros, no entanto, há quem os nomeie à dezena e até identifique a linha do pensamento respectivo, tal como já apontado. Por outra vertente, também já se mencionou a elaboração de estudo da arte em fontes confiáveis para perscrutação de pesquisas relacionadas especificamente à filosofia brasileira, resultando em insignificante número de abordagens por meio de teses e dissertações depositadas nos catálogos da Capes, do Ministério da Educação. Desta e de outras fontes, em visão ampliada a respeito do objeto da abordagem dos apontados pensadores brasileiros, constatou-se variada gama de aspectos: com menor ou maior tom de ecletismo, alguns adotam atuação mais relacionada ao campo político, envolvendo-se com questões sociais relacionadas a gênero, raça, minorias; outros se voltam ao desenvolvimento econômico; outros, ainda, à educação, à saúde, e a mais aspectos. Nesse contexto, cita-se, a título de exemplo, o já mencionado Vaz, sacerdote jesuíta com formação também no exterior, dedicado ao magistério filosófico superior, notável como formador de opinião principalmente no que tange à “... realidade sociocultural contemporânea, com profundas considerações sobre a crise da modernidade sob os aspectos filosóficos, éticos, políticos e religiosos”, nas expressões divulgadas por Mac Dowell (2018, s/p.).



Magalhães e Menezes, contundentes entre si, ambos militantes no século XIX, são outros pensadores da seara epistemológica já mencionados ao se indagar, anteriormente (item 3.2), conforme reportou Neto (2016, p. 58), apontando que o primeiro, Gonçalves de Magalhães, marcou-se pela reação ao iluminismo oitocentista e defesa do subjetivismo, do lirismo e das emoções como esteio da interpretação do mundo e que (Neto, 2016, p. 60) o outro, Tobias Barreto, detentor de formação filosófica, jurídica e literária, e ainda político, poeta, escritor, jornalista e professor, também contemporâneo de Rui Barbosa, Joaquim Nabuco e Castro Alves, pautou suas ideias na escolástica com forte ranço espiritualista romântico, tentando explicar a realidade a partir de causas estranhas à razão. Portanto, Gonçalves de Magalhães e Tobias Barreto favoreceram a evolução do pensamento filosófico brasileiro no século XIX.

Diversos outros sinais de manifestação de pensamento filosófico de brasileiros foram perfilados ainda, sem, no entanto, demonstrar-se coadunação com as perspectivas de desenvolvimento local. No entanto, há que se ressaltar nesse contexto o legado de Celso Furtado, enfaticamente relacionado ao enfoque do subdesenvolvimento. Com produção literária fortemente influenciada pelo marxismo e também pelo pensamento keynesiano, conforme revela Borges (2014, p. 52 e 59-60), Furtado se dedicou sobremaneira às questões do subdesenvolvimento da América Latina, apontando medidas governamentais para sua superação. Assim, ainda que Furtado não tenha trazido especificamente abordagens atinentes ao desenvolvimento local, por certo seu pensamento a respeito do subdesenvolvimento contribuiu para despertar a consciência da necessidade de se reverem as teorias que embalavam as decisões e ações governamentais em seu tempo.

Por fim, acredita-se poder afirmar que as diversas manifestações dos filósofos brasileiros de ontem e de hoje tenham avolumado o rol de fatores que desembocaram na coadjuvação das teorias e práticas do desenvolvimento local atualmente detentor de feições características. Na verdade, os diversos conteúdos da participação dos pensadores epistemológicos brasileiros se afiguram, no mínimo, como característicos componentes do arcabouço filosófico comum presente em qualquer outra região do mundo. Vale dizer, o desenvolvimento local é conseqüência atual do amadurecimento das teorias filosóficas manifestadas em todo tempo e lugar e, dentre elas, as dos brasileiros.

### QUADRO 7 - FILÓSOFOS BRASILEIROS E O DESENVOLVIMENTO LOCAL

PENSAMENTO	CONTRIBUIÇÕES	INFLUÊNCIAS SOBRE O DL
Desenvolvimento econômico e política	Abordagem bibliográfica pouco numerosa e ausência de unanimidade sobre existência de uma filosofia brasileira. Filósofos brasileiros se dedicam mais ao campo político com ênfase em questões sociais relacionadas a gênero, raça, minorias; outros se voltam ao desenvolvimento econômico; outros, ainda, à educação, à saúde, e a mais aspectos. Ênfase para Lima Vaz, Gonçalves Magalhães, Tobias Barreto, Celso Furtado, Alceu Amoroso Lima, Gustavo Corção e outros.	Afirma-se que as manifestações dos filósofos brasileiros de ontem e atuais tenham contribuído para coadjuvação das teorias e práticas do DL. Os diversos conteúdos da participação dos pensadores epistemológicos brasileiros se afiguram, no mínimo, como característicos componentes do arcabouço filosófico comum presente em qualquer outra região do mundo.

FONTE: Elaboração do autor.

#### 4.2.7 Quadro de Convergência entre a filosofia e o desenvolvimento local

Do exposto, torna-se possível enfatizar a convergência entre a filosofia e o desenvolvimento local também a partir dos indicadores deste e de suas dimensões.

Os indicadores do desenvolvimento local, conforme Oliveira *et al.* (2013, p. 16), expressam-se como capacidades-competências-habilidades, colaboração de agentes externos, protagonismo individual e coletivo, perspectiva de construção social (dinâmica social e econômica local) e fatores históricos e culturais. Já as dimensões do desenvolvimento local, na perspectiva de Muhammad Yunus (1940), depreendem-se como inclusão social, fortalecimento e diversificação da economia local, inovação na gestão pública, proteção ambiental e o uso racional de recursos naturais e, por fim, mobilização social, conforme se evidenciam no quadro seguinte. Ali, como terceiro enfoque, expressa-se também a decorrente correlação entre o desenvolvimento local e a filosofia, à luz do que foi já demonstrado a respeito da influência desta na corporificação daquele:

## QUADRO 8 - CONVERGÊNCIA ENTRE A FILOSOFIA E O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Indicadores do Desenvolvimento Local	<p>1 Capacidades-Competências-Habilidades</p> <p>2 Colaboração de agentes externos</p> <p>3 Protagonismo individual e coletivo</p> <p>4 Perspectiva de construção social (dinâmica social e econômica local)</p> <p>5 Fatores históricos e culturais</p>	<p>1 Os indivíduos promovem mudanças na dinâmica do desenvolvimento</p> <p>2 Dependência inicial de agentes externos no processo de desenvolvimento</p> <p>3 Importância da capacidade individual e coletiva para desabrochar o desenvolvimento local</p> <p>4 A importância da construção social para o desenvolvimento endógeno</p> <p>5 A dinâmica histórica e cultural contribui para a determinação do desenvolvimento local</p>
Dimensões do Desenvolvimento Local	<p>1 A inclusão social</p> <p>2 O fortalecimento e a diversificação da economia local</p> <p>3 A inovação na gestão pública</p> <p>4 A proteção ambiental e o uso racional de recursos naturais</p> <p>5 A mobilização social</p>	<p>1 A importância e a necessidade do envolvimento individual e coletivo na transformação da realidade</p> <p>2 A participação efetiva do sujeito no território e a responsabilidade social dos envolvidos</p> <p>3 Participação governamental e respeito às especificidades locais</p> <p>4 Respeito às peculiaridades da sustentabilidade e valorização da dinâmica ambiental do local</p> <p>5 Os movimentos culturais e sociais dos sujeitos individual e coletivo e da governança na dinâmica local</p>

Desenvolvimento Local e Filosofia	1 Construção emancipadora do desenvolvimento local pela filosofia	1 Envolvimento pessoal e coletivo: o ser humano no centro
	2 A diversidade das visões de mundo promovida pela filosofia e pelo desenvolvimento local	2 Respeito às especificidades das iniciativas individuais e coletivas
	3 A inclusão do outro	3 A participação individual e coletiva nos processos sociais de transformação da realidade (Habermas, Rorty, Touraine)
	4 Detecção de novas vertentes do desenvolvimento	4 Falseamento, anomalias e cientificidade do desenvolvimento local (Popper)
	5 Os movimentos culturais e sociais como estratégia de reconhecimento da emancipação do sujeito	5 A inseparabilidade entre o sujeito, os movimentos sociais e a democracia

FONTE: Elaboração do autor.

Os mencionados **indicadores do desenvolvimento local** permitem, pois, sua correlação com os ditames de diversas vertentes do pensamento epistemológico manuseado nos anteriores enfoques deste trabalho. De fato, as *capacidades*, *as competências* e *as habilidades* preconizadas pelos princípios e valores presentes na teoria do desenvolvimento local estão subentendidas nas expressões dos pensadores que enalteceram a importância de os indivíduos promoverem mudanças no contexto de sua interação com o meio circunscrito pelo território. Tourain, por exemplo, ao destacar, com sua crítica da modernidade, a cultura democrática e os movimentos sociais, enaltece a mostrada inseparabilidade entre estes, a democracia e o sujeito-agente na transformação da realidade. Portanto, nesse contexto a promoção, pelos indivíduos, de mudanças na caracterização do desenvolvimento local, é indício certo de sua efetividade.

O segundo mencionado indicador do desenvolvimento local, expresso como *colaboração de agentes externos*, revela-se por meio da dependência inicial, e por que não tradicional, de intervenções, por exemplo, dos órgãos governamentais e particulares nos processos desenvolvimentistas do território. Inegável, na verdade, a dependência das populações em relação a esses agentes externos, dados os diversos fatores historicamente presentes na formação e na evolução dos núcleos comunitários. Contudo, na medida em que as populações evoluem e amadurecem em sua vivência emancipatória, tal dependência tende a se afastar, dando lugar às iniciativas internas de autonomia decisória, econômica e política, o que, por si só,

conduz à manifestação do terceiro mencionado indicador do desenvolvimento local, ou seja, caracteriza-se o *protagonismo individual e coletivo* apontado por Oliveira *et al.* (2013, p. 16), pressupondo a capacidade das pessoas de se envolverem eficaz e eficientemente nos processos sociais de participação comunitária.

Por sua vez, a *perspectiva de construção social*, que se manifesta na dinâmica social e econômica local por meio dos processos coletivos de convivência, como outro indicador do desenvolvimento local revela a importância da convergência das forças endógenas locais para a evolução transformadora da comunidade. Na verdade, a participação consciente dos agentes humanos na construção social do corpo comunitário é requisito para a continuidade duradoura da própria vida comunitária. Nesse contexto, os *fatores históricos e culturais* presentes nas manifestações comunitárias, como outro dos indicadores, representam o elã ou empatia entre os indivíduos e a identificação do corpo comunitário, facilitando o envolvimento das pessoas nos processos sociais construtivos da coletividade e, por isso mesmo, determinantes do próprio desenvolvimento local.

De outro ângulo, as **dimensões do desenvolvimento local** se conotam como inclusão social, fortalecimento e diversificação da economia local, motivação na gestão pública, proteção ambiental e uso racional de recursos naturais e, por fim, mobilização social, conforme preconizado por Yunus, tal como mencionado anteriormente. De fato, Muhammad Yunus, defendendo a ideia de que as pessoas carentes possuem instinto de sobrevivência e de autopreservação capaz de viabilizar esforços para superação de situações de pobreza, desde que disponham de recursos financeiros mesmo de valores insignificantes, operacionalizou o microcrédito por meio de banco social<sup>4</sup>, constatando que os indivíduos tendem a cumprir suas obrigações de beneficiários desses financiamentos. Potenza (2019, s/p.), referindo-se à empresa social sob a ótica de Yunus, explica que tal

[...] modelo empresarial é um projeto autossustentável que desfruta de grande potencial de crescimento e expansão para o empresário, uma vez que os lucros permanecem na empresa de sua propriedade e para a sociedade traz benefícios, como a concessão do microcrédito pelo Banco Grameen, também chamado de Banco dos Pobres, que contribuiu para a erradicação da pobreza em Bangladesh. Dessa forma os dados estatísticos comprovam a eficiência do modelo empresarial de Yunus, uma vez a taxa de pobreza em Bangla-

---

<sup>4</sup> Conforme Potenza (2019, s/p.), trata-se de empreendimento bancário “[...] em que jamais será afastado o seu principal objetivo, que é a lucratividade, porém de forma diferenciada, pois o lucro é reinvestido na própria empresa em sua totalidade, mas possibilitando lucro aos sócios proprietários e com maior enfoque de seus investimentos nas suas finalidades sociais de erradicação a pobreza, de acordo com seus próprios conceitos a serem estabelecidos internamente”.

desh, onde implantou sua empresa caiu de 74% nos anos de 1973 e 1974 para 57% nos anos de 1991 e 1992 [...].

Nesse sentido, as mencionadas dimensões do desenvolvimento local sustentável, à luz das referidas preconizações de Yunus, correspondem às vertentes especificadas por Sachs (1927), tal como expresso por Rocha (2015, p. 65-6) ao explicar que

[...] Sachs (1993), ao construir o conceito de desenvolvimento sustentável, toma como base seis dimensões partindo da premissa de que o desenvolvimento deve transcender o significado econômico. Posteriormente houve acréscimo da dimensão política (nacional e internacional) pelo próprio autor (2002), totalizando oito, quais sejam, sustentabilidade ecológica, econômica, social, espacial, cultural, psicológica, política nacional e internacional.

Independentemente de nomenclaturas, identifica-se desse modo, na teorização de Yunus, a *inclusão social* como uma das dimensões do desenvolvimento local. Nesse sentido, observa-se evidente consonância, por exemplo, com o pensamento de Habermas e de Rorty, os quais promulgam a importância de adoção de diferente maneira de se entender a participação das pessoas, como indivíduos e como grupos, nos processos vivenciais no território. Do mesmo modo, as preconizações de Touraine evocam tal inclusão social, considerando sua afirmação de inseparabilidade entre democracia, movimentos sociais e o sujeito na dinâmica de operacionalização do desenvolvimento local. Portanto, como dimensão do desenvolvimento sustentável a inclusão social aponta para a importância e a necessidade do envolvimento individual e coletivo na transformação da realidade.

Ainda nessa linha, também Rocha (2015) ressalta outros aspectos, complementando que tal dimensão faz referência às políticas públicas que reduzam a desigualdade social, para o que há necessidade de investimentos que erradiquem a fome e viabilizem o acesso aos meios de saúde, educação e formação. A implementação dessas medidas, como participação governamental, responde não só à demanda de capacitação dos indivíduos para seu envolvimento efetivo na mencionada transformação da realidade, mas também propicia sua conscientização quanto à importância de assumirem a responsabilidade social. Ora, tal participação governamental corresponde exatamente a outro aspecto da dimensão do desenvolvimento local, implícito no pensamento de Yunus, expressando-se como *inovação na gestão pública*, que implica o respeito às especificidades locais. Nesse sentido, o mesmo Rocha (2015, p. 71-2) assinala que

É premente a necessidade de democracia e sustentabilidade nas estratégias políticas e administrativas que devem adequar-se para superar os entraves relacionados ao controle pelo cidadão e a participação ativa do mesmo na gestão pública. [...] Torna-se, portanto, imprescindível que os governos adéquem atitudes e estratégias em prol do bem comum. Esta perseguição do desenvolvimento sustentável dentro de uma perspectiva democrática exige um Estado ativo e facilitador.

*O fortalecimento e a diversificação da economia local*, bem como a *proteção ambiental e o uso racional de recursos naturais* são outras duas das dimensões do desenvolvimento em bases sustentáveis, que também emergem coerentemente com a dicção de Yunus, ocupando, ambas, posição central dentre suas motivações na busca de superação dos entraves econômicos da população. Requer, a primeira, a participação efetiva do sujeito no território e a responsabilidade social dos envolvidos, e a segunda busca o respeito às peculiaridades da sustentabilidade e valorização da dinâmica ambiental do local. Tais dimensões do desenvolvimento local têm em vista a garantia da sustentabilidade combinada com a suficiente exploração dos recursos naturais para atendimentos das necessidades e das aspirações da população. A respeito, Rocha (2015, p. 66-9) assinala que

Há necessidade de se encontrar em mecanismos para que a sustentabilidade ecológica seja atingida, intensificando a utilização dos recursos potenciais dos vários ecossistemas, com um mínimo de dano aos sistemas de sustentação da vida [... e] é premente a necessidade de um novo olhar para o sistema produtivo, tendente a observar, em sua pauta, propostas que contemplem o aproveitamento total dos recursos como mecanismo de diminuição dos impactos gerados pelo desemprego. Para que isso ocorra, os projetos produtivos das comunidades tradicionais precisam ser integrados, contando com uma política de incentivo a autogestão descentralizada.

O desenvolvimento local supõe, nesse contexto, o equilíbrio entre o potencial produtivo da natureza e o provimento das necessidades e aspirações humanas, expressando-se na sustentabilidade possível por meio dos cuidados protetivos com o ambiente e seu uso racional. A própria Constituição Federal brasileira, em seu art. 225 prevê a necessidade de tal equilíbrio<sup>5</sup>, o que torna obrigatórios os cuidados com o ambiente em suas diversas vertentes. Desse

---

<sup>5</sup> **Art. 225.** Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

modo, há que se atenderem as mencionadas necessidades humanas a partir da exploração dos recursos naturais, desde que respeitados os limites que garantam a preservação das condições de sua reprodução e conservação.

Por fim, a *mobilização social* se conota como a última dimensão do desenvolvimento local, reportando-se aos movimentos culturais e sociais dos sujeitos individual e coletivo, e da governança, na dinâmica local. Refere-se, aqui, à motivação, ao impulsionamento, à inserção das pessoas na dinâmica vivencial da comunidade em busca da concretização dos interesses coletivos. Rocha (2015, p. 71) visualiza nessa paisagem o que denomina de dimensão política, seja nacional ou não, na qual se insere, dentre outros aspectos, a mobilização, sob forma de

[...] participação democrática das tomadas de decisões. Esta dimensão está adstrita à sensibilização, motivação e mobilização, participação ativa das pessoas, favorecimento do acesso às informações permitindo maior compreensão dos problemas e oportunidades, superar as práticas e políticas de exclusão e buscar o consenso nas decisões coletivas são elementos que compõem esta dimensão. [...] Cumpre salientar que a sustentabilidade política deve ter contribuição não só da comunidade local, mas é preciso mobilizar a sociedade como um todo englobando o papel do governo das instituições e do empresariado e abrangendo o que muitos autores chamam de sustentabilidade institucional.

Portanto, pressupõe-se o envolvimento ativo de todo o cenário social da localidade, sem o que ficaria esvaziado o processo participativo legitimador das decisões e das realizações responsáveis pela concretização dos interesses da coletividade populacional. O desenvolvimento local não pode, então, prescindir do potencial dinamizador das forças representadas pelos agentes pessoais e institucionais presentes no seio das coletividades por ele abrangidas, sem o que não seria garantida a sustentabilidade institucional mencionada, e sinal insofismável de vivência democrática.

Por fim, o terceiro enfoque consolida as convergências entre a filosofia e o desenvolvimento local, ressaltando-se os já demonstrados longos caminhos evolutivos do pensamento pelos quais novas perspectivas epistemológicas se manifestaram em resultados concretos na existência humana.

---

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

.....



Assim, a *construção emancipadora do desenvolvimento local pela filosofia*, representada principalmente pelas influências dos epistemólogos da modernidade na corporificação dos princípios, valores e métodos operacionalizadores de sustentáveis conquistas econômicas, sociais e políticas revela a importância do envolvimento pessoal e coletivo do ser humano à frente da solidificação de contextos em que a participação democrática prevalece. Desse modo, a filosofia e o desenvolvimento local produzem o reconhecimento da necessidade de se respeitar a *diversidade de visões de mundo*, dando-se lugar, então, às iniciativas individuais e coletivas na autodeterminação de sua história, advindo-se a *inclusão do outro* como corolário a partir da garantia de participação individual e coletiva nos processos de transformação da realidade, tal como preconizado pelo respectivo pensamento, por exemplo, de Habermas, Rorty e Touraine. Sinais dessa inclusão emergem dos *movimentos culturais e sociais como estratégia de reconhecimento da emancipação do sujeito* condutor dos destinos de sua realidade, considerando que este não se separa daqueles na demonstração da legitimidade de seu democrático papel de agente. As tradicionais concepções de desenvolvimento se contagiam, então, por *novas vertentes*, principalmente a da decisão e a da participação efetiva dos agentes envolvidos. Desse modo, emergem as atuais características do desenvolvimento local como resultado das contribuições epistemológicas em pauta, como as do falseamento de Popper e demais teorias garantidoras de cientificidade. Em sendo assim, necessário reconhecer-se que é a partir dos alicerces epistemológicos já expostos, da filosofia, que o desenvolvimento local se consubstancia, se firma e evolui.

## 5 CONCLUSÕES

Se a pretensão foi detectar as convergências entre os campos da filosofia e do desenvolvimento local, com vistas a evidenciar que este possui sustentáculo naquela, urgia perpassar historicamente as origens e a evolução do pensamento em torno das reflexões atinentes às preocupações humanas com o sentido da vida. As bases filosóficas do conhecimento foram então buscadas nas suas origens helênicas e na sua solidificação no Ocidente, culminando com as convencionais concepções lastreadas nos clássicos ensinamentos de tantos pensadores, desde Aristóteles, Platão, Sócrates, e Tales de Mileto, perpassando Kant, Hegel, Comte, e tantos outros. Como resultado, a filosofia erige-se conceitualmente como saber do qual emanam todas as ciências, sendo estas por ela consolidadas, classificadas, metodizadas e direcionadas à função promotora de bem-estar para a sociedade.

O passo seguinte foi o de demonstrar que realmente é concreta a convergência entre o desenvolvimento local e a filosofia. Para tanto, utilizou-se o caminho da necessária identificação dos elementos filosóficos determinantes do desenvolvimento local a fim de se buscar a sua correlação. Assim, emergiram as teorias de Estado de Maquiavel e econômica de Marx, e ainda as de Keynes e de Manheim relacionadas à planificação econômica e social respectivamente, além dos posicionamentos de Friedman e de Amartya Sen no tocante ao desenvolvimento com liberdade. Tais teorias intermediaram a transição entre os fundamentos filosóficos clássicos e o pensamento epistemológico da modernidade produzido por Popper, Feyerabend, Habermas, Rorty e Touraine, cujas respectivas ideias se aproximam perceptivelmente dos valores, princípios e metodologias presentes no ideário do desenvolvimento local. Por mais, buscaram-se os sinais de um possível corpo filosófico brasileiro, cujos contornos tenham contribuído igualmente para suporte teórico do desenvolvimento local, detectando-se, no entanto, mesmo que no bojo de estudos depositados no cabedal da Capes, dedicação voltada mais aos aspectos políticos de abordagem ideológica atinente a gênero, raça e minorias e, quando relacionados ao desenvolvimento, apresentaram conotações especificamente econômicas com raras referências à educação, à saúde e outros congêneres.

Assim, se dialeticamente as clássicas bases filosóficas do conhecimento se posicionarem como tese, e como antítese os elementos epistemológicos da modernidade, exsurge a título de síntese a demonstração da existência de correlação entre a filosofia e o desenvolvimento local. Justamente, então, o enfoque da última unidade deste trabalho, em que, em primeira abordagem, emerge a teorização do desenvolvimento local como construção social voltada à emancipação das populações consideradas em seu palco vivencial coletivo no território, além

das demais caracterizações teóricas referentes aos seus agentes, valores e princípios. Já o segundo enfoque revela finalmente a presença efetiva da filosofia na dinâmica do desenvolvimento local: nuances do pensamento respectivo dos epistemólogos modernos mostram indubitáveis sinais dos princípios e dos valores do desenvolvimento local sustentável por meio do enaltecimento da efetiva participação das populações envolvidas, sua autodeterminação e condução dos rumos de seu destino.

Desse modo, comprovaram-se contribuições advindas do falsificacionismo de Popper, cujo pensamento viabiliza afirmar-se que também no cenário ideológico do desenvolvimento local uma teoria precisa ser falsificável, ser testável e abrir perspectivas de se descobrirem novos fenômenos a ela relacionados. Portanto, também na seara do desenvolvimento local não se descartam constatações, o que corrobora em seu favor a efetividade das contribuições epistemológicas de Popper e, portanto, da própria filosofia.

De maneira semelhante, a diversidade metodológica defendida por Feyerabend a respeito da produção do conhecimento avoluma as bases filosóficas do desenvolvimento local, cujos princípios, preconizando a autodeterminação das pessoas e grupos na implementação e operacionalização das decisões adequadas à satisfação das necessidades e anseios comunitários, opõem-se à mesmice operacional que dificulta as naturais inovações apontadas pela realidade. Tal consonância entre o pensamento feyerabendiano e os princípios do desenvolvimento local se evidencia também nas conhecidas duas razões da sublevação daquele pensador: a necessidade de desobstrução das opções de exploração do mundo e a inviabilidade de desconsideração do humanismo pela educação. Portanto, o pensamento de Feyerabend e então da própria filosofia representa, de fato, significativo embasamento das teorias do desenvolvimento local.

Em Habermas e igualmente em Rorty são encontrados traços da correlação da filosofia com o desenvolvimento local. De fato, a teoria da transição da ação estratégica para a ação comunicativa, do primeiro, com as preconizações de supremacia do diálogo, do entendimento e da ação coletiva no meio social para transformação do mundo expressam com clareza a ressonância filosófica no suporte do desenvolvimento local. Já o segundo, Rorty, com a defesa da liberdade de criação ou invenção favoráveis à elevação do padrão de vida, e bem assim o confronto ao pensamento essencialista como forma de valorizar a democracia, a ética, a liberdade, sempre em busca da elevação qualiquantitativa das condições humanas. Portanto, tam-

bém aqui o suporte da filosofia à concepção, aos princípios e aos valores do desenvolvimento local.

Por fim, dentre os evidenciados epistemólogos da modernidade precursores das teorias desenvolvimentistas em bases sustentáveis põe-se Touraine, principalmente no que diz respeito à operacionalização, para a qual defende o efetivo envolvimento coletivo das pessoas no processo transformador da realidade. As expressões *cultura democrática*, *democracia*, *historicidade*, *movimento social*, *movimentos históricos*, *sujeito* e outras congêneres são sinais da consonância de seu pensamento com os mencionados valores e princípios do desenvolvimento local, atestando o efetivo fornecimento de lastro epistemológico a ele disponibilizado.

Nesse contexto, perfila-se ainda a discutível existência da filosofia brasileira, cujo conteúdo epistemológico não alcança níveis de garantia de sua direta contribuição para se corporificarem contornos da teoria do desenvolvimento local, ainda que se pronunciem traços ideológicos voltados ao genérico desenvolvimento econômico e mesmo alguma menção a aspectos relacionados à educação, à saúde, à governança.

Em síntese, imperioso se torna o reconhecimento de que, de fato, existe patente correlação entre a filosofia e o desenvolvimento local, confirmando-se, então, a hipótese de que ocorre, entre ambos, relação de causa e efeito, em que a primeira planta na dinâmica histórica da evolução do pensamento as bases do segundo, *quod erat demonstrandum*.

## REFEÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 5. ed. São Paulo: Marins Fontes, edição eletrônica, 2007.

ABRAHÃO, Luiz Henrique de Lacerda. A iconoclastia da ciência no pensamento de Paul Feyerabend. **Revista Três Pontos**, Ano 2, n. 1, Belo Horizonte, 2005.

AMARO, Rogério Roque. **Desenvolvimento Local**. In A. D. Cattani, J. L. Laville & L.I. Gaigner (coord.). **Dicionário Internacional da Outra Economia** (pp. 108-113). Coimbra: Edições Almedina, 2009.

ASSIS, José Carlos de. A superação da crise pelo pleno emprego. **Revista Dossiê da Crise**. Associação Keynesiana Brasileira. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre - RS, 2008.

ÁVILA, Vicente Fideles de. **Cultura de subdesenvolvimento e desenvolvimento local**. Sobral: UVA, 2005.

ÁVILA, Vicente Fideles de. **Pressupostos para a formação educacional em desenvolvimento local**. In *Interações: Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, Vol. 1, N. 1, p. 63-76, Set. 2000.

ÁVILA, Vicente Fideles de. **Realimentando a discussão sobre desenvolvimento local**. *Interações: Revista Internacional de Desenvolvimento Local*. Vol. 8, N. 13, p. 133-140, Set. 2006.

AYRES, Andreia Ribeiro. Celso Furtado e o desenvolvimento como invenção. **Revista Virtual de Gestão de Iniciativas Sociais**, Rio de Janeiro, p. 11-15, fev. 2007.

BORGES, Jéssica. **Conheça os dez principais filósofos brasileiros contemporâneos**. Portal E-biografia.com sitiado no endereço eletrônico <https://www.ebiografia.com/autor/gessica-borges>. Acesso em nov. 2018.

BORGES, Pedro Pereira *et al.* Gestão do direito de convivência dos idosos como fator de desenvolvimento local em Campo Grande, Ms. In: **Saberes Locais: encontros e confrontos no contexto de territorialidades**. (Orgs) Heitor Romero Marques, Maria Augusta de Castilho. Campo Grande, MS: UCDB, 2016.

BORGES, Pedro Pereira. **A dimensão política na obra de Celso Furtado: um estudo sobre Celso Furtado e política**. S. l.: Novas Edições Acadêmicas, 2014.

BORGES, Pedro Pereira. **O pensamento político na obra de Celso Furtado**. São Paulo: PUC-SP, 2007. 206 [f.]. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - PUC-SP.

BORJA, Bruno. Celso Furtado e a cultura da dependência. **Revista Oikos**, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v. 8, nº 2, p. 247-262, 2009.

BRASIL. Constituição Federal do Brasil, de 5 de out. de 1988. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1988.

BRASIL. Decreto Federal nº 7.746, de 5 de jun. de 2012. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **CapacitaSuas SUAS: configurando os eixos de mudança**. Brasília: Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008. v. 1.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica da Assistência Social** – NOB/SUAS. Brasília, 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2004.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Crise e recuperação da confiança. **Revista Dossiê da Crise**. Associação Keynesiana Brasileira. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre - RS, 2008.

BROSTOLIN, Marta Regina; MARQUES, Heitor Romero. La educación en el contexto desarrollista brasileño: perspectiva desde el desarrollo local. Madri: Ediciones Complutense. In **Revista Anales de Geografía** de la Universidad Complutense, vol. 31, núm. 2 11-29, p. 1-46.

BURBANO, Arizaldo Carvajal. **Desarrollo Local: Manual Básico para Agentes de Desarrollo Local y otros actores**. eumed.net - Málaga, España, 2011.

CAMARGO, Ana Luiza de Brasil. **As dimensões e os desafios do desenvolvimento sustentável: concepções, entraves e implicações à sociedade humana**. Santa Catarina-PR: UFSC, 2002. 149 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção).

CANHADA, Júlio Miranda. **Construções de um século: Discursos filosóficos no Brasil oitocentista**. 2017. 191 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Filosofia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

CARPIO, José Martín. Desarrollo Local para un nuevo Desarrollo Rural. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, Campo Grande, v. 2, n. 3, Set. 2001.

CASTILHO, Maria Augusta de; ARENHARDT, Mauro Mallmann and LE BOURLEGAT, Cleonice Alexandre. Cultura e identidade: os desafios para o desenvolvimento local no assentamento Aroeira, Chapadão do Sul, MS. **Interações (Campo Grande)** [online], vol.10, n.2, p.159-169, jul./dez., 2009.

CASTORIADIS, Cornelius. **As encruzilhadas do labirinto: os domínios do homem**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

CASTRO, Fábio Guimarães. **Positivismo**. Disponível no endereço eletrônico <https://www.portalsaofrancisco.com.br/filosofia/positivismo>. Acesso em 20 jan. 2019.

CERQUEIRA, L. A. Gonçalves de Magalhães como fundador da filosofia brasileira. 2019. <http://textosdefilosofiabrasileira.blogspot.com/2009/04/goncalves-de-magalhaes-como-fundador-da.html>. Acesso em: 12 jan. 2019.

CHÂTELET, François; DUHAMEL, Oliver; PISIER-KOUCHNER, Evelyne. **História das ideias políticas**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

CHATELET, Francois; PISIER-KOUCHNER, Evelyne. **As concepções políticas do século XX: História do pensamento político.** Rio de Janeiro: J. Zahar, 1983.

CRUZ, Mauri José Vieira. Definição sobre desenvolvimento local. In: **Caderno de Formação 1, Território de Desenvolvimento Local.** Centro de Assessoria Multiprofissional-CAMP Escola de Cidadania. 2. ed., Porto Alegre-RS, 2009.

DAL LAGO, Ariete Odete *et al.* Regionalização num contexto de desenvolvimento local. In **Revista GeoPantanal.** Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS, nº 15, p. 117-130, jul./dez. 2013.

DAMÁSIO, Kevin Luís. Entre debates – o pensamento crítico de Celso Furtado e a teoria do decrescimento. *Revista Húmus*, Universidade Federal do Maranhão, São Luis, MA, v. 7, nº 22, p. 74-84, 2018.

DI MEO, Guy. Géographies tranquilles Du quotidien: Une alalyse de La contribution dès sicens-cies sociales et de La géographie à l'étude dès pratiques spatiales. In **Cahiers de Géographie du Québec.** Volume 43, nº 118, abril de 1999.

ESCOREL, Lauro. **Introdução ao pensamento político de Maquiavel.** Brasília: Editora UNB, 1979.

FERRARI FILHO, Fernando; PAULA, Luiz Fernando de. Apresentação: Pode “Ela” Acontecer de Novo? **Revista Dossiê da Crise.** Associação Keynesiana Brasileira. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre - RS, 2008.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **Alceu Amoroso Lima.** Portal eletrônico da Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas / FGV/CPDOC, publicado no endereço <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lima-alceu-amoroso>. Acesso em 18.05.2019.

FEYERABEND, Paul. **Contra o método.** Tradução de Augusto Mortari. São Paulo: UNESP, 2007.

FRAGA, Marcelo L. **Richard Rorty e o debate sobre a questão da verdade.** 2013. Edição eletrônica. Disponível em: <https://esbocosfilosoficos.com/tag/richard-rorty/>. Acesso em: nov. 2018.

FRANCA, Leonel. A filosofia no Brasil. In: **Noções de história da filosofia.** Rio de Janeiro: Agir, 1952.

FREITAS, Cleilson. **Principais filósofos brasileiros e suas teses.** 2018. <http://clefilosofia.blogspot.com/2016/02/pincipais-filosofos-brasileiros-e-suas.html>. Acesso em 22 nov. 2018.

PINTO, Weiny César Freitas. **Do círculo à espiral: por uma história e método da recepção filosófica da psicanálise segundo o freudismo filosófico francês (Ricoeur) e a filosofia brasileira da psicanálise (Monzani).** 2016. 261 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2016.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. 2. ed., Rio de Janeiro: Artenova, 1985.

FURTADO, Flávia Pearce. **A refutabilidade é essencial a uma teoria científica**. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=0887f1a5b9970ad1>. Acesso em set. 2018.

FURTADO, Celso. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

GARCIA, Amanda Veloso. **Elementos para uma filosofia além da esfera verbal**. Marília-SP: UNESP, 2016. 71 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia).

GONÇALVES, Virgínia Maria Fontes. **Do racionalismo crítico ao anarquismo pluralista: uma ruptura na transformação do pensamento de Paul Feyerabend**. Rio de Janeiro: PUC/Rio/Dep. Filosofia, 2004.

GRAYLING, A C. **Epistemology**. Bunnin and others (editors); The Blackwell Companion to Philosophy. Trad. Paulo Ghiraldelli Jr. Cambridge, Massachusetts: Blackwell Publishers Ltd, 1996. Edição eletrônica. Disponível em [http://www.espiritualidades.com.br/Artigos/G\\_autores/GRAYLING\\_A\\_C\\_tit\\_Epistemologia.htm](http://www.espiritualidades.com.br/Artigos/G_autores/GRAYLING_A_C_tit_Epistemologia.htm).

GUTIERREZ, Gustavo Luis; ALMEIDA, Marco Antonio Bettine. Teoria da ação comunicativa (Habermas): estrutura, fundamentos e implicações do modelo. **Revista Veritas**, v. 58, n. 1, jan./abr. 2013, p. 151-173, Porto Alegre/RS, 2013.

HABERMAS, Jürgen. **Entre Naturalismo e Religião**. Estudos filosóficos. Trad. Flávio Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2007.

HADOT, Pierre. **Que és La filosofía antigua?** Traducción de Eliane Cazenave Tapie Isoard. Fondo de Cultura Económica (IEPSA): México, 1998.

HELFERICH, Christoph. **História da filosofia**. Tradução Luiz Sérgio Repa *et al.* Martins Fontes Editora: São Paulo, 2006.

HEIDEGGER, Martin. **Que é isto – a Filosofia?** São Paulo: Nova Cultural, 1999.

JAGUARIBE, Hélio. Estudos filosóficos e políticos. Brasília: FUNAG, 2013.

KANT, Immanuel. **Prolegômenos a toda a metafísica futura**. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70 Ltda, edição eletrônica, 1975.

KENNY, Anthony. **História concisa da filosofia ocidental**. Temas e Debates. Actividades Editoriais: Lisboa, 1999.

KRAEMER, Luciane. **Territorialidade e proteção social: um estudo acerca dos avanços e desafios na implantação do SUAS no meio rural**. 2013. 207 f. : il. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, PUCRS. Porto Alegre, 2013.

KUNIMOTO, Simone Yukimi. **Desenvolvimento sustentável, econômico e emissões de CO2 em Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: Universidade Católica Dom Bosco, 2018. 72 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local).



LE BOURLEGAT, Cleonice Alexandre *et al.* Energía, espacio, territorio y desarrollo local: el uso del gas natural en las cerámicas de Mato Grosso del Sur. In: **Polis Revista Latinoamericana**. [En línea URL: <http://polis.revues.org/2585>.], 22 | 2009.

LE BOURLEGAT, Cleonice Alexandre. As formas de produção e novas espacialidades urbanas. In **Dinâmica econômica, poder e novas territorialidades**. (org.) Eliseu Savério Spósito. Presidente Prudente: Unesp, 1999.p.31-48.

LE BOURLEGAT, Cleonice Alexandre. **Mato Grosso do Sul e Campo Grande: articulações espaço-temporais**. 2000. 430 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2000. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/127532>. Acesso em 17.01.2019.

LE BOURLEGAT, Cleonice Alexandre. Ordem local como força interna de desenvolvimento. In **Interações** - Revista internacional de desenvolvimento local, Campo Grande: UCDB, vol. 1, n. 1, 2000 , p. 13-20.

LE BOURLEGAT, Cleonice Alexandre. **Territorialidade**. Material didático distribuído face ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado da Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande-MS, 2017.

LIMA, Alceu Amoroso. **Revolução, reação ou reforma?** Petrópolis: Vozes, 1999.

LISBOA, Severina Sarah. A importância dos conceitos da geografia para a aprendizagem de conteúdos geográficos escolares. In: **Revista Ponto de Vista**. [online, URL: <http://www.coluni.ufv.br/revista-antiga/docs/volume04/importanciaConceitosGeografia.pdf>], Universidade Federal de Viçosa, MG, vol. 4, p. 23-35, 2007. Acesso em 28.01.2019.

MAC DOWELL, João A. **In memoriam**. 2018. Site da Companhia de Jesus. <http://www.padrevaz.com.br/index.php/biografia/biografia/227-in-memori-am-joao-a-mac-dowell>. Acesso em: 20 nov. 2018.

MACHIAVELLI, Nicolò. **O príncipe**. Edição encontrável no endereço eletrônico <https://www.portalabel.org.br/images/pdfs/o-principe.pdf>. 2001.

MACHIAVELLI, Nicolò. **O príncipe**. Tradução: Amilcare Carletti. São Paulo: Pillares, 2015.

MANNHEIM, K. **Liberdade, poder e planificação democrática**. São Paulo: Mestre Jou, 1972.

MARQUES, Heitor Romero. Desarrollo local a escala humana. In **Revista Polis [En línea]**, 22 | 2009, Publicado el 08 abril 2012. URL: <http://polis.revues.org/2645>.

MARQUES, Heitor Romero. **Desarrollo local em la escala humana: una exigencia del siglo XX**. Campo Grande, MS: Gráfica Mundial, 2013.

MARQUES, Heitor Romero; CASTILHO, Maria Augusta de (Orgs.). **Desenvolvimento local no contexto de territorialidades**. Campo Grande, MS: Gráfica Mundial, 2016.

MARQUES, Heitor Romero; MACIEL, Josemar de Campos; LE BOURLEGAT, Cleonice Alexandre. **Migração e desenvolvimento local a escala humana: Campo Grande como foco.** Campo Grande, MS: Gráfica Mundial, 2014.

MARQUES, Heitor Romero; MARTNS, José Carpio. Representações sociais e desenvolvimento local. In: MARQUES, Heitor Romero; RICCA, Domingos; FIGUEIREDO, Gilberto Porto (Orgs.). **Desenvolvimento local em Mato Grosso do Sul: reflexões e perspectivas.** 2. ed. Campo Grande: UCDB, 2001, v. 1, p. 43-63.

MAZUCATO, Thiago. Ideologia e utopia em Karl Mannheim. **Revista Sem Aspas.** Araraquara. Vol. 2, n. 1, 2, p. 187-195, 2013.

MEDEIROS, Alexsandro M. **Jurgen Habermas.** Edição eletrônica. Disponível em: <http://www.portalconscienciapolitica.com.br/filosofia-politica/filosofia-contempor%C3%A2nea/escola-de-frankfurt/habermas>. Acesso em: nov. 2018.

MEISTER ECKHART PREIS (Prêmio Meister Eckhart Preis). Portal eletrônico encontrável no endereço <http://www.meister-eckhart-preis.de/die-preistraeger.html>. Acesso em nov. 2018.

MITIDIERO, Marilda Batista. **O museu José Antonio Pereira no ensino da história: patrimônio, identidade e desenvolvimento local no contexto da territorialidade.** Campo Grande: Universidade Católica Dom Bosco, 2009, 121 f. + anexos. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local).

MULS, Leonardo Marco. Desenvolvimento local, Espaço e Território: O conceito de capital social e a importância da formação de redes entre organismos e instituições locais. In **Revista Economia**, v.9, n.1, p.1–21, jan/abr 2008, Brasília, DF.

NASCIMENTO, Maria Lourdes do. **Política e ética: um estudo sobre o pensamento vaziano.** Belo Horizonte: Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, 2014. 89 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia).

NASCIMENTO, Paula Fonseca do; MELAZZO, Everaldo Santos. Território: conceito estratégico na assistência social. In **Mediações – Revista de Ciências Sociais**. V. 16, n.1, p. 66-88, jul./dez. 2013, Londrina, PR.

NETO, Erivaldo Fernandes. **A dignidade humana como problema no contexto filosófico brasileiro do século XIX.** Rio de Janeiro: UFRJ, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, 2016. 109 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia).

OLIVEIRA, Michel Angelo Constantino; SAMBUICHI, Regina Helena Rosa; SILVA, Ana Paula Moreira da. Experiências agroecológicas brasileiras: uma análise à luz do desenvolvimento local. **Revista Brasileira de Agroecologia**, [S.l.], v. 8, n. 2, aug. 2013. ISSN 1980-9735. Disponível em: <http://revistas.abagroecologia.org.br/index.php/rbagroecologia/article/view/13230>. Acesso em: 02 jul 2019.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. Como conjugar especificidade e intersetorialidade na concepção e implementação da política de assistência social. **Serviço Social & Sociedade.** São Paulo: Cortez, v. 25, n.77, p. 54-62, 2004.

PETER, Eduardo Alcides; MORS, Paulo Machado. **Uma visão histórica da ciência com ênfase na física**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

PISIER, Evelyne. **História das ideias políticas**. Tradução Maria Alice Farah Calil Antonio. Manole: Barueri-SP, 2004.

POPPER, Karl Raimond. **A lógica da pesquisa científica**. 4. ed. São Paulo: Cultrix, 1989.

POPPER, Karl Raimond. **Conjecturas e refutações**. 2. ed. Trad. Sérgio Bath. Brasília: UnB, 1982.

PORTAL SÃO FRANCISCO. Positivismo. Site instalado no endereço eletrônico <https://www.portalsaofrancisco.com.br/filosofia/positivismo>. Acesso em 20 jan.2019.

POTENZA, Marcel Augusto Torres. **A empresa social na visão de Muhammad Yunus e sua aplicabilidade no Brasil**. Disponível em: [www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=8cb94e7a9661ea20](http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=8cb94e7a9661ea20). Acesso em 02 jul 2019.

QUIJANO, A. Colonialidade, Poder, Globalização e Democracia. Revista Novos Rumos. v. 17, n. 37, 2012, pp. 04-28.

QUINE, Willard Van Orman. **O Sentido da Nova Lógica**. São Paulo: Martins, 1944.

QUINE, Willard Van Orman. Colonialidad del Poder, Cultura y Conocimiento en América Latina. In: **Anuário Mariateguiano**. Lima: Amatua, v. 9, n. 9, 1997.

RAFFESTIN, Claud. **Por uma geografia do poder**. Trad. Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, Rubia Araújo. **Sujeito e modernidade na perspectiva de Alain Touraine**. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Universidade Federal de São Paulo. Guarulhos-SP, 2013.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da filosofia: Filosofia pagã antiga**. São Paulo: Paulus, 2007.

REALE, Miguel. **Introdução à filosofia**. 4. ed., São Paulo: Saraiva, 2002.

REZENDE, Maria José de. Celso Furtado e Karl Mannheim: uma discussão acerca do papel dos intelectuais nos processos de mudança social. Revista **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**. Maringá, v. 26, n. 2, p. 239-250, 2004.

ROCHA, Danilo Di Paiva Malheiros. **O princípio do desenvolvimento sustentável nas comunidades remanescentes de quilombos**. Dissertação (Mestrado em Direito Agrário). Universidade Federal de Goiás. Goiânia-GO, 2015.

ROCHA, Maria José Pereira. A Crítica de Richard Rorty à teoria do conhecimento e uma possibilidade de redescrição. **Revista Redescições on line do GT de Pragmatismo**. Ano 3, n. 3, Rio de Janeiro, 2012.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Nobel, 1993.

SANTOS, Frederico Kochhann dos *et al.* Mapeamento das publicações brasileiras em desenvolvimento local (2013-2015). In **Desenvolvimento Local no Contexto de Territorialidades**. Orgs. MARQUES, Heitor Romero; CASTILHO, Maria Augusta de. Campo Grande-MS: UCDB, 2016.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SCHMIDT, Paula; SANTOS, José Luiz dos. **O pensamento epistemológico de Karl Popper**. In Revista ConTexto, v. 7, n.º 11, Porto Alegre, edição eletrônica, 2007.

SEMELE, Luiz Henrique Zanatta. **As noções de dúvida cética e do cogito na filosofia de Descartes**. Edição eletrônica encontrável em <http://www.acervofilosofico.com/as-nocoes-de-duvida-cetica-e-do-cogito-na-filosofia-de-descartes>. Acesso em: 10.10.17.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento Como Liberdade**. Tradução Laura Teixeira Motta; revisão técnica Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **A filosofia contemporânea no Brasil: conhecimento, política e educação**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Filosofia no ensino médio**. Livro eletrônico. São Paulo: Cortez, 2014.

SILVA, Ana Paula Londe; BARROS, Laura Diniz Penteado de. **Cultura e desenvolvimento: um estudo da perspectiva de Celso Furtado**. **Multiface, Revista do Corpo Discente da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG**, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, vol. 2, p. 13-20, 2014.

SILVA, Ana Paula Londe; VAL, Marina Lemos Costa. **Celso Furtado: a teoria do subdesenvolvimento e o caso brasileiro**. **Multiface, Revista do Corpo Discente da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG**, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, vol. 1, p. 16-21, 12.09.2012.

SILVA, Rafael de Almeida. **A liberdade nas perspectivas teóricas de Milton Friedman e Amartya Sen**. **Revista Ciências Sociais em Perspectiva** 10-19: 2º sem., p. 155-168, 2011.

SILVA, Rogério Fernandes da; SILVA, Renato da. **Aristóteles e Galileu: crise de paradigma e a ciência moderna**. Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades, n. 41, p. 61-71, 2016. Disponível em: [www.unigranrio.br](http://www.unigranrio.br). Acesso em: out. 2018.

SOUZA, Rodrigo Augusto de. **A trajetória das ideias políticas de Alceu Amoroso Lima: da contrarrevolução ao modernismo católico (1928-1938)**. **Revista Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação**. Curitiba/PR: UFPR, 2016.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. Especificidade e intersectorialidade da política de assistência social. In **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, v. 25, n.77, p. 30-53, marc.2004.

TARNAS, Richard. **A epopeia do pensamento ocidental**: para compreender as ideias que moldaram nossa visão de mundo. 8. ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

TOURAINÉ, A. **Após a crise**: A decomposição da vida social e o surgimento de atores não sociais. Petrópolis: Vozes, 2011.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da Modernidade**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008.

TOURAINÉ, A. **O mundo das mulheres**. Tradução de Francisco Morás. Título original: (2006) *Le monde des femmes*. Paris: Fayard. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

TOURAINÉ, A. **O retorno do ator**: ensaio de sociologia. Lisboa: Instituto Piage, 1996.

TOURAINÉ, A. **Um novo paradigma**. Para compreender o Mundo de hoje. Petrópolis: Vozes, 2007.

TOURAINÉ, Alain. **O que é a democracia?** Título original: *Qu'est-ce que la démocratie?*. Paris: Fayard, 1994. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

TOURAINÉ, Alain; KHOSROKHAVAR, Farhad. **A busca de si**: diálogo sobre o sujeito. Título original: *La recherche de soi. Dialogue sur le sujet*. Tradução de Caio Meira. Paris: Fayard, 2000. Rio de Janeiro: DIFEL, 2004.

UNIVERSIDADE DE COLÔNIA. Disponível em: <http://www.meister-eckhart-preis.de/die-preistraeger.html>. Acesso em: nov. 2017.

VAZ, Henrique Cláudio de Lima. **Escritos de filosofia VII - Raízes da modernidade**. Vol. 55, São Paulo: Loyola, 2002.

VAZ, Henrique Cláudio de Lima. **Escritos de Filosofia II: Ética e cultura**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

WANDERLEY, Pedro Paulo Sperb; BORGES, Pedro Pereira. **O trabalho do egresso do sistema prisional à luz do desenvolvimento local**. Campo Grande, MS: Life Editora, 2019.

YUNUS, Muhammad. **Um mundo sem pobreza, a empresa social e o futuro do capitalismo**. São Paulo: Ática, 2010.

ZILLES, Urbano. **Panorama das filosofias do século XX**. São Paulo: Paulus, 2016.